



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**RELAÇÕES RACIAIS E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE**

NATANAEL NOGUEIRA DO NASCIMENTO

João Pessoa, 31 de outubro de 2023

NATANAEL NOGUEIRA DO NASCIMENTO

**RELAÇÕES RACIAIS E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Política Social.

Orientadora: Professora Dra. Cláudia Maria Costa Gomes

JOÃO PESSOA
2023

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL DO ALUNO NATANAEL NOGUEIRA DO NASCIMENTO. Aos trinta e um dia do mês de Outubro de 2023 (**31/10/2023**), às **14:h00min**, Google Meet, UFPB, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelas Professoras Doutoras **CLÁUDIA MARIA COSTA GOMES** (Orientadora e Presidente da Banca), **NÍVIA CRISTIANE PEREIRA DA SILVA** (Examinadora Externa), **IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA** (Examinadora Externa ao Programa), com o objetivo de proceder à arguição do aluno sobre sua Dissertação intitulada: **“RELAÇÕES RACIAIS E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE”**., requisito parcial e conclusivo para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Abrindo a sessão pública, a Prof.^a Dr.^a **CLÁUDIA MARIA COSTA GOMES**, convidou os membros à comporem a Banca Examinadora. A seguir foi concedida a palavra ao aluno **NATANAEL NOGUEIRA DO NASCIMENTO**, para apresentar uma síntese de sua Dissertação em 30 (trinta) minutos. Concluída a exposição oral apresentada pela aluna e procedida à arguição pertinente ao trabalho final, a Banca Examinadora se reuniu para deliberar sobre o conceito a ser atribuído à Dissertação em exame. A presidente da Banca Examinadora a Prof.^a Dr.^a **CLÁUDIA MARIA COSTA GOMES** comunica à mestrandia, à Banca e os presentes que por decisão unânime da Banca Examinadora da Dissertação em julgamento obteve o conceitoAPROVADO....Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, João Pessoa, 31 de Outubro de 2023.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente



CLAUDIA MARIA COSTA GOMES
Data: 12/01/2024 08:06:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a **CLAUDIA MARIA COSTA GOMES**
(Orientadora - UFPB)

Documento assinado digitalmente



NIVIA CRISTIANE PEREIRA DA SILVA
Data: 26/12/2023 20:02:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a **NIVIA CRISTIANE PEREIRA DA SILVA**
(Examinadora Externa - UFPB)

Documento assinado digitalmente



IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA
Data: 04/01/2024 18:56:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a **IARA VANESSA FRAGA DE SANTANA**
(Examinadora Externa - UFPE)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244r Nascimento, Natanael Nogueira do.

Relações raciais e serviço social : um estudo de caso na comunidade quilombola do Cumbe / Natanael Nogueira do Nascimento. - João Pessoa, 2023.

112 f. : il.

Orientação: Cláudia Maria Costa Gomes.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Serviço social - Racismo. 2. Formação social brasileira. 3. Comunidade Quilombola - Cumbe. I. Gomes, Cláudia Maria Costa. II. Título.

UFPB/BC

CDU 36:323.14(043)

À Comunidade Quilombola do Cumbe e a todas/os/es que lutam por um território livre.

A Francisco Aldenor do Nascimento (pai) (em memória), Antonia Helma Nogueira (mãe), Ivina Nara Nogueira do Nascimento (irmã), Jessika Halley Nogueira (irmã) e Italo Nogueira do Nascimento (irmão), Mel Halley Nogueira (irmã) e às/aos amigas/os que estiveram juntas/os nesse processo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Francisco Aldenor do Nascimento que em vida sempre se orgulhou da família que ajudou a construir, nascido na antiga Licanha, hoje Santana do Acaraú, sobreviveu ao racismo e ocupou espaços de poder, sendo por mais de 40 anos inspetor da polícia civil, à minha mãe Antonia Helma Nogueira, que sempre foi muito guerreira e, mesmo diante de tantas adversidades conseguiu sobreviver às dificuldades imputadas pela sociedade a uma mulher não alfabetizada vinda de Deputado Irapuan Pinheiro, interior do Ceará, aos meus irmãos Italo Nogueira, Jessika Nogueira, Ivina Nara e Mel que mesmo com toda implicância ainda são a maior representação de família que existe para mim, aos meus amigos Josivan, Rômulo, Joabson, João do Cumbe, Welly, Wanderson, e amigas Jose Netta, Erica Aparecida, Clara Vitorino, Dandara, Vitória Glenda, Jucilene, Amanda, Angelita, por sempre me socorrerem quando eu mais precisava, e sempre estavam do meu lado me ajudando a seguir firme, ao K.C por ter sido, por muitas vezes, meu refúgio, Erlenia Sobral, Dani, André e grupo da pesquisa em Instrumentalidade, por não me deixarem me afastar dos estudos por conta das diversas demandas do dia-a-dia, Eugênia pelas palavras de orientação que me fizeram alguém melhor, Pedro Sampaio por acreditar em mim para assumir minha primeira experiência como assistente social, o Movimento Negro Unificado, Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra, Célula Hanna Arendt e grupo dos/as Pesquisadores/as Negres do Ceará por estarmos juntos/as nas linhas de frente das lutas.

Finalizo agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba por me conferir o título de mestre, à banca examinadora composta por Professora Dra. Nívia Cristiane Pereira da Silva e Professora Dra. Iara Vanessa Fraga de Santana, agradecer também à minha orientadora Professora Dra. Cláudia Maria Costa Gomes por me acompanhar nessa longa caminhada que foi o mestrado.

RESUMO

O processo de formação da sociedade brasileira tem como um dos elementos principais o sistema escravista que vigorou desde a colonização pela coroa portuguesa até 1888 com a libertação formal dos/as escravizados/as, como justificativa para manutenção da escravidão e, mesmo após 1888, a manutenção da ideia da pessoa como sujeito incapaz de desempenhar atividades para além das manuais que necessitariam de força física, ou mesmo entende-los como seres humanizados, para tanto, foram difundidas teorias e outras frentes de ação, que conferiam e conferem desvantagens para pessoas negras, como resposta a essas questões surgiram diversas formas de resistências, sendo a formação dos quilombos uma delas. A Comunidade Quilombola do Cumbe em Aracati – Ceará se apresenta como um espaço de resistência a esse conjunto de ações que visam a manutenção da pessoa negra em situação de desvantagem ou qualquer outra situação que impeça seu pleno desenvolvimento. Essa dissertação tem como objetivo analisar a relação da questão racial e o Serviço Social, com vista a entender a sua intervenção nos casos de disputas territoriais da Comunidade Quilombola do Cumbe em Aracati – Ceará. A partir de uma perspectiva crítica de análise da realidade, esta pesquisa de natureza qualitativa foi desenvolvida através de dois procedimentos de pesquisa: bibliográfica e documental. Pesquisamos em jornais, documentos, sites, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos e livros que tratassem sobre os temas de relações raciais, serviço social, comunidades quilombolas, desigualdade, formação social brasileira e afins. Como resultado da pesquisa, foi possível identificar um conjunto de ações que interferem na continuidade do quilombo, ações essas com interferência negativa do governo local, que demonstra querer invalidar as ações dos/as quilombolas e seu modo de vida, apontando para urgência da intervenção de profissionais comprometidos com a luta antirracista. Para além disso, há uma facilitação no processo de entrada de grandes empreendimentos no local sem acordo com a comunidade, negando direitos garantidos como o da vacinação prioritária e uso livre do território. Concluímos, ainda, a importância da atuação do/a profissional de serviço social nas questões concernentes à população negra e quilombola.

Palavras-chave: Formação social brasileira. Racismo. Serviço social. Comunidade Quilombola do Cumbe.

ABSTRACT

The process of formation of the Brazilian society has as one of the main elements the slave system that existed since the colonization by the Portuguese crown until 1888 with the formal liberation of the enslaved, as a justification for maintaining slavery and, even after 1888, the maintenance of the idea of the person as a subject unable to perform activities beyond manual ones that would require physical strength, or even understand them as humanized beings, for that, theories and other fronts of action were disseminated, that conferred and confer disadvantages to black people, as a response to these questions arose various forms of resistance, the formation of quilombos being one of them. The Quilombola Community of Cumbe in Aracati - Ceará presents itself as a space of resistance to this set of actions aiming to maintain the black person at a disadvantage or any other situation that prevents its full development. This dissertation aims to analyze the relationship of racial issue and social work in order to understand their intervention in cases of territorial disputes of the Quilombola Community of Cumbe in Aracati - Ceará. From a critical perspective of reality analysis, this qualitative research was developed through two research procedures: bibliographical and documentary. We researched in newspapers, documents, websites, master's dissertations, doctoral theses, articles and books dealing with the themes of ethnic-racial relations, social service, quilombola communities, inequality, Brazilian social formation and such. As a result of the research it was possible to identify a set of actions that interfere in the continuity of the quilombo, these actions with negative interference of the local government that demonstrates to invalidate the actions of quilombolas and their way of life, demonstrating the urgency of an intervention of professionals committed to the anti-racist struggle. In addition, there is a facilitation in the process of entering large enterprises in the territory without agreement with the community, denying guaranteed rights such as priority vaccination and free use of the territory. We also conclude the importance of the role of the social service professional in issues concerning the black and quilombola population.

Key-words: Brazilian social formation. Racism. Social work. Quilombola Community of Cumbe.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Entrada de africanos no Brasil de 1551 a 1860.....	25
Gráfico 2 – Recorte racial da população brasileira em 2012, 2020 e 2021.....	68
Gráfico 3 – Distribuição da população residente por grandes regiões, segundo cor ou raça....	69
Gráfico 4 – Pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza % por cor ou raça – 2021.....	70
Gráfico 5 - Porcentagem das diversas formas de violência contra pessoa negra no Brasil (2019).....	74
Gráfico 6 - População negra e negros mortos pela polícia em 2021 (em %).....	77
Gráfico 7 – Deputados/as eleitos/as, por raça/cor nos anos de 2014, 2018 e 2022.....	78
Gráfico 8 – Senadores/as negros/as eleitos/as em 2018.....	79
Gráfico 9 - População quilombola no Brasil (2022).....	92
Gráfico 10 – Quantidade de quilombolas no Brasil de 1872 a 2022.....	93

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Representação de escravizados/as no Brasil.....	24
Imagem 2 – Escravizados/as trabalhando em engenho.....	27
Imagem 3 – "A Redenção de Cam" (1895), de Modesto Brocos.....	36
Imagem 4 - Criança premiada como “Bebê eugênico” no I Congresso Brasileiro de Eugenia.....	37
Imagem 5 – Mensuração de crânio para identificação criminal.....	42
Imagem 6 – Taxa de homicídios de pessoas negras (atlas da violência 2021).....	75
Imagem 7 - Sítio de carcinicultura – Comunidade Quilombola	99
Imagem 8 - Situação do ecossistema manguezal do quilombo do Cumbe após o a liberação da água do sítio de carcinicultura.....	99
Imagem 9 - Subestação da CAGECE – Quilombo do Cumbe	101
Imagem 10 - Estações de energia eólica instaladas nas dunas da Comunidade Quilombola do Cumbe.....	102
Imagem 11 - Dança Maracatu na VIII Festa do Manguê (2022)	105
Imagem 12 -Apresentação na VIII Festa do Manguê (2022)	106

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Comunidade Quilombola do Cumbe – Aracati-CE.....	91
Mapa 2 - Sistemas Ambientais da Comunidade Quilombola do Cumbe – 2021.....	94
Mapa 3 - Pontos de ação cultural e fluxo da água na Comunidade Quilombola do Cumbe	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro de inscritos/as no Cadúnico e programa bolsa família.....	71
Tabela 2 – Mortes decorrentes da ação policial.....	76
Tabela 3 - Total de pessoas quilombolas, segundo ordem decrescente, nos dez primeiros Municípios no Ceará – 2022.....	93
Tabela 4 – Notificação de casos confirmados e suspeitos de Covid-19 por categoria de povos e comunidades tradicionais, Brasil, março de 2021 e julho de 2022.....	95
Tabela 5 - Srag em povos e comunidades tradicionais (PCT). Brasil, 2020 a 2022, até a SE 31.	96

LISTA DE SIGLAS

GTPS	Grupo de Trabalho
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
LBHM	Liga Brasileira de Higiene Mental
PNO	O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CERQUICE	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Ceará
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
SRAG	Síndrome Respiratória Aguda Grave

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	17
1.1. O papel do racismo na formação social brasileira.....	17
1.2. A raça como instrumento de naturalização da dominação e opressão dos negros/as	31
1.2.1. Comunidades Quilombolas: Elementos históricos e sociais.....	55
1.2.2. Estado e relações raciais	56
1.2.3. Breve contextualização do Racismo Institucional e Ambiental	58
CAPÍTULO 2	60
RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E O DEBATE NO INTERIOR DO SERVIÇO SOCIAL.....	60
2.1. Questão Social e desigualdade racial no Brasil.....	60
2.2. Expressões da desigualdade racial no Brasil.....	66
2.3. Serviço social e relações raciais: desafios e possibilidades.....	79
2.3.1. O projeto ético-político da profissão	81
2.3.2. A relação do Serviço Social com os quilombolas	86
CAPÍTULO 3	89
A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE E OS DESAFIOS FRENTE à NEGAÇÃO DE DIREITOS.....	89
3.1. Conceito de justiça ambiental e racismo ambiental	89
3.2. Comunidade Quilombola do Cumbe	91
3.2.1. Negação à Vacinação prioritária aos/as Quilombolas do Cumbe	95
3.2.2. A carcinicultura no Cumbe.....	98
3.2.3. Acesso à água e questões com a CAGECE	100
3.2.4. Energia eólica	101

3.2.5. Veranistas e ocupação do território	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS.....	108

INTRODUÇÃO

A dissertação ora apresentada tem como tema central a questão racial e o Serviço Social com vista a entender a sua intervenção nos casos de disputas territoriais da Comunidade Quilombola do Cumbe em Aracati – Ceará.

Para a realização deste trabalho, realizamos pesquisas bibliográficas e documentais tendo como objetivo geral analisar a relação da questão racial e o Serviço Social com vista a entender a sua intervenção nos casos de disputas territoriais da Comunidade Quilombola do Cumbe em Aracati – Ceará a partir de uma perspectiva crítica de análise da realidade, para tanto, nesta pesquisa fizemos uso do método qualitativo, para colhimento de dados e análise realizamos pesquisa bibliográfica e documental, pesquisamos em jornais, documentos municipais, sites, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos e livros que abordassem sobre o tema de relações raciais, serviço social, comunidades quilombolas, desigualdade, formação social brasileira e afins.

O material aqui apresentado visa cumprir os requisitos para a banca de defesa de Dissertação de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Nele se encontra a Introdução, o primeiro, segundo e terceiro capítulo da dissertação e, por fim, as considerações finais.

Dessa forma, organizamos na seguinte estrutura: i) apresentação da dissertação, aprovado em (12/2023) pelo PPGSS/UFPB. Este contém os objetivos da pesquisa, a metodologia, a fundamentação teórica referente ao objeto e os resultados alcançados. Cabe salientar que o trabalho em questão foi submetido ao crivo avaliativo de banca de qualificação, além de orientação com a professora responsável.

Logo após, evidenciamos o que seria a proposta de sumário da dissertação dividida em três capítulos que giram em torno da temática central: Relações raciais e Serviço Social. Procuramos organizar os itens e subitens de forma a expressar como essa temática está relacionada do movimento geral ao particular, com suas principais implicações.

Em seguida, organizamos a proposta do primeiro capítulo da dissertação, o qual aventa sobre os principais conceitos e categorias que convergem com nosso objeto em termos do papel que teve o racismo no processo de formação da sociedade brasileira e como este foi utilizado como instrumento de controle pela classe dominante.

No segundo capítulo, trazemos pro debate a relação do serviço social com a temática das relações raciais, autores/as que abordam sobre o tema em questão e contribuíram para o

processo de avanço desse assunto na profissão, isso posto com o intuito de entendermos como isso dialoga com o serviço social.

Já no terceiro capítulo, apresentamos as questões envolvendo a Comunidade Quilombola do Cumbe em Aracati/CE, aqui trazemos o entendimento de como e onde iniciou o debate sobre a injustiça ambiental e a inserção de empresas que utilizam grandes espaços para produção de alimentos ou outros produtos para abastecer grandes centros, sendo de pouco uso para a comunidade onde está instalada, empreendimentos estes que se fixam em territórios ocupados majoritariamente por pessoas negras, assim, trazemos o caso do Quilombo do Cumbe como referência de espaço onde ocorrem conflitos com empresas de diversos ramos de produção, como por exemplo: produção de energia eólica, criação de camarão em cativeiros, instalação de casas de veraneio e captação de água.

Por último, trazemos as considerações finais do trabalho, apontamos os principais resultados alcançados nessa pesquisa como a identificação de uma continuidade no avanço das empresas no território quilombola do Cumbe e facilitação ofertada pelo governo municipal para que esse processo continue ao passo que o Quilombo do Cumbe tem seus direitos violados.

CAPÍTULO 1

“Um negro é um negro. Apenas dentro de determinadas condições ele se torna um escravo”

Karl Marx

Nesse capítulo, pretendemos entender o papel que teve o racismo no processo de formação da sociedade brasileira e como este foi utilizado como instrumento de controle pela classe dominante. Para tanto, realizaremos uma leitura atenta de referências bibliográficas de autores/as que se consolidaram no cenário nacional e internacional por suas obras de grande valia, e que trazem um debate aprofundado das relações raciais, além de obras outras que tratam do processo de formação da sociedade brasileira. Os trabalhos aqui tomados como referência são em sua grande parte de autores/as de linha teórica marxista que debatem a sociedade, entendendo-a como resultado complexo da luta de classes, portanto, do antagonismo existente entre os que possuem os meios de produção (classe economicamente dominante) e os que possuem apenas a própria força de trabalho, resultando daí desigualdades sociais. Partindo dessa compreensão, este trabalho tem como direcionamento teórico a perspectiva de sociedade dividida em duas classes antagônicas, sendo essas duas classes também existentes em modelos de sociedades anteriores ao capitalismo, mas que se mantêm até os dias atuais e com modificações¹ que se adequem ao momento histórico em que estão localizadas, mas que permanecem sendo duas classes antagônicas e com interesses distintos, quais sejam: a burguesia e o proletariado (Marx e Engels, 2008).

Assim, buscaremos entender o nosso objeto de estudo, a partir das seguintes questões centrais: Como o racismo se consolidou enquanto instrumento de dominação? Qual o papel do racismo no sistema capitalista?

1.1. O papel do racismo na formação social brasileira

É importante ressaltar que partimos da premissa do racismo enquanto elemento

¹ Aqui me refiro a aspectos que estão presentes no modo de produção capitalista e que não se presenciavam em outros sistemas de sociedade anteriores.

estrutural do capitalismo a partir da perspectiva trazida por Almeida (2021) em que as relações sociais sofrem influências da estrutura social e esta molda a atuação das instituições, Estado, escola, empresas e etc., entendendo que “Não é possível pensar as relações sociais capitalistas, com sua contínua trajetória colonialista e usurpadora, sem ter o racismo como uma determinante” (Souza, 2020, p. 136).

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarrajo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição” (Almeida, 2021, p. 50).

Para tratar dessas questões, partimos da perspectiva do Brasil enquanto país inserido em um regime de capitalismo dependente, a partir do entendimento de que o país passou por uma formação social específica enquanto nação partícipe da América Latina, continente o qual foi submetido por um processo de colonização realizado por países Europeus. Para tanto e por aproximação sucessiva ao tema, tomaremos como principais referências as contribuições trazidas por Karl Marx e Friedrich Engels, Clóvis Moura, Octávio Ianni, Rosana Soares, Cristiane Sabino. Mas, para além desses/as, dialogaremos com autores/as que trouxeram discussões de grande relevância para contribuir na construção desta pesquisa, a saber: Kabengele Muganga, Silvio de Almeida, os/as quais mostram como algumas ideias foram postas no intuito de criar uma falsa concepção de sociedade em que existem raças consideradas inferiores e outras superiores, sendo estes se tratando mais de um instrumento de dominação do que de algo que fizesse parte da realidade.

Em seu passado, também há registro histórico de constantes lutas de exploração e resistência. “Assim, exploração, opressão e resistência integram profundos processos da realidade da luta de classes” (Cisne e Santos, 2018, p. 97).

Compreender nosso passado, identificando traços históricos da nossa formação como sociedade e como “povo brasileiro”, é indispensável para o entendimento crítico da classe trabalhadora nas particularidades da realidade brasileira (Cisne; Santos, 2018, p. 97).

As autoras afirmam que a relação de subserviência do Brasil com os países centrais

ocorre desde o período escravista, reforçando a leitura de Octávio Ianni (1974), segundo a qual trata da relação de dependência entre os países e burguesias locais da América Latina com os Estados Unidos, sendo essa mais marcante.

Sobre isso, como afirma (Mara; Pires, 2019) o processo pelo qual ocorre a formação da burguesia local não se realizou a partir de rupturas do passado, quando ainda era tido como país colônia, mas a partir de renovações de dependência com os países tidos como centrais, os quais mantêm-se hegemônicos no sistema capitalista.

Para Fernandes (2017), a classe dominante construiu um conjunto de instrumentos para manutenção de seus privilégios frente à população negra, entendendo-os/as como integrantes da classe trabalhadora ao passo que foi inserido o trabalho livre e extinguindo o trabalho escravo.

Parks (2021), coloca que o Brasil se trata de um país com uma burguesia extremamente racista pondo que

A identidade negra está intrinsecamente ligada à luta de classes. Seja no Brasil ou em qualquer outro país com população negra. Neste país de uma burguesia profundamente racista, a identidade nacional se articula com a negra de distintas maneiras, em distintos momentos (Parks, 2021, p. 1).

Cabe antes ressaltar a existência de distintas formas de reafirmação do racismo e que apareceram ao longo do processo de formação da sociedade brasileira, inicialmente sendo utilizadas justificativas baseadas em crenças religiosas, sendo, logo após, apresentadas em produções criadas no interior da academia², vemos como importante trazer esse debate para melhor entender o percurso construído que serviu como base para manutenção do racismo enquanto construção ideológica de favorecimento da classe dominante, e não como algo pertencente ao campo da biologia.

À apreensão do nosso objeto de estudo, remete a leitura da formação social brasileira, compreendida à luz dos conceitos de raça e racismo que perpassam a nossa história.

Assim, para entendermos a sociedade brasileira e nela o racismo estrutural é importante salientar que o Brasil possui em seu processo de formação social um passado com histórico de dominação e exploração, que estão na base da estrutura de classes no país, com suas dinâmicas, estruturas e contradições internas. Segundo Maestri, a documentação

² Universidades ou outros espaços de produção de trabalhos científicos.

historiográfica que trata da escravidão colonial até a formação do capitalismo brasileiro é bastante vasta:

No Brasil, interpretações historicistas ou sistemáticas sumárias propunham a existência de sistema escravista e a oposição fundamental entre o cativo e o escravizado – Benjamin Péret (1956); Clóvis Moura, (1959); Stanley Stein, (1961); Emília Viotti da Costa (1966), entre outros (...) [assinala que] o Brasil escravista conheceu a propriedade alodial da terra; que as corporações foram fenômenos marginais; que, em 1822, criou-se Estado unitário centralizado. Nesse contexto, as relações escravistas eram o grande empecilho ao desenvolvimento do capitalismo, incompatível com o trabalho e o mercado de trabalho escravista. O mercado de trabalho livre teria iniciado a estruturar-se nos anos 1850, consolidando-se após a Abolição (Maestri, 2016, p. 25 – 35).

Embora não seja nosso objetivo retratar a historiografia sobre o escravismo colonial no Brasil, faremos, pontualmente, uma alusão com base em estudos clássicos da formação social brasileira, para explicar que passado e presente fazem parte de uma totalidade histórica social determinada, aonde “exploração, opressão e resistência integram profundos processos da realidade da luta de classes” (Cisne e Santos, 2018, p. 97).

No livro “Escravidão Colonial” (2016) de Jacob Gorend, encontramos os aspectos teóricos da transição do escravismo ao capitalismo no Brasil, com base nas categorias da crítica à economia política marxiana, em que o autor procura demonstrar o modo de produção escravista colonial para o entendimento da formação social do Brasil antigo.

O estudo de uma formação social deve começar pelo estudo do modo de produção que lhe serve de base material. As formações sociais podem conter um único modo de produção, o que lhes atribuirá homogeneidade estrutural. Podem conter, no entanto, vários modos de produção, dos quais o dominante determinará o caráter geral da formação social. Comumente, os próprios modos de produção não são puros, mas encerram categorias insuficientemente desenvolvidas ou decadentes, que representam embriões ou sobrevivências de modos de produção diferentes (Gorender, 2016, p. 63).

E segue explicando:

Na acumulação das forças produtivas – acumulação de meios de produção e de conhecimentos técnicos dos próprios homens – está o substrato da continuidade da história e do desenvolvimento do seu sujeito único. Refiro-me à acumulação como a resultante geral do processo universal até hoje, o que não tem excluído retrocessos localizados, rupturas e destruições

irreparáveis. Da transformação das forças produtivas, por sua vez, gera-se a descontinuidade da história, a substituição de relações de produção já incompatíveis com o caráter adquirido pelas forças produtivas por novas relações de produção, a sucessão dos modos de produção e das formações sociais (*Ibid., idem*).

Nesse sentido, ao falarmos sobre modo de produção, é necessário tratar do ponto de vista histórico e conceitual o seu desenvolvimento, em diferentes níveis e condições, em formações sociais distintas, como o Brasil e a América Latina.

Como a transição para o capitalismo assumiu formas muito diferentes em outras regiões, deve-se falar mais exatamente, de transições no plural. Além disso, o tipo de transição, particularmente em termos de caráter endógeno ou exógeno (implantado internamente ou imposto do exterior), é um dos principais fatores explicativos do desenvolvimento desigual das diferentes regiões (Arrizabalo, 2016, p. 148, [Tradução nossa])³.

Ao pensarmos a formação social brasileira sob o escravismo colonial, nos remetemos ao conceito de acumulação primitiva, que é o ponto de partida para a acumulação e riqueza do modo de produção capitalista. Originariamente, trata-se de um vasto processo histórico que foi assim denominado por Marx em “O Capital” (2013), como ponto de partida do desenvolvimento das forças produtivas, transcorridos em boa parte da Europa, aproximadamente por duzentos e cinquenta anos (1500-1750).

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 2013, p. 961).

Acerca do processo de colonização ao qual foram submetidos os países do continente

³ Cf. *Capitalismo y Economía Mundial ...* IME-ARCIS-UdeC, Madrid (2016, p. 148). “[...] Como la transición al capitalismo ha tomado formas muy distintas en otras regiones, debe hablarse más bien de transiciones en plural. Además, el tipo de transición, particularmente em cuanto a su carácter endógeno o exógeno (desplegado internamente o impuesto desde el exterior), supone uno de los principales factores explicativos del desarrollo desigual de las diferentes regiones”.

americano, Marx chega a abordar sobre os impactos trazidos no processo de avanço do sistema capitalista que começava a se inserir como modelo de produção na medida em que o modo de produção feudal já não se mostrava hegemônico, sendo assim, ele coloca que,

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a autora da era da produção capitalista (Marx, 2017, p. 821).

Cabe destacar que no livro “O Capital” (2013), elucida bem a relação entre raça e classe, demonstrando como é determinante na estrutura da sociedade capitalista. No contexto da guerra civil norte-americana, Marx analisou a situação dos/as trabalhadores/as escravizados/as, assumindo um posicionamento evidentemente antiescravista e defendendo o fato de que a libertação dos/as trabalhadores negros/as da escravidão, era um elemento determinante para a emancipação dos/as trabalhadores/as assalariados da exploração capitalista (Souza, 2021). Em sua concepção, “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro” (Marx, 2013, p.372).

No Brasil colônia, vamos achar em Octávio Ianni, no artigo “aspectos da formação social escravista” (1980), também uma análise fundamental do funcionamento e expansão mercantil do trabalho escravo. Explica o autor:

Uma formação social escravista era uma sociedade organizada com base no trabalho escravo (do negro, do índio, do mestiço), na qual o escravo e o senhor pertenciam a duas castas distintas; sociedades essas cujas estruturas de dominação política e apropriação econômica estavam determinadas pela produção de mais valia absoluta. Nessas formações sociais, as unidades produtivas – como os engenhos de açúcar no Nordeste do Brasil e as *plantations* do Sul dos Estados Unidos, por exemplo – estavam organizadas de maneira a produzir e reproduzir, ou criar e recriar, o escravo e o senhor, a mais valia absoluta, a cultura do senhor (da casa grande), a cultura do escravo (da senzala), as técnicas de controle, repressão e tortura, as doutrinas jurídicas, religiosas ou de cunho “darwinista”, sobre as desigualdades raciais e outros elementos (Ianni, 1980, p. 158).

Nos estudos da formação social brasileira, podemos dizer que no Brasil o processo de colonização teve início a partir das navegações de empresas comerciais dos países europeus. O comércio até o século XIV se dava majoritariamente por vias terrestres, no mar não passavam de deslocamentos pequenos na costa, já no século XV o avanço nos mares teve

Portugal como um dos primeiros a realizar essa travessia, muito disso se deu por sua localização geográfica favorável, além de Portugal, outros países da Europa também buscaram novas rotas comerciais pelo mar, todos com o mesmo objetivo de maximização do comércio (Junior, 1994).

[...] um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incubido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas base, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem o seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí (Junior, 1994, p. 18).

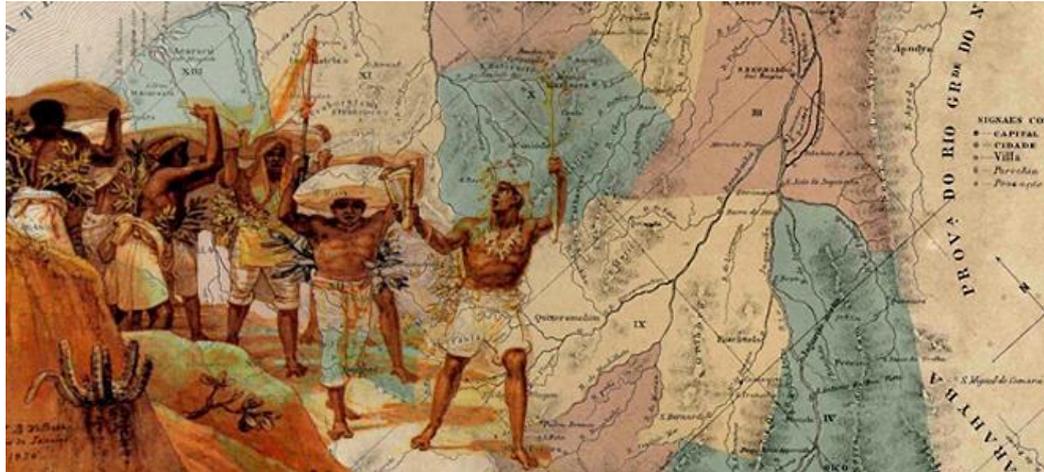
No Livro “Brasil 500 anos de povoamento” (IBGE, 2007), estima-se que, entre 1550 e 1850, tenham chegado ao Brasil 4 milhões de negros trazidos do continente africano, principalmente da Guiné, Costa do Marfim, Congo, Angola, Moçambique e Benin (IBGE, 2007).

Em resultados detalhados, o Censo de 1872 aponta o total da população de estrangeiros no Brasil: 382.132. Separa os brancos por origem. São 125.876 portugueses, 40.056 alemães e 8.222 italianos, entre outras nacionalidades. Os negros eram considerados todos do mesmo grupo: africanos. Segundo o documento eram 176.057 africanos vivendo no país, porém, divididos apenas entre escravos (138.358) e alforriados (37.699) (Souza, 2013, s/p)⁴.

Moura (2020) fala que o aumento do número de pessoas escravizadas vindas do continente africano ocorria anualmente, assim, o escravismo se tornou um sistema duradouro, chegando a ficar em vigência durando mais de 400 anos no Brasil, isso porque a rotatividade era grande, um/a escravizado/a que trabalhasse por cerca de 7 anos já dava lucros necessários que abriam possibilidade de este ser descartado e outro/a escravizado/a fosse adquirido/a

⁴ Cf. Daiane Souza. População escrava do Brasil é detalhada em Censo de 1872. Fundação Palmares, 2013. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=25817>. Acesso em: 20 de mar. 2023

Imagem 1 – Representação de escravizados/as no Brasil



Fonte: Fundação Palmares, 2013.

Como aponta Clóvis Moura, no livro “Racismo e luta de classes no Brasil” (2020), o escravismo possuía no país particularidades em relação a outros países do continente americano. Uma questão importante de ser destacada foi o fato de em todo território brasileiro haver africanos escravizados, não sendo apenas em lugares específicos do país, como ocorreu com o Peru e Colômbia.

Importante aqui se atentar para esse processo específico de formação social, sobretudo para o Brasil, pois, enquanto país pertencente à América Latina tem presente particularidades no processo de formação social enquanto país colonizado, no continente americano foi estabelecido um modelo de classificação social tendo como referência características fenotípicas, sendo a raça determinante para definir hierarquias entre grupos sociais, sobre isso Quijano indica que:

América se constituyó como el primer espacio / tiempo de un nuevo patrón de poder de vacación mundial y, de ese modo e por eso, como la primera identidad de la modernidad. [...] en la medida en que las relaciones sociales que estaban configurándose eran relaciones de dominación, tales identidades fueron asociadas a las jerarquías, lugares y roles sociales correspondientes, como constitutivas de ellas y, en consecuencia, al patrón de dominación colonial que se imponía. En otros términos, raza e identidad fueron establecidas como instrumentos de clasificación social básica de la población (Quijano, 2014, p 778 – 779).

Aqui, a forma de dominação teve como referência o “antigo sistema colônia”, em que se precisava manter uma ordem social que não interferisse nos privilégios da coroa e dos colonizadores para que pudessem ser institucionalmente preservados, postos e adaptados aos trabalhos forçados de quem eram escravizados, assim foram criados o que o autor vem a

chamar de castas, onde apenas os colonizadores poderiam participar das estruturas do poder e assim preservar por meio de sua linhagem que esses espaços fossem ocupados apenas por esse grupo específico (Fernandes, 1975).

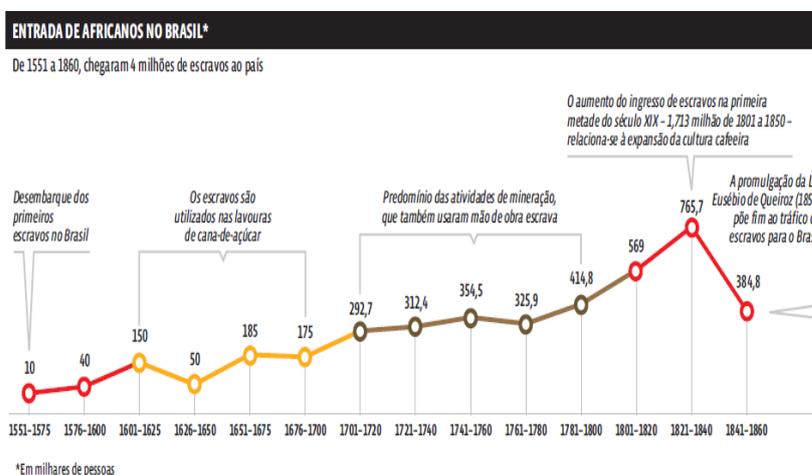
O sistema básico de colonização e de dominação externa, experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo menos três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim chamado “antigo sistema colonial” (Fernandes, 1975, p. 13).

É importante destacar que durante o sistema escravista também houveram resistências contra o sistema de opressão, essas resistências mostravam a contradição existente entre as duas classes, faço esses apontamentos para destacar que em toda essa história de opressão, saques, sequestros nos países africanos de pessoas para serem trazidas para o Brasil enquanto escravizados/as, houveram ações de resistência.

Como podemos ver, a *marronagem* nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos (Moura, 2020, p. 23).

A imagem abaixo, visualiza o longo processo de escravização no Brasil, que durou mais de 300 anos de tráfico transatlântico, entre os Séculos XVI e meados do XIX. Estimativas que não podem ser exatamente contabilizadas, mas que revelam a contribuição africana para a formação histórica e cultural do País (Reis, 2007).

Gráfico 1 – Entrada de africanos no Brasil de 1551 a 1860



Fonte: Luis Felipe Alencastro, O trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul,

Cia das letras, 2000. Dentro desse processo de colonização, Moura (2021) aponta que de 1550, mais ao menos, até 1850 existiu o que ele chamou de escravismo pleno, que foi o período de instauração do modo de produção escravista, estruturado em duas classes fundamentais, senhores e escravizados/as.

Para Florestan Fernandes (1975), os colonizadores vindos de Portugal e Espanha serviam aos interesses de suas coroas, estes assumiam, então, uma posição de submissão,

Em termos sociológicos, os fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiam uma ordem social em que os interesses das coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e reforçados, sem outras considerações. Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços) (Fernandes, 1975, p.13).

Nos estudos de Moura (2021), no Brasil entraram cerca de dez (10) milhões de pessoas escravizadas vindas de África, este se apresentava como um comércio lucrativo para os que o fazia, sendo que, para o sistema colonial, apenas o escravismo se mostra como benéfico, pois este age coagindo os/as escravizados/as para que trabalhem no intuito de manter uma camada improdutiva, no caso senhores e escravizados/as não produtivos.

A quantidade de escravizados/as trazidos/as ao Brasil não é exata, visto que existiu o contrabando de negreiro, os valores aproximados mostram que no ano de 1583 existiam cerca de 14 mil negros/as de um total de 57 mil habitantes, já em 1798 existiam cerca de 1.582.000 de escravizados/as de um total de 3.250.000 habitantes, haviam também estimativas de que anualmente entravam cerca de 50 mil negros/as no Brasil (Moura, 2020)

Moura (2020), citando dados apresentados pelo historiador Décio Freitas, apresenta estimativas de que o Brasil foi o país que mais recebeu escravizados/as, cerca de 40% do total de 9.500.000 retirados/as de África, quantidade seis vezes maior que os/as desembarcados nos Estados Unidos da América (EUA).

Imagem 2 – Escravizados/as trabalhando em engenho



Fonte: IBGE, Brasil 500 anos, 2007 [Imagem: Jean Baptist Debret].

Este sistema apenas foi modificado após a interferência externa, apenas quando outro modelo aparece como mais benéfico para a classe dominante.

Sendo assim, o Brasil se insere em uma posição de país capitalista, sistema que sucedeu o sistema escravista, tal qual explica Caio Prado Jr.,

(...) as indústrias imperialistas que se instalam nas colônias, como aqui no Brasil, com a finalidade de operar para o mercado interno, não constituem na generalidade dos casos senão um complemento daquele comércio importador e nele se entrosam nitidamente. (...) Para penetrarem no Brasil com seus produtos, começam instalando representantes ou agências comerciais. Mais tarde, para se aproveitarem, além de outras conveniências, da mão de obra mais barata e dócil que o país lhes oferece, instalam aqui indústrias subsidiárias que são como prolongamento delas, uma seção de acabamento dos produtos (Junior, 1954, p. 99-100).

Assim sendo, a Inglaterra é o país referência desse processo, uma vez que estes implantaram de maneira sutil um desenvolvimento no Brasil que também traria dívidas, dessa forma, não houve a formação de uma classe burguesa que pudesse se responsabilizar pelo desenvolvimento do país.

O longo período de duração da escravidão no Brasil, que somente terminará já na época da formação do imperialismo, garroteou a possibilidade do desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente, fazendo-nos uma nação subalternizada economicamente às forças do capitalismo internacional, com todas as implicações políticas que isto determina. Ao lado de esses investimentos ocuparem os espaços dinâmicos da nossa economia, ela foi acompanhada por um processo de subalternização também político e cultural nos colocando sempre como devedores e culturalmente dominados pelas nações do centro, que comandavam o mercado capitalista mundial (Moura, 2021, p. 83).

O desenvolvimento econômico do Brasil nos meados do século XIX se deu a partir do empréstimo de valores com juros altos, a Inglaterra repassou verbas para a criação de estradas de ferro, empresas e outros setores, os juros chegavam a uma condição de difícil quitação, nesse momento de passagem do sistema escravista para o capitalismo industrial que começava a ser implementado no país expões as bases para formação de um país de capitalismo dependente (Moura, 2021).

Acerca disso, Ianni (1987) coloca que a colonização no Brasil começou a decair em meados do século XIX como um dos resultados da inserção das medidas preparatórias para inserção do capitalismo industrial no país.

É durante a segunda metade do século XIX que a sociedade brasileira, profundamente marcada por relações coloniais (com Portugal e, depois, a Inglaterra), começa a sofrer a diferenciação interna que caracterizá a sua relativa autonomia e singularidade. (Ianni, 1987, p. 11).

Para a crise do antigo sistema colonial, (Fernandes, 1975) aponta três fatores: o primeiro está relacionado com o padrão de exploração externa, este ficou insustentável para os chamados produtores, do todo produzido saía uma parte considerável para Portugal e Espanha, ainda assim, os privilégios não se mostravam suficientes para os colonizadores, apenas com a independência eles poderiam atingir sua autonomia, outro fator foi a mudança nas estruturas políticas, econômicas e culturais da Europa no século XVIII e recaída de algumas potências centrais e intermediárias, o terceiro foi o descontentamento contra o regime colonial

O autor ainda indica que no neocolonialismo os países dominantes possuíam o controle de mercado dos processos econômicos, a dominação externa tornou-se indireta, houve avanços das agências comerciais e bancárias, as ex-colônias queriam continuar exportando, mas não havia condições de o fazer, por esse fato se inicia a monopolização da

América Latina, parecia difícil modificar a infraestrutura econômica, por isso, os setores sociais da “classe exportadora” (produtores rurais) e as elites do poder preferiram assumir um papel secundário de permanente dependência.

A monopolização dos mercados latino-americanos foi mais um produto do acaso que de imposição, pois as ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os bens importados e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação (Fernandes, 1975, p. 15).

No pensamento das metrópoles, os povos colonizados não possuíam condições de se desenvolverem, se tratava de pessoas diferentes dos brancos e por isso não seriam capazes de progredirem assim como fizeram seus colonizadores, sendo, posteriormente, justificada por referências do campo acadêmico.

Como forma de declarar que a colonização dos continentes da América e África se tratou de um processo proveitoso, a figura do historiador Gilberto Freyre⁵ foi e ainda se apresenta como grande referência, o que serviu apenas para os interesses portugueses, aqui se expandia a ideia de que a colonização nesses continentes foi exitosa para que ocorressem avanços civilizatórios desses espaços (Nascimento, 2016).

E mesmo após a criação das indústrias, o mercado de trabalho foi cruel para o negro, ao passo que criaram boas condições para que imigrantes pudessem se instalar e vender sua mão de obra no Brasil, foi criada uma série de barreiras que impossibilitavam a disputa dos/as ex-escravizados/as de forma igual aos novos postos de trabalho que estavam surgindo no Brasil, que iniciava seu processo de industrialização, sendo assim, os/as negros/as tornados/as forçadamente uma massa do exército industrial de reserva (Moura, 2021).

Finalmente, por ser o ex-escravo considerado excedente no novo campo de oportunidades que se abria, não houve nenhuma política de readaptação, integração e assimilação dele ao sistema que se criava. Pelo contrário. Quando surgiu o trabalho assalariado no Brasil, como forma de produção, o ex-escravo, que até antes da abolição se encontrava no seu centro, recebeu, imediatamente, o impacto oriundo da concorrência de outra corrente populacional que vinha para o Brasil vender a sua força de trabalho: o imigrante. Esse fluxo migratório, ao entrar no mercado de trabalho, deslocava o ex-escravo do centro do sistema de produção para a sua periferia, criando a premissas econômicas da sua marginalização (Moura,

⁵ Presente em suas obras intituladas “Integração portuguesa nos trópicos” e “O luso e o trópico”.

2021, p. 46).

A desqualificação de ex-escravizados/as não passava de uma criação, uma vez que estes possuíam habilidades para se inserir no processo de produção de mercadorias, demonstrando que a sua força de trabalho poderia ser comprada, não havendo motivos na ordem da realidade para a recusa da inserção sem discriminação de ex-escravizados/as nos postos de trabalho, como afirma Soares (2018) no período do sistema escravocrata no Brasil.

[...] em quase todos os ramos da atividade industrial, os trabalhadores escravos desenvolviam as mesmas tarefas que os trabalhadores livres, demonstrando habilidade, perícia e destreza, qualidade estas indispensáveis ao processo manual de trabalho vigente nas oficinas artesanais e manufaturas (Soares, 2018, p. 2).

Assim, encontramos, na perspectiva colonialista, o sentido de naturalização da raça como instrumento de domínio sobre o uso e exploração da mão de obra escravizada, nas formas pretéritas de acumulação primitiva.

O racismo, fruto de um dos processos que cria as bases do capitalismo - o colonialismo e a escravidão -, se complexifica e se transforma ao longo da trajetória das relações desiguais de produção e reprodução do capital, tendo, essencialmente, a função de mistificar estas mesmas relações. O racismo “expressa concretamente as desigualdades políticas econômicas e jurídicas” (Almeida, 2019, p. 50).

A dominação de negros/as vindos/as de África tinha um sentido concreto, o de torná-los mercadoria que posteriormente seria adquirida para o trabalho escravo. Portanto, os/as negros/as escravizados/as representam o cumprimento do sentido da colonização (exploração da capacidade produtiva da América Portuguesa) e, nesse sentido, a expressão ideológica de uma suposta ideia de superioridade e supremacia entre as classes sociais, reforçada pela discriminação da cor e etnia (Silvia; Soares, 2011).

Portanto, é impossível não perceber uma ampla diferença na condição de negros/as e brancos/as no Brasil, independente do discurso adotado, se de que se trata de sujeitos que por falta de esforços próprios não foram capazes de acumular riquezas, de que são pessoas condenadas por uma divindade religiosa, ou mesmo de que possuem descendentes de um povo escravizados e que por esse motivo são empurrados injustamente para um lugar de sujeitos inferiorizados no intuito de se manterem as estruturas de dominação de uma classe

sobre outra.

No âmbito do escravismo tardio e das transformações sociais decorrentes da modernização, a classe dominante, direcionadora da constituição do Estado nacional, instituiu uma série de medidas que foram fundamentais para a manutenção das relações de dominação anteriores, engessando as possibilidades de mudança social decorrentes da modernização. O que significou que os mesmos sujeitos dominantes mantivessem seu *status*, assim como negros, indígenas e mestiços continuaram em condições de exploração e subordinação (Souza, 2020, p. 123).

Usado o discurso que for, não se pode negar que negros/as não se beneficiam de forma igual neste modelo de sociedade ao qual vivemos.

1.2. A raça como instrumento de naturalização da dominação e opressão dos negros/as

Com as descobertas ocorridas no período do século XV, foi-se posto em questão a existência de humanidade dos povos que habitavam as Américas, e foi a teologia (com as missões de evangelização das Américas) que elaborou respostas a esses questionamentos, logo após, vem o iluminismo com uma perspectiva de rompimento com as ideias elencadas pela Igreja, nesse novo estágio surgem outras formas que mantêm as classificações entre as raças, hierarquizando-as entre superiores e inferiores (Munanga, 2003).

O século XVIII período em que mais de 90% do total de africanos escravizados foi enviado para as Américas coincide, não por acaso, com a dinamização do sistema capitalista pela transição tecnológica para novos processos de manufatura e a sua consolidação ideológica através do projeto iluminista de transformação social. Este pensamento que constituiu o sistema de comparação, classificação e hierarquização dos grupos humanos, lidos a partir de suas diferenças físicas e culturais, determinou a distinção filosófico-antropológica entre civilizados e selvagens e fundamentou a concepção de povos civilizados e povos primitivos. Por outro lado, foi o alicerce filosófico das grandes revoluções liberais (Revoluções inglesas – 1640/1689, Revolução americana-1776, Revolução francesa -1789) o que representou tanto a vitória de uma ideologia como a justificativa para a imposição mundial dos valores civilizatórios de uma razão universal definida pelos interesses de um determinado grupo social, a burguesia (Silva, 2021, p. 45).

Já Almeida (2021) aponta o iluminismo⁶ como um estágio da sociedade em que há uma nítida divisão entre os grupos dominantes e dominados, para tanto, traz o caso da revolução haitiana como maior exemplo de que a chamada revolução francesa e o projeto iluminista não abarcariam a todos os grupos de forma igual como seres humanos detentores/as de direitos e deveres.

Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o dístico civilizado e primitivo (Almeida, 2021, p. 26).

Visto isso, ao se tratar do debate acerca do iluminismo, houve um avanço teórico no que diz respeito ao conjunto de ideias e construções que colocavam o homem como o centro das atenções, mas, quando falamos em homem, podemos concluir que o centro das atenções e o entendimento do ser humano como ser racional, que não se vê mais preso por uma única visão de mundo, a qual amplamente foi difundida pela igreja, não abrange o ser humano e suas múltiplas diferenças de cor, religião ou outras variações que não sejam necessariamente ligadas ao referencial europeu monoteísta.

Ainda se tratando da questão da dominação a partir da criação das distintas raças, no século XIX foram acrescentadas, junto à cor de pele, algumas características do corpo, para identificação de que “tipo de raça” o sujeito faria parte, o nariz, queixo entre outros aspectos começaram a serem tomados em conta para essa identificação, os crânios braquicéfalos (arredondado) tidos como ligados a negros e amarelos e dolicocefalo (alongado) ligados a brancos nórdicos (Munanga, 2003).

Já no século XX foi posto que, o sangue a depender do grupo teria mais facilidade de adquirir doenças mais específicas, outra justificativa encontrada para sustentar a diferença e superioridade de uma raça sobre outra, sobre isso Munanga (2003) traz que:

O cruzamento de todos os critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, sub-raças

⁶ Almeida (2021) *apud* Laplantine (2012) e Foucault (2016) aponta que se trata de um projeto de transformação social que entende o homem como sujeito e como objeto do conhecimento que pode ser estudado a partir da biologia, economia, psicologia e linguística.

e sub-sub-raças. As pesquisas comparativas levaram também à conclusão de que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes à uma mesma raça podem ser mais distantes que os pertencentes à raças diferentes; um marcador genético característico de uma raça, pode, embora com menos incidência ser encontrado em outra raça. Assim, um senegalês pode, geneticamente, ser mais próximo de um norueguês e mais distante de um congolês, da mesma maneira que raros casos de anemia falciforme podem ser encontrados na Europa, etc. Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito alias cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem (Munanga, 2003, p. 4-5).

A partir disso, foi-se pensado um conjunto de instrumentos de dominação das raças consideradas inferiores.

Buscamos a escrita acadêmica para delimitar alguns termos-chave para melhor compreensão deste trabalho, tais como raça e racismo. Para tanto, faremos uso das contribuições de Sílvio (2021) e Munanga (2003) buscando conceituar os termos em questão.

Evidencia-se, pela pesquisa bibliográfica, que os estudos que tratam sobre o conceito de raça não surgiram inicialmente para caracterizar seres humanos, mas para organizar e classificar os diversos tipos de animais e plantas existentes. Para tratarmos de conceitos como raça, devemos primeiramente entender historicamente que se trata de conceitos que se distinguem a depender do tempo e espaço em que estão localizados, por exemplo, foi dito que a raça primeiramente foi utilizada para classificar animais e plantas, mas no latim medieval era usado para identificação da descendência de grupos humanos, já nos séculos XVI-XVII era usado para diferenciar as classes sociais na França entre Francos (representado pela nobreza) e a Plebe, que eram os Gauleses, com isso, construindo uma hierarquização entres raças superiores, com poderes sobre outros grupos, e inferiores, sujeitos submissos, passíveis de serem escravizados por sua condição de sujeitos de baixo desenvolvimento (Munanga, 2003).

Nos estudos da botânica e zoologia, as classificações de raças eram utilizadas para distinguir espécies de animais e plantas em um grande globo terrestre com quantidades exorbitantes de variadas espécies, o que justificava a necessidade dessa classificação. Mas, no século XVIII, a cor de pele também se tornou um marcador de diferenciação, ou seja, a concentração maior ou menor de melanina no corpo, o que vai contribuir para a coloração da pele, tomará a função de identificador da raça dos sujeitos (Munanga, 2003).

Assim, a ideia de que existem seres humanos inferiores ou superiores a depender da localização geográfica ou mesmo da cor da pele que, historicamente, apresenta-se como um aparato de justificativas de práticas discriminatórias, para tanto, foram usados argumentos baseados na religião cristã, além disso, também foram utilizados trabalhos gestados no interior dos espaços de produção de ciência para fortalecer a ideia de que por ser negro/a o sujeito deveria estar na condição de subordinado/a.

A esses, é legada, apenas, a “herança cultural”, quando muito. Assim, não compreende também que a dinâmica das lutas dos escravizados, bem como do sistema de repressão e dominação ideológica que dela emergem, moldam comportamentos sociais e psicológicos na sociedade escravista, mas eles ultrapassam o escravismo colonial e se apresentam na sociedade “livre” como expressão da continuidade da luta entre despossuídos e expropriadores (Souza, 2020, p. 93).

O entendimento de que a cor de pele tornaria uma pessoa superior ou inferior pode ser percebido como um ato contínuo, sendo o fim do sistema escravocrata insuficiente para descaracterizar uma pessoa negra enquanto inferior, sendo assim, para Souza (2021), com a passagem do período escravista para o modo de produção capitalista não houveram modificações quanto à inferiorização imposta ao/a escravizado/a, apenas foram colocados novos elementos para manutenção da subordinação dos/as negros/as.

Na ordem social escravocrata, a representação do negro como socialmente inferior correspondia a uma situação de fato. Entretanto, a desagregação dessa ordem econômica e social e sua substituição pela sociedade capitalista tornou tal representação obsoleta. A espoliação social que se mantém para além da abolição busca, então, novos elementos que lhe permitam justificar-se. E todo um dispositivo de atribuições de qualidades negativas aos negros é elaborado com o objetivo de manter o espaço de participação social do negro nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social (Souza, 2021, p. 48).

Mesmo com a mudança do modo de produção escravista para o capitalista, ser negro continuou como entrave para pleno desenvolvimento do ser humano, as práticas discriminatórias presentes no sistema escravista apenas podem ter tomado novas formas para se adequar ao novo sistema que o sucedeu, mas não foram eliminadas, para isso, outros elementos potencializadores das práticas racistas, como a religião e a ciência, podem ser percebidos como fundamentais para manutenção do tratamento desigual para brancos e negros.

No âmbito da religião, o discurso baseado no uso do cristianismo para justificar as

práticas racistas baseia-se em um mito conhecido por Maldição de Cam, nele Noé está com seus três filhos que serão responsáveis por repovoar a terra, um dos filhos de Noé, chamado Cam, também identificado por Canaã, presencia seu pai em um momento constrangedor após se embriagar com vinho de sua plantação de uvas e tirar suas vestes, após isso chamou seus irmãos San e Jafeth para verem o que se passava, ocorrido isso, Noé amaldiçoou seu filho Cam e toda sua linhagem, pois Cam nesse ato teria o desrespeitado (Roedel, 2017).

Acerca disso, é importante destacar que “não é Noé enquanto mito, mas sim como ele é proferido de modo a oferecer uma dada significação da realidade. Por isso, o que nos interessa aqui é o seu significado para o discurso da igreja (Roedel, 2017, p. 4), essa interpretação se deu a partir da seguinte passagem bíblica:

Noé aplicando-se á agricultura, começou a trabalhar a terra, e plantou huma vinha. 21 E tendo bebido do vinho, se embebedou, e apareceu nú na sua tenda. 22 O que tendo visto Cão pai de Canaan, a saber a vergonhosa desnudez, em que estava seu pai, veio fora dizello a seus dous irmãos. 23 Mas Sem, e Jafeth tendo posto huma capa sobre os seus hombros, e andando para trás, cobrirão come ella a desnudez de seu pai. Elles não virão a sua desnudez, porque tinham os seus rostos virados para outra parte. 24 Noé porém despertando da bebedice, que lhe causára o vinho, como soubesse o que lhe tinha feito o seu filho menor, disse: 25 Maldito seja Canaan: ele será escravo dos escravos de seus irmãos. 26 E acrescentou: Bemdito seja o Senhor Deos de Sem; e Canaan seja seu escravo. 27 Dilate Deos a Jafeth, e habite Jafeth nas tendas de Sem; e Canaan seja seu escravo (BÍBLIA, 1885, p. 5-6).

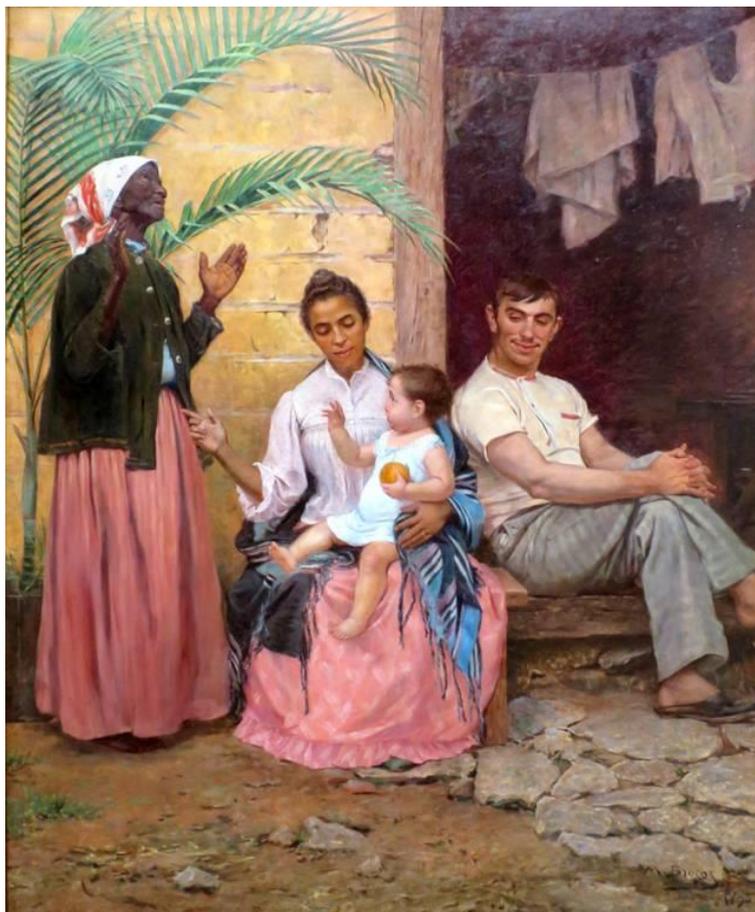
Assim, a análise dessa passagem bíblica para basear a maldição de Cam e sua respectiva ligação com o continente africano ocorre como forma de controle dos/as escravizados/as a partir da ideia de que sua condição como escravizado/a se dá não pelo má vontade dos senhores, mas por um querer divino do próprio Deus, sendo assim, se constituiu uma imagem de um continente amaldiçoado pelo Deus cristão, sendo seu povo e costume, alvos de constantes ataques a partir de violências, isso deu base também para o ataque a religiões de matriz africana.

Em nosso caso, dentro inicialmente de uma estrutura escravista, o cristianismo entrava como parte importantíssima do aparelho ideológico de dominação e as religiões africanas eram elementos de resistência ideológica e social do segmento dominado (Moura, 2020, p. 65).

A ideia da maldição de Cam, além de ser expressa no discurso, também era exposta

em outros meios utilizados para fortalecer a ideia de superioridade e inferioridade, assim, presenciada em obras artísticas como a tela nomeada “A Redenção de Cam” do pintor radicado no Brasil Modesto Brocos, marcando o ideal que era pensado para a sociedade brasileira e como seria o processo de desenvolvimento para se chegar a esse ideal.

Imagem 3 – “A Redenção de Cam” (1895), de Modesto Brocos



Fonte: Edusp, disponível em <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>

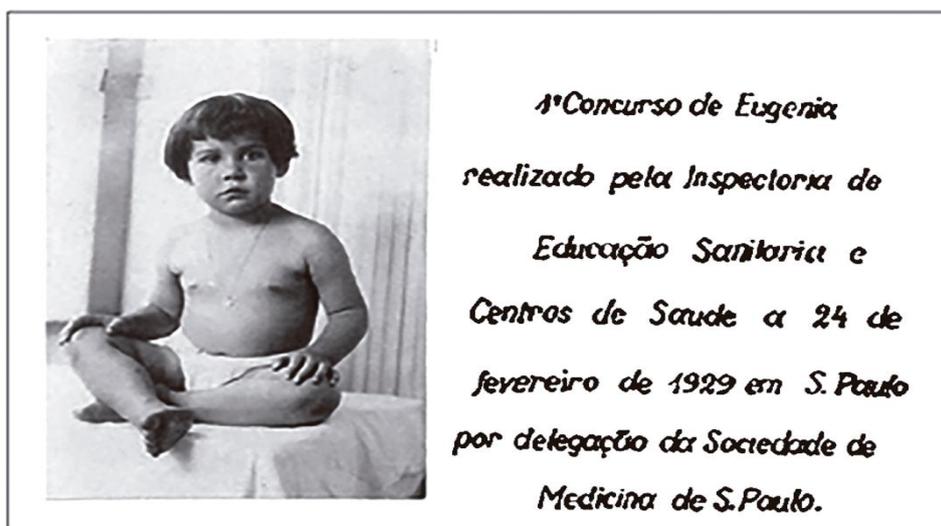
A pintura demonstra uma linha evolutiva rumo ao branqueamento da população para que, com o decorrer do tempo, a cor de pele de todos/as se assemelhasse com a de europeus, esse era o ideal buscado para o Brasil e retratado nesta tela. O uso de criações de cunho religioso para manutenção do controle dos/as escravizados/as não foi uma única forma de justificativa para manter uma hierarquização baseado na cor de pele.

O que amplia a legitimação ideológica para a ação conquistadora e escravagista gerada pelas grandes navegações é a origem mítica dos

européus, de acordo com a tradição judaico-cristã: filhos de Jafé. Ao retomarmos o significado deste nome, encontraremos que, além dos descendentes de Cam terem sido amaldiçoados, os filhos de Jafé representavam luz e a este era reservado o direito de submeter os pagãos fruto da maldição. Era, portanto, o destino sagrado dos europeus a difusão de seus valores, como também a subjugação dos descendentes de Cam (Roedel, 2017, p. 5).

A legenda da tela de Modesto Barroco trazia a frase “O negro passando para branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças” e foi apresentada em 1911 no I Congresso Internacional de Raças, o mesmo dilema aparece no I Congresso Brasileiro de Eugenia ocorrido em 1929, no evento o presidente do congresso estimava que até 2012, mais de 80% da população seria constituída de pessoas brancas e cerca de 20% de mestiços, não havendo mais negros (Schwarcz, 1998).

Imagem 4 - Criança premiada como “Bebê eugênico” no I Congresso Brasileiro de Eugenia



Fonte: (Carlos; Franzolin e Alvim, 2020).

A criança da imagem foi a premiada no I Congresso Brasileiro de Eugenia como bebê eugênico; a criança com aparência ideal, cabelos lisos, pele branca e traços finos.

Vemos como importante tratar dessas questões por entendermos que a raça deve ser compreendida considerando outros elementos, como afirma (Gomes, 2012, p. 729) “A discussão sobre a raça no Brasil e nos mais variados contextos não se faz no isolamento. Antes, ela se articula às questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas mais amplas”, dessa forma, buscamos realizar uma análise histórica desses discursos utilizados, entendendo que esses se firmaram como base de criação e sustentação do racismo presente

nos tempos atuais.

Para além do que já foi posto, no âmbito acadêmico, a produção de obras acadêmicas, apresentou-se como um dos mecanismos de produção e reprodução de poder da elite brasileira, ao passo que formulava questões que buscavam comprovar a existência da superioridade e inferioridade de povos, como afirma Clóvis Moura:

Esses estudos acadêmicos, ao invocarem uma imparcialidade científica inexistente nas ciências sociais, assessoram, de certa maneira, embora de forma indireta, a constelação de pensamento social racista que está imbricado no subconsciente do brasileiro médio. Essa ciência, quase toda ela estruturada através de modelos teóricos e postulados metodológicos vindos de fora, abstém-se de estabelecer uma práxis capaz de determinar parâmetros conclusivos e normas de ação para a solução do problema racial brasileiro nos seus diversos níveis e implicações (Moura, 2019, p. 39-40).

Sobre isso, no pensamento de Dijk (2006), a categoria raça, assim como a superioridade racial, foi uma criação de pessoas vinculadas à academia e que faziam parte de uma elite econômica, sendo o espaço científico um dos meios de criação e difusão de ideias racistas ainda na contemporaneidade.

A partir daí, compreende-se que foram elaboradas teorias que consideravam e fortaleciam a ideia da existência de seres humanos biologicamente superiores e inferiores a depender da cor da pele que apresentassem, o que seria o mote de sustentação para um conjunto de teorias excludentes, tais como: a Eugenia⁷, Darwinismo social⁸, Teoria Poligenista⁹, entre outras, que se utilizaram do discurso de estarem produzindo ciência como forma de justificar e buscar validação de suas teses.

Nascimento (2021) traz em sua obra considerações acerca do criador da teoria do eugenismo, Francis Galton¹⁰, que, baseando-se em parte na teoria da seleção natural de seu

⁷ O eugenismo entende que as características tanto físicas quanto mentais estão diretamente ligadas à raça, sendo necessário uma limpeza das raças indesejadas para que as pessoas se desenvolvam de acordo com as características ligadas a uma raça, uma cor de pele, referência. (Barbosa, 2016)

⁸ Como afirma Barbosa (2016, p. 264): “O Darwinismo Social, juntamente com a antropologia e a etnografia do século XIX ajudaram a construir a ideia de “missão civilizatória” das potências imperialistas”.

⁹ Acredita-se na “[...] crença na existência de vários centros de criação, que comprovariam as diferenças raciais observadas” (BARBOSA, 2016, p. 263)

¹⁰ Francis Galton é considerado o fundador do eugenismo, foi um antropologista, meteorologista, matemático e estatístico nascido na Inglaterra, teve como grande inspiração a obra *A origem das espécies* de Charles Darwin

primo Charles Darwin, criou uma teoria científica chamada eugenia, a qual tinha como intuito a afirmação de que determinadas características físicas poderiam influenciar no nascimento de pessoas com mais ou menos qualidades. Tal teoria instigava o casamento entre pessoas com características que indicassem genes belos, fortes e inteligentes, para com o tempo eliminar pessoas que não aparentassem possuir as qualidades de um ser considerado superior, isso foi tomado como base para a burguesia elaborar um conjunto de instrumentos de dominação que as mantivessem no poder.

A crença na existência de raças inferiores e superiores também foi objeto de pesquisas de cientistas brasileiros que, por muito tempo, se mostraram influentes na sociedade, a exemplo de Rodrigues (2011), o qual apontava que era considerado sem perdão para a ciência moderna acreditar que raças consideradas inferiores pudessem se igualar a consideradas superiores, para o autor

A concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como consequência uma inteligência da mesma capacidade em todas as raças, apenas variável no grau de cultura e passível, portanto, de atingir mesmo num representante das raças inferiores, o elevado grau a que chegaram as raças superiores, é uma concepção irremissivelmente condenada em face dos conhecimentos científicos modernos (Rodrigues, 2011, p. 1).

Produções com esta natureza também serviram como um conjunto de instrumentos de dominação utilizados para manutenção de práticas racistas, o que em parte pode ser explicado pelo fato de a academia ter sido utilizada como um espaço de poder ocupada por muito tempo apenas por membros da classe dominante. Ao nos referirmos ao Brasil, em uma análise sobre o assunto, constata-se essa realidade no processo de formação da sociedade brasileira.

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu (Moura, 2019, p. 39).

Nesse sentido, no início do processo de colonização, a classe dominante assumia a posição de reprodutora das vontades da coroa portuguesa, não precisava ter ensino superior

para avançar em seus estudos com intuito de aperfeiçoar do ser humano (NASCIMENTO, 2021).

local, pois os filhos da burguesia viajavam para estudar no continente europeu, no Brasil o que se colocava era apenas uma educação jesuíta, com as transformações do capitalismo global, a reestruturação do capitalismo na Europa interferiu na reestruturação do Brasil, assim, houve a construção das primeiras grandes escolas, havendo a constituição de uma classe burguesa que não é mais rural, mas industrial, sendo assim, houve uma precisão na criação e manutenção de todo um aparato para a preparação dos filhos da classe dominante para estarem aptos a atuar nessas transformações (Rola, 2020). A ocupação dos espaços acadêmicos por parte da classe dominante do Brasil se constituiu como movimento estratégico importante para manutenção de seus privilégios.

A universidade em um papel muito definido na estrutura de reprodução da sociedade burguesa desigual: reproduzir as ideias da classe dominante. No caso do capitalismo dependente latino-americano, reproduzir as ideias colonialistas, servir aos interesses do imperialismo, o que coloca em oposição frontal aos interesses dos dominados e explorados. Podemos ocupá-la, mas suas “máscaras brancas”, seu eurocentrismo, seu academicismo e seu individualismo liberal estarão a postos para grudar na nossa cara, no nosso cérebro, e nos manter no lugar onde sempre estivemos: dominados e explorados e, ainda por cima, com a ilusão liberal de que foi possível romper as cercas do colonialismo, individualmente (Souza, 2020, p. 19).

Com isso, pode-se entender que no processo de formação da sociedade brasileira os espaços acadêmicos eram ocupados completamente por membros/as da classe dominante brasileira, impossibilitando que as produções científicas pudessem ser construídas de maneira igualitária a partir de outras perspectivas, assim, a elite brasileira teve em seu domínio um espaço que a favoreceu no processo de criação e reafirmação dos instrumentos de manutenção de seus privilégios.

Para Munanga (2003), as classificações raciais saíram dos círculos intelectuais e acadêmicos mais para servir de sustentação de uma justificativa para a manutenção da dominação da raça branca em relação à raça negra, se tratam de justificativas mais doutrinárias do que informações ligadas ao campo da biologia para explicar a variedade humana, a construção de raças hierarquizadas tem mais de conteúdo ideológico do que biológico, como conteúdo ideológico, esconde sua vinculação às relações de poder, e “Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico” (Munanga, 2003, P. 6). Sobre os mecanismos ideológicos de dominação, é importante destacar:

O controle sobre os explorados combina a dizimação dos seus corpos e a dominação de suas mentes. Assim, cresce o genocídio e o encarceramento, mas também se ampliam os mecanismos ideológicos de dominação. Nesse âmbito, a vitória dos exploradores se expressa no direcionamento, na apropriação e na mercadorização das próprias pautas de lutas explorados (Souza, 2020, p. 18).

Como aponta Almeida (2021), houve uma participação dos mais diversos ramos de estudos na elaboração de justificativas anunciadas que eram feitas com bases científicas de que existia uma evolução diferenciada entre os seres humanos que estava baseada na raça, na obra *“Europa y América: El indio americano en textos del siglo XVIII”*, em que o Etnólogo holandês Cornelius de Pauw¹¹, ao se tratar dos/as indígenas americanos, coloca que:

Estos salvajes son perezosos hasta el punto de comer los caballos, con los cuales podrían labrar la tierra de sus desiertos y dar por terminada esta clase de vida paupérrima que los pone en el mismo nivel de las bestias guiadas por su instinto (PAW, 1991, p. 5).

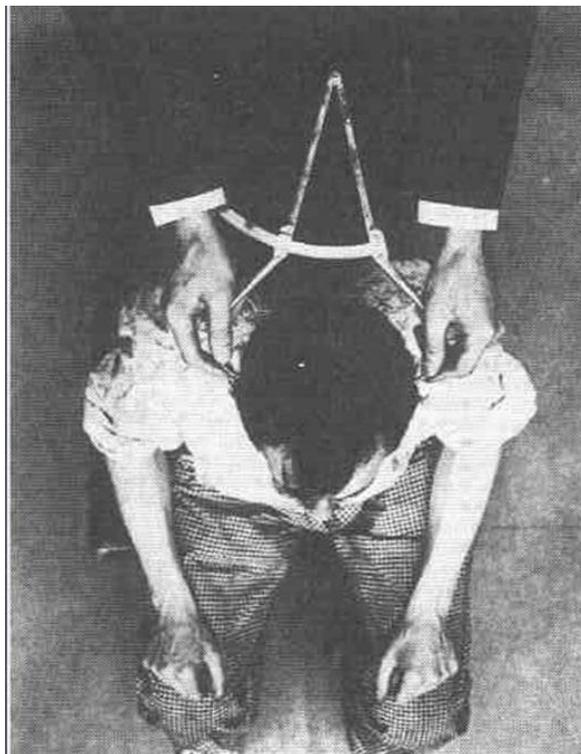
E, desta maneira, constrói um entendimento de que a população indígena das Américas era feroz e que mais pareciam com animais do que propriamente seres humanos. Também o filósofo Hegel chegou a colocar em dúvida a humanidade e a cultura dos/as negros/as, afirmando na obra *“Filosofia da História”* que

[...] a principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência [...] O negro representa, como já foi dito o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia do caráter humano [...] A carência de valor dos homens chega a ser inacreditável. A tirania não é considerada uma injustiça, e comer carne humana é considerado algo comum e permitido [...] Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato inexistentes (Hegel, 1999, p. 83-86).

¹¹ Como afirma Oliveira (2011) Cornelius de Pauw viveu na Prússia e foi um “autor cujas obras versavam sobre a história, a cultura e a sociedade de diferentes povos e conhecido por suas imputações de inferioridade ao continente americano ver em: OLIVEIRA, Flávia Preto de Godoy. Epistemologia, Crônicas e Natureza: uma reflexão sobre a chamada Polêmica do Novo Mundo. In: XXVI Simpósio Nacional de História. 2011, São Paulo. Anais eletrônicos[...] São Paulo: ANPUH, 2011. p. 2 – 14. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313002335_ARQUIVO_Flavia_Preto_de_Godoy_Oliveira_versao_2.pdf.

Menciono, ainda, o italiano Cesare Lombroso¹² e, aqui no Brasil, Nina Rodrigues¹³, além de outros, que apresentam uma vasta produção, direcionada ao favorecimento das classificações hierárquicas dos diferentes povos.

Imagem 5 – Mensuração de crânio para identificação criminal



Fonte: (SCHWARCZ, 1993, p. 2011)

Como afirma Schwarcz (1993) Lombroso criou uma tabela com possíveis características comuns de um criminoso, sendo possível identificá-lo facilmente a partir dessas características, estigmatizando todos/as identificados/as enquanto mestiços.

Já no Brasil, Nina Rodrigues afirma a existência de um fenômeno hereditário chamado Atavismo, sendo algo que atravessa gerações, se tratando de hábitos comuns a determinados

¹² Como afirma (FERNANDES, 2018, n.p) Cesare Lombroso foi um “[...] médico psiquiatra, foi o principal fundador da Escola Positiva, ao lado de Enrico Ferri e Raffaele Garofalo, responsáveis por inaugurar a etapa científica da criminologia no final do século XX.” Ver em FERNANDES, Bianca da Silva. Cesare Lombroso e a teoria do criminoso nato. Jusbrasil. 2018. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/625021486/cesare-lombroso-e-a-teoria-do-criminoso-nato>. Acesso em: 24, Jun. de 2022.

¹³ Nina Rodrigues foi um Médico e Professor maranhense, escreveu obras sobre as áreas de Medicina, Antropologia, Sociologia e Direito, além disso é considerado como um dos primeiros antropólogos brasileiros Ribeiro (1995) consultar em: RIBEIRO, M. A. P. A MORTE DE NINA RODRIGUES E SUAS REPERCUSSÕES. Afroasia. [s.l]. n. 16. P. 54 – 69. jan. 1995.

grupos, utilizado para determinar e afirmar a inferioridade das raças frente às consideradas superiores:

A sobrevivência criminal é, ao contrario, um caso especial de criminalidade, aquele que se poderia chamar de criminalidade étnica, resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica, de sorte, aquilo que ainda não é imoral nem ante-jurídico para uns réus já deve sê-lo para outros. Desde 1894 que insisto do contingente que prestam á criminalidade brasileira muitos atos ante-jurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e avermelhada, os quais, contrários á ordem social estabelecida no país pelos brancos, são, todavia, perfeitamente lícitos, morais e jurídicos, considerados do ponto de vista a que pertencem os que os praticam (Rodrigues, 1, p. 406).

Para Clóvis Moura (2021), as classes dominantes criaram um tipo ideal de negro, o que manteria comportamentos semelhantes aos que se percebia no período da escravidão em que, por estarem reprimidos em um sistema violento, tinham que obedecer e aceitar a condição que lhe foi imposta, como um bom escravo, após a abolição, e agora sendo o/a negro/a um/a cidadã/o livre e não aceitando mais de forma passiva sua condição, por essa condição criou-se o modelo do, nas palavras do autor citado, *mau cidadão*, que seria aquele/a contestador/a que não aceita em silêncio sua condição de inferiorizado.

O estabelecimento desses idealtipos reflete a essência contraditória dos valores da sociedade capitalista brasileira em relação aos seus estratos inferiorizados e marginalizados e desemboca em uma série de medidas práticas de controle social e atos repressivos que servirão para manter inalterados os padrões e valores tradicionais. Em outras palavras: são dois julgamentos que refletem a ideologia das classes sociais dominantes na sociedade brasileira (Moura, 2021, P. 36-37).

Assim, os autores expõem a raça não enquanto algo biológico, mas social. Portanto:

Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais (Gguimarães, 1999, p.11).

Assim sendo,

O que sustentamos é que embora a raça não exista científica ou naturalmente ela existe socialmente. E é só neste sentido, isto é, socialmente, que podemos dizer que há raças no plural. Por conseguinte, raça é uma construção social

(Santos, 2014, p. 25).

A afirmação de que existe uma superioridade natural entre pessoas não parece se autossustentar, pois se apresenta como algo não pertencente à realidade, desta maneira, alguns instrumentos adicionais são propositalmente criados para sustentar a afirmação da existência de uma superioridade entre raças distintas, neste momento, a ideologia aparece com fortes instrumentos de justificação da existência dessa tal superioridade, sobre isso Almeida aponta que:

Se por “ideologia” entende-se uma visão falseada, ilusória e mesmo fantasio da realidade, o problema do racismo como ideologia se conecta com a concepção individualista do racismo. Desse modo, já que o racismo é tido como uma espécie de equívoco, para opor-se a ele bastaria apresentar a verdade do conhecimento filosófico ou científico, cujas conclusões apontariam à inexistência de raça e, por consequência, a falta de fundamento ou irracionalidade todas as teorias e práticas discriminatórias (Almeida, 2021, p. 63-64).

Esse tipo de manipulação da realidade para criação de mecanismos de justificação das opressões de uma classe sobre outra afeta todos os âmbitos da vida, podendo aparecer em espaços de difícil identificação, podendo até não ser percebido, mesmo assim continua agindo como forte instrumento de manutenção de poder:

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminoso e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações (Almeida, 2021, p. 65).

A existência da ideologia de existência de uma raça superior mostra força à medida que se tem influência ainda nos tempos atuais, mesmo não havendo comprovação de que a cor de pele determina qualidades físicas ou intelectuais, ainda se percebe uma ampla reprodução dessas ideias, que nada mais são que práticas racistas utilizadas para manutenção dos privilégios das classes dominantes.

No Brasil, o Império foi sucedido, em 1889, por uma república que manteve quase

inalterada a estrutura de oligarquias agrário-exportadoras do período anterior. Nesse quadro, o racismo dos intelectuais nacionais foi alicerçado por teorias pseudocientíficas oriundas da Europa, que sedimentaram o pensamento acerca do negro como problema nacional (Silva, 2021, p. 81).

Autores como Nina Rodrigues e Oliveira Viana direcionam suas obras em uma perspectiva que busca minimizar as lutas dos/as negros/as a movimentos aculturativos, de não concordância com a implantação da cultura dominante europeia, como se isso fosse benéfico a todos/as e o fato de não haver uma aceitação demonstraria que esses se tratavam de povos inferiores (Souza, 2020).

Sendo assim, pode-se perceber a criação, por várias frentes, de estigmas para a população negra utilizadas como mecanismos de controle.

Propomos apreender nosso objeto de estudo, tratando sobre a relação entre raça e classe social no Brasil, que passa por uma análise da questão social no capitalismo dependente. Para tanto, reforçamos a perspectiva de analisar o Brasil a partir de suas particularidades, em seu processo de constituição enquanto país, que teve o escravismo como modo de produção que antecedeu o capitalismo.

Como aventamos anteriormente, podemos dizer com Almeida (2016, p. 12), que “[...] por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico”. Daí porque, é tão importante compreendermos a especificidade da dinâmica estrutural do racismo em cada formação social.

predominantemente, se conta a história da luta de classes, no Brasil, a partir do trabalho “livre”, da chegada dos imigrantes brancos em fins do século XIX, de um modo de produção capitalista apreendido de forma supra-históricas, sem considerar suas particulares conexões com o modo de produção, sem apreender as experiências de luta dos povos indígenas, africanos e seus descendentes no território, desde o escravismo colonial (Souza, 2020, p. 93).

Sabemos que, no capitalismo, as classes sociais assumem uma determinação fundamental, uma vez que estão sempre em correlação com o sistema de produção social existente em cada momento histórico. No pensamento marxista, a divisão das sociedades em classes sociais se define em termos de conflito, em termos de luta e disputa sobre a apropriação do excedente, conformando as desigualdades da sociedade capitalista. Afirmam Marx e Engels (1998, p. 82), “os indivíduos isolados formam uma classe apenas na medida em que precisam levar a efeito uma batalha em comum contra outra classe”.

Esses grupos racialmente discriminados estão submetidos a diferentes violações de direitos, determinadas por um sistema de exploração/opressão. Todavia, de acordo com a classe a que pertence, a opressão será diferenciada, ainda que não se elimine o racismo. Em outras palavras, um negro pobre, por exemplo, está muito mais sujeito a sofrer violência policial, a se destratado em ambientes públicos do que um negro rico (Cisne e Santos, 2018, p. 25).

Como afirma Octávio Ianni, no artigo “A questão social” (2004):

Em larga medida, foi à questão social que provocou o declínio e a abolição do regime de trabalho escravo, dando lugar ao regime de trabalho livre. É dessa forma que se realiza lenta e contraditoriamente a transição da sociedade de castas em sociedade de classes (Ianni, 2004, p.146).

Ao analisar as obras de Ianni, Silva (2022) afirma que o autor busca compreender o Brasil a partir de dois pontos essenciais, o preconceito de raça e de classe, identificando que desde o Brasil colônia é possível perceber a desigualdade enquanto uma das características presentes na formação social brasileira.

Para Ianni (1987), não se pode perder de vista o fato de que o Brasil apresentou algumas peculiaridades em seu processo de formação no que concerne às relações raciais, estando em seu bojo uma população etnicamente diferente, estruturada econômico e socialmente de maneira complexa, para mais, as mudanças ocorridas no âmbito social, econômico e cultural em outros países devido à necessidade de se adequar ao sistema capitalista e a consequente inserção do Brasil na economia mundial.

E segue afirmando:

[...] o preconceito racial é uma técnica de dominação, por meio da qual se subordinam amplos setores da sociedade. [...] Esta é a realidade: a raça e a classe são construídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais (Ianni, 2004, p.147).

Ainda segundo Ianni (1987), apenas o conhecimento sobre o processo de abolição não é suficiente para entendermos como se deu a mudança de escravizado/a para trabalhador/a, deve-se também considerar a imigração ocorrida para o exercício do trabalho nas fazendas de café, sendo assim, a imigração e a abolição constituem os principais processos de formação dos/as trabalhadores/as livres no Brasil.

Ao apanhar o modo pelo qual a mão-de-obra se insere no processo produtivo, nas condições reais da economia nacional, explicam-se as transformações responsáveis pelas modificações na composição e na estrutura da camada dos trabalhadores agrícolas, artesanais e fabris. Nesse quadro, o imigrante e o escravo são vistos como trabalhadores, isto é, produtores de valor. Em particular, a imigração e a abolição aparecem como manifestação do processo mais amplo de formação do mercado de mão-de-obra baseado no trabalhador livre (Ianni, 1987, p.23).

Dessa forma, os/as escravizados/as constituíram a classe trabalhadora que se formou no Brasil no período de inserção do capitalismo como novo modelo de produção, a liberdade dada foi apenas a de vender sua força de trabalho no novo modelo produção.

A liberdade que se dá ao escravo é a liberdade de oferecer-se no mercado de trabalho, como mão-de-obra apenas. Trata-se de eliminar qualquer vínculo rígido e permanente do trabalhador com os meios de produção. Por isso, o negro e o mulato *são declarados* livres, trabalhadores livres de apresentar-se no mercado de trabalho, de conformidade com as necessidades das unidades produtivas (Ianni, 1987, p. 320).

A incorporação do/a negro/a no novo modelo de produção se dará de forma a impossibilitar que este faça parte de outra classe que não seja a classe trabalhadora, para além disso, ainda estará sujeito a adquirir desvantagens não apenas enquanto classe trabalhadora, mas também enquanto negro/a disputando espaços de trabalho com trabalhadores/as brancos.

Mas o antigo escravo não é redefinido como cidadão, no pleno sentido do conceito. Será um ex-escravo, negro ou mulato, até a atualidade. É que, ao produzir-se a libertação geral dos escravos, produziu-se a transformação da casta numa massa de trabalhadores disponíveis, que pouco a pouco foi reincorporada ao processo produtivo, como força de trabalho livre “Como a reincorporação do negro e do mulato se faz no seio de um sistema econômico-social que também dispõe hierarquicamente as pessoas, e como ao lado deles haverá trabalhadores brancos de diversas origens em competição, reifica-se a cor, delimitando-se o grupo e os indivíduos como negros e mulatos (Ianni, 1987, p. 320).

Fernandes (2008), no livro “A integração do negro na sociedade de classes”, traz que no fim da sociedade escravocrata no Brasil os senhores não assumiram nenhuma responsabilidade sobre os/as escravizados/as recém libertos, estes foram jogados à própria sorte sem que pudessem ter qualquer tipo de preparo para se inserirem na nova dinâmica de trabalho diferente das que eles já estavam acostumados no período escravocrata; dessa forma, ao recém liberto restava apenas trabalhar em condições análogas à escravidão ou ficar

desempregado, para se somar a essa dificuldade ainda tinha que concorrer com a mão de obra de pessoas brancas exportadas de outros países e que já tinham convivência no novo modelo de produção.

A condição de classe trabalhadora não parece ter conferido benefícios para os/as negros/as, Fernandes (2017), na obra “Significado do Protesto Negro”, afirma que o tipo de emprego destinado para ex-escravizados/as era análogo ao que viviam quando escravizados/as, ou então estavam destinados ao ócio forçado, sobrevivia a esse processo uma pequena minoria que recebia algum tipo de herança dos ex-senhores, ou os que viviam em regiões mais desenvolvidas e que propiciavam algum tipo de ofício, sendo assim, os/as ex-escravizados/as que tinham por obrigação arranjar como pudessem as condições para manutenção de suas vidas.

O negro se defrontou com condições de trabalho tão duras e impiedosas como antes. Os que não recorreram à imigração para as regiões de origem repudiavam o trabalho “livre”, que lhes era oferecido, porque enxergavam nele a continuidade da escravidão sob outras formas (Fernandes, 2017, p. 79-80).

Ainda segundo Fernandes (2017), entre as formas de atuação da elite brasileira estava a exclusão de negros/as e de brancos pobres, o que desbancaria a sustentação da ideia de que no Brasil se vive uma democracia racial, que por sua vez traz a ideia da igualdade entre todos/as, velando a tentativa de manutenção dos privilégios da elite constituída.

[...] e o negro era empurrado a aceitar e a engolir tudo isso! Não tinha como lutar e como romper socialmente com a “herança da escravidão”. O pior é que essa exclusão o marginalizava: o preconceito e discriminação fechavam as oportunidades de integração ao sistema ocupacional ou as restringiam ao mínimo. Como regra, o homem era mais facilmente contemplado como o “trabalho sujo”, com o “trabalho arriscado” e com o “trabalho mal pago”; e a mulher mantinha a tradição de doméstica, da prática dos dois papéis (o de trabalhar e o de satisfazer o apetite sexual do patrão ou do filho-famílias) e da prostituição como alternativa (Fernandes, 2017, p. 82).

Esse tipo de tratamento diferenciado conferiu desvantagens ao negro impedindo sua inserção em espaços que poderiam lhes conferir condições dignas para produção e reprodução de sua vida, tais como na universidade ou mesmo possibilidade de venda da força de

trabalho¹⁴, isso ocorre ao passo que reafirma vantagens para a elite e, no aspecto racial, para as pessoas brancas.

É importante destacar que houveram construções de trabalhos que discordavam de tudo que estava sendo posto acerca da suposta inferioridade da pessoa negra em relação à pessoa branca, Manuel Quirino (1851-1923), intelectual afrodescendente, foi autor da obra “O colono preto como fator da civilização brasileira”, a qual contrapõe as políticas de embranquecimento do Brasil e ressalta a importância do/a negro/a no processo de desenvolvimento do país.

Foi o trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento a nobreza e a prosperidade do Brasil: foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque, como fatos da civilização brasileira (Quirino, 1980, p. 156).

Vejo como interessante não deixar de colocar que houve resistência ao processo de tentativa de apagamento do/a negro/a enquanto sujeito participante, pois esse esteve presente no desenvolvimento do Brasil, mesmo que estes/as não estivessem ocupando os espaços de destaque, esteve em constante atuação para ocupá-los, seja a partir de revoltas armadas, seja pela produção intelectual, mas nunca sendo passivo a todo o processo.

Para além disso, a raça é lida como fator central para determinar a mão de obra a ser encontrada, sendo ofertado trabalho para pessoas negras com remuneração menor do que a ofertada para trabalhadores/as brancos, ou mesmo não comprando a força de trabalho vendida pelos/as ex-escravizados/as.

Ora, a revolução social vinculada à segregação da produção escravista e da ordem social correspondente não se fazia para toda a sociedade brasileira. Seus limites históricos eram fechados, embora seus dinamismos históricos fossem abertos e duráveis. Naqueles limites, não cabiam nem o escravo e o liberto, nem o “negro” ou o “branco pobre” como categorias sociais. Trata-se de uma revolução das elites, pelas elites e para as elites; no plano racial, de uma revolução do BRANCO para o BRANCO, ainda que se tenha de entender essa noção em seu sentido etnológico e sociológico (Fernandes, 2017, p. 30).

¹⁴ Como afirma Marx (2017) se dar no processo de produção de mercadorias que serão utilizadas, aqui o vendedor da força de trabalho receberá um pagamento do comprador pela produção de mercadorias.

Sobre isso, Moura (2021) no livro “Dialética Radical do Negro Brasileiro” aponta que no processo de mudança do sistema escravista para o trabalho livre a classe dominante adotou como estratégia de manutenção de seus privilégios, os quais se apresentavam no apoio à modernização do país realizado com financiamento de países centrais como a Inglaterra, e, com isso, adquirindo dívidas exorbitantes ao passo que havia a conservação dos interesses das oligarquias fundiárias constituída basicamente dos senhores de escravizados/as.

Assim, podemos entender que mesmo após o fim do sistema escravista, no Brasil não houve mudanças na classe dominante do país, mantendo-se assim a prevalência dos interesses dos antigos senhores de escravos, que, a partir do avanço do capitalismo no Brasil, passam a constituir a classe burguesa.

Para Moura (2019), o fim do período escravista não foi sinônimo de melhoria para ex-escravizados/as. A discriminação sofrida nesse período não deixou de existir com a instauração do modelo de sociedade de capitalismo dependente, para tanto se deveu pensar em novos instrumentos de manutenção da inferioridade econômica, social, racial e cultural dos ex-escravizados/as, assim:

[...] houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo no contexto da sociedade de capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico-social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminadores que se sucedem na biografia de cada negro (Moura, 2019, p. 39).

Impossibilitando que construa condições favoráveis ao seu desenvolvimento,

[...] quando o negro capacita-se tecnicamente, qualifica-se em uma profissão tida como possuidora de atributos superiores como engenheiro, médico, secretária executiva, advogado, arquiteto [...] surgem novas barreiras mais agudas, estereótipos e racionalizações irracionais das quais o preconceito de cor é o mais representativo e abrangente. Quando um branco e um negro procuraram emprego idêntico, dentro do mesmo nível técnico e profissional, o processo seletivo montado faz com que ele seja - na maioria das vezes - preterido nesses locais de trabalho. Mesmo se ele tiver capacidade idêntica à do branco, é marginalizado pelo processo de peneiramento que a sociedade competitiva exerce (Moura, 2021, p. 75-76).

Assim, o conhecimento da pessoa negra seria tomado como inexistente ou inferior ao do concorrente branco, esse processo é acarretado pela criação do estereótipo injustamente

imputado ao negro, o que irá lhe conferir desvantagens e impossibilitar que dispute de forma igual a cargos que poderiam lhe possibilitar viver com boas condições na sociedade à qual está inserido.

Na medida em que a massa negra ou de mestiços entra no mercado de trabalho friccionando-o, procurando incorporar-se ao centro do sistema de produção do qual foi expulso, não querendo mais aqueles empregos tradicionais que lhe eram impostos e procura forçar a mobilidade social vertical, reivindicando posições, cargos e vantagens que eram reservados aos brancos, ele se aguça. [...] A chegada desses elementos negros e mestiços que pretendem deslocar-se dos estratos inferiores em que se encontram, procurando disputar, no mesmo mercado, em nível superior, os empregos e cargos que estavam sendo ocupados por outros elementos, cria expectativas de comportamento específico no segmento ameaçado (Moura, 2021. p. 76-77).

A pessoa negra no sistema capitalista enquanto classe trabalhadora continua sendo vista como inferior, como afirma Moura (2021) no livro “O negro: de bom escravo a mau cidadão” aborda que, nesse novo modelo de sociedade que se sucedeu ao modelo escravista, o insucesso no mercado de trabalho da pessoa negra é visto como estando ligado à sua própria incapacidade frente às pessoas brancas, as quais possuíam melhores condições de assumir a liderança na sociedade, dessa maneira, foi desconsiderado todo tipo de barreira imposta aos/as ex-escravizados/as.

Concluem daí que ele não tem condições para desfrutar da liberdade, pois dissipa-a na cachaça, no amor livre e na maconha. Para esses estratos, o negro, desde que conseguiu livrar-se do cativeiro vem demonstrando como, por uma questão de inferioridade congênita, incurável, não tem condições de competir com o branco, que é visto como membro de uma raça mais inteligente, limpo, culto, que pauta o seu comportamento por padrões morais mais elevados aos quais o negro não poderá chegar (Moura, 2021, p. 29-30).

O/a ex-escravizado/a não será definido como cidadão em seu sentido pleno, mas sim como ex-escravizado/a, negro ou mulato, após a libertação da condição que se encontrava no sistema escravista para o modo de produção que o sucedeu, criou-se aos poucos uma massa de trabalhadores/as dispostos a vender sua força de trabalho, essa inserção se faz no interior de um sistema econômico-social com estrutura organizacional que mantém a hierarquia de pessoas, as que estão no poder terão a possibilidade de fazer as distribuições segundo sua cor, origem geográfica, isso antes de realizar a divisão das posições que ocuparão na estrutura

social (IANNI, 1987).

O ex-escravizado continuou com uma imagem marginalizada por causa de sua condição limitada na sociedade que interferia nas suas pautas, para além disso essa imagem perdurou, pois, a classe dominante é quem dominava os direcionamentos dados no âmbito econômico, e esta, por sua vez, tinha como objetivo a eliminação do/a ex-escravizado como trabalhador livre ou pelo menos dificultar o seu pleno desenvolvimento (Moura, 2021).

Acerca disso é importante salientar uma condição para manutenção do capitalismo, a manutenção de um excedente de trabalhadores/as dispostos a aceitar qualquer trabalho afim de se manter,

[...] esta população sobrança torna-se peça chave ao capital para a manutenção da subordinação da classe trabalhadora, uma vez que impulsiona o rebaixamento dos salários dos trabalhadores que encontram-se inseridos como capital variável no processo produtivo, obrigando-os a aceitar condições de trabalho cada vez mais precárias, posto que existe um contingente de trabalhadores disponíveis para o capital realizar qualquer substituição que lhe favoreça (Andrade, 2021, p. 159).

Diferente do desenvolvimento do capitalismo nos países europeus, em que na transição do antigo modo de produção para o capitalismo houve a incorporação do trabalho assalariado, no Brasil o trabalho assalariado ocorreu concomitantemente ao trabalho escravo, sendo já no século XIX possível perceber espaços em ocupados por trabalhadores/as livres e escravizado/a, (Andrade, 2021).

Assim, com a derrocada do escravismo e o desenvolvimento do sistema capitalista, já se tem uma ideia de quem seriam os/as trabalhadores/as que estariam maioritariamente na condição de mão de obra excedente e tendo que aceitar qualquer tipo trabalho, independente das precariedades encontradas, sendo assim, os trabalhos menos quistos, os ligados a atividades mecânicas e que exigiam força física, eram designados aos escravizados/as (Andrade, 2021).

Contraopondo ao que foi colocado até aqui, Moura (2019) afirma que muitas obras ligadas ao debate acerca das relações interétnicas, no Brasil, produziam com a perspectiva de afirmação de que o país era referência no que concerne à democracia racial, podendo ser percebido na vasta quantidade de pessoas com tonalidades de pele diferentes, assim, se construiu uma linha ideológica entre miscigenação e democracia, mesmo se tratando de dois campos distintos.

Mas, com esses argumentos, consegue-se deixar de analisar como foi ordenada socialmente essa população poliétnica e quais os mecanismos específicos de resistência à modalidade social vertical massiva que foram criados contra os contingentes populacionais discriminados por essa estrutura. Esquecem-se de que esses segmentos populacionais eram componentes de uma estrutura escravista, inicialmente, e de capitalismo dependente, em seguida, Com essas duas realidades estruturais durante o transcurso da nossa história social foram criados mecanismos ideológicos de barragem aos diversos segmentos discriminados (Moura, 2019, p. 90).

A partir do que foi posto, pudemos inferir que no processo de mudança do sistema escravocrata para o sistema capitalista de produção, os senhores mantiveram seus privilégios, tornando-se classe burguesa e os escravizados/as constituíram a classe trabalhadora agindo sobre eles/as o fator raça, que os/as coloca em situação de maior vulnerabilidade, lhes conferindo desvantagens por conta de um conjunto de falsos estigmas criados para a população negra.

Essas desvantagens começaram a ser estruturadas desde antes da formalização do capitalismo enquanto novo modo de produção, já na segunda metade do século XIX foi implantada a Lei n. 601/1850, também conhecida como lei de terras, segundo Silva (2021) uma vez vigorada essa lei, as terras não poderiam mais ser repassadas por meio de doação ou de outra forma que não fosse a compra, o que ampliou as bases da desigualdade uma vez que impedia a posse da terra por escravizados.

Assim, o/a negro/a torna-se sujeito marginalizado, em posição de difícil possibilidade de se desenvolver plenamente, não por escolha ou estilo de vida, como muitas vezes querem nos fazer acreditar, mas por terem sido forçados/as a estar nessa condição.

Posto isso, (Oliveira, 2021 apud Mbembe s/p) aponta que ao/à negro/a percebe-se a negação do direito à própria vida a partir da violência e por diversas outras formas como expressão do racismo, e isso não se trata de algo pontual, não se tratando, assim, de uma anormalidade que poderia ser resolvida por medidas eventuais, pois a violência não é pontual, é central e faz parte da estrutura da nossa sociedade, dessa forma, a violência é tida como acontecimento comum, as pessoas alvos dessa violência tem cor e também difere de quem tem e quem não tem patrimônio.

Oliveira (2018) aponta o aumento do apoio da sociedade brasileira à violência institucional, essa violência se trata de ações do Estado na manutenção da ordem em contextos que apresentem desajustes ao sistema, tendo como terreno maior de conflitos a

periferia do país e a divisão dos corpos que serão mais ou menos afetados por essa violência legitimada.

Isso significa que as instituições brasileiras, além da validade adquirida por sua participação na construção estrutural da formação social, direcionadas a cumprir seu papel no sistema capitalista de manutenção da ordem, também são direcionadas para manter a ordem de grupos específicos com uso de violência, isso significa dizer que em um momento de crise do capitalismo e conseqüente acirramento dos conflitos sociais os mais afetados estarão sujeitos à violência do Estado amplamente legitimada. Por isso, afirma Ianni,

A raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais. É a dialética das relações sociais que promove a metamorfose da etnia em raça. A "raça" não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação (Ianni, 2004, p. 23).

Podemos dizer que a condição de violência a que estão submetidos os negros na sociedade só existe pela necessidade de manutenção do controle e, como vimos, esse controle é intensivamente influenciado pelo racismo, configurando-se em mais violência contra a população negra racializada ao longo da formação social do país.

Destarte, o racismo então desempenha reiteradamente seu papel de agente regulador e o Estado e as instituições entram como elementos fundamentais para atuar no ordenamento da sociedade e de todos/as aqueles que se demonstrarem descontentes com os efeitos e mecanismos de controle do capitalismo, para isso, são criados e utilizados instrumentos que possibilitam uma atuação mais ou menos dura do Estado, sendo o racismo um desses instrumentos de manutenção da ordem capitalista.

Cabe esclarecer que neste trabalho o racismo é trazido não como a única e principal forma de opressão existente entre o conjunto de opressões que estruturam o capitalismo, mas como elemento estruturante desse sistema, e, portanto, devendo assumir centralidade no debate para o entendimento do conjunto de desvantagens que atinge desigualmente à população negra.

1.2.1. Comunidades Quilombolas: Elementos históricos e sociais

No período da escravidão no Brasil, pode-se perceber a divisão da sociedade em duas classes fundamentais, a de senhores e a de escravizados/as, dessa forma, a classe de escravizados/as criou diversificadas formas para reagirem, como as insurreições e formações de quilombos, contra a opressão da classe dominante, os senhores de escravos (Moura, 2020).

Como afirma Gonzalez (2022) os quilombos juntamente com as irmandades¹⁵, o candomblé e outros movimentos populares constituíram-se enquanto ações contra o regime escravista.

A formação de quilombos no Brasil pode ser entendida como uma das primeiras manifestações de resistência contra o racismo, as primeiras formações de quilombos no país datam do ano de 1559 (Nascimento, 2006).

Moura (2020) afirma que existem particularidades dos quilombos do Brasil em relação aos outros constituídos em outros países, pois está presente em todos os espaços do território e se manteve em sistema escravista durante tanto tempo, quase quatrocentos anos estabelecendo a relação de produção fundamental, os/as africanos/as trazidos que foram instalados em outras regiões como Peru ou Colômbia se concentraram em espaços específicos, no Brasil todos os espaços foram ocupados.

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse (Moura, 2021, p. 159).

A partir dessas colocações, podemos entender o motivo de haver quilombos espalhados por todo o território brasileiro, estando presentes em praticamente todas as regiões, estes como espaço de resistência estiveram presentes em todas as regiões onde havia o trabalho escravizado.

A definição de quilombo, como afirma Vaz (2014, n.p.), “toda a habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” é reconhecida como a primeira definição de quilombo

¹⁵ A exemplo da Sociedade dos Desvalidos de Salvador (Gonzalez, 2022).

no Brasil e foi dada pelo Conselho Ultramarino em 1740 em resposta a Portugal, a partir dessa definição o quilombola era a de negro fugitivo que deveria ser capturado e devolvido ao sistema escravista.

Hoje em dia, no Brasil, considera-se quilombola a partir da seguinte definição

Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, s/d).

Posto isso, percebemos que antes ser considerado um quilombola era o suficiente para ser preso ou castigado de alguma forma, hoje, para que o/a quilombola possa reivindicar direitos conquistados ele/a tem que se auto afirmar e ser reconhecido pela comunidade enquanto quilombola.

1.2.2. Estado e relações raciais

Como visto, a troca mercantil é o mote do capitalismo, mas para que isso ocorra é necessário que haja sujeitos livres e iguais, condição que só será possível se a troca mercantil for a lógica de funcionamento; para tanto, o Estado entra como garantidor da liberdade, igualdade e propriedade privada, pois são elementos fundamentais para o pleno funcionamento do capitalismo (Almeida, 2021).

Posto isso, como afirma Almeida (2017), o entendimento acerca das questões concernentes à população negra devem ser realizadas levando em consideração cada formação social, pois o processo de discriminação vai ocorrer tendo em conta sua vinculação à economia e política, o que significa dizer que o racismo enquanto prática sistêmica só é possível se houver sua reprodução nas estruturas políticas e econômicas e que estão ligadas diretamente à atuação do Estado como agente reprodutor da discriminação desses diversos grupos.

A QUESTÃO RACIAL parece um desafio do presente, mas trata-se de algo que existe desde há muito tempo. Modifica-se ao acaso das situações, das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais, mas reitera-se continuamente, modificada, mas persistente. Esse é o enigma com o qual se defrontam uns e outros, intolerantes e tolerantes, discriminados e preconceituosos, segregados e arrogantes, subordinados e dominantes, em todo o mundo. Mais do que tudo isso, a questão

racial revela, de forma particularmente evidente, nuançada e estridente, como funciona a fábrica da sociedade, compreendendo identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, dominação e alienação (Ianni, 2004, p. 21).

Entendidas as especificidades da formação social da América Latina, é importante tratarmos de outro elemento essencial para a manutenção da ordem de classificação mencionada anteriormente, aqui o Estado aparece como central para atuar na manutenção dessa ordem, pois:

Ele é bem mais uma relação social entre indivíduos, grupos e classes, a 'condensação material de uma relação social de força'. Material, porque essa relação assume uma forma marcada por mecanismos burocráticos e políticos próprios no sistema das instituições, organizações e aparelhos políticos. A aparelhagem do Estado tem uma consistência e uma estabilidade e por isso é mais do que a expressão direta de uma relação social de força. Mudanças nas relações de força sempre produzem efeitos no interior do Estado, mas ao mesmo tempo a estrutura existente do aparelho estatal reage sobre eles. O Estado expressa em sua concreta estrutura organizativa relações sociais de força, mas também simultaneamente as formas e as estabiliza" (Hirsch, 2010, p. 37).

Hirsch (2010) coloca que, em relação ao Estado e acerca do seu papel, podemos afirmar que a atuação não será igual em todas as outras formas de Estado e dependerá das bases de formação social onde está constituído.

Assim, ao analisarmos um espaço em que a classificação racial é tomada como modelo que confere vantagens e desvantagens a sujeitos diferenciados pela cor de pele, percebemos que o racismo aparece como instrumento de classificação de indivíduos e atua como potencializador da opressão direcionada a negros/as, mas, para isso, as instituições, como elementos constitutivos do Estado, devem ser acionadas a cumprirem seu papel, para que não tenhamos dúvidas do conceito de instituição e de sua funcionalidade Hirsch (2021) afirma que as instituições:

Em seu significado geral, instituições são modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a tornam normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais. (HIRSCH, 2007, p. 18).

Por fim, como dispõe Almeida (2021), o Estado tem a função de garantir a ordem, tentando garantir uma imagem imparcial que busca agradar a todos, às vezes tendo que fazer concessões para que a imagem de imparcial permaneça, mas sempre com vista a garantir a

liberdade, igualdade formal, propriedade privada e da internalização das contradições inerentes no capitalismo.

1.2.3. Breve contextualização do Racismo Institucional e Ambiental

Para melhor compreensão do que buscamos trazer nesta pesquisa, apontamos como importante trazer o entendimento sobre racismo institucional e ambiental para compreendermos a relação de exploração e negação de direitos das comunidades quilombolas.

Almeida (2021) traz que foi importante o entendimento do conceito de racismo institucional, pois assim se avança na desmistificação do conceito de racismo individual, neste as práticas racistas são entendidas como ações individuais frutos de algum problema de comportamento do indivíduo em si, já no entendimento sobre racismo institucional as práticas racistas são entendidas como fruto de atuação das instituições que conferem privilégios e vantagens a partir da análise da raça.

Assim, as instituições podem ser definidas como

[...] instituições são modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamento que tanto orientam a ação social como a tornam normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais. Sob as condições do modo de socialização capitalista, elas tornam-se processos de institucionalização na medida em que, de 'forma determinada', asseguram a reprodução da sociedade "nas costas" dos atores individuais, mas por meio de sua ação (Hirsch, 2007, p. 26).

Almeida (2021) afirma que não existe homogeneidade nas sociedades, e por essa razão apresenta conflitos, contradições e antagonismos que não são resolvidos, não há uma tentativa de eliminação dessas questões, assim, são absorvidos e mantidos sob controle pelos meios institucionais, sendo assim, se as instituições representam a materialização da vida social então podemos entender que:

a) instituições, enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social; b) as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição (Almeida, 2021, p. 26).

Com isso, mantém-se o poder com determinados grupos a partir da sua capacidade de institucionalizar seus interesses, influenciando em ações e comportamentos, fazendo com que

suas regras sejam seguidas por toda a sociedade, nesse caso em específico, são baseados em parâmetros discriminatórios a partir da análise da raça (Almeida, 2021).

O debate acerca do racismo ambiental é transversal ao debate do racismo institucional, pois para a ocorrência da prática do racismo ambiental é necessário o domínio da classe dominante às instituições.

Para entendermos os conflitos existentes na Comunidade Quilombolas do Cumbe devemos antes, para além de entender os instrumentos e técnicas para permanência e fortalecimento do racismo no Brasil, entendermos os conceito e contexto do racismo ambiental, para tanto, fazemos uso das leituras de Acselrad *et al* (2012) quando faz um resgate histórico trazendo que seu início pode ser entendido a partir do acontecimento em 1980 nos EUA, quando iniciou a realização de despejos de lixos químicos em Warren County, na Carolina do Norte, local ocupado majoritariamente por negros/as, iniciando-se assim o debate acerca da justiça ambiental e o entendimento do racismo ambiental¹⁶.

Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (Herculano, 2008, p. 11).

Assim, como afirma Herculano (2008), a justiça ambiental seria o contrário disso, se tratando de uma luta pela garantia de direitos, acesso a um território de maneira justa e acesso aos bens naturais, direito à vida e outros direitos essenciais.

Assim, como afirma Herculano (2008) o racismo ambiental pode ser entendido como injustiças sociais e ambientais que atingem de maneira desproporcional a partir da análise da raça ou etnia.

A respeito dessas definições, entendemos como relevante trazer essa conceituação, uma vez que o território onde propomos realizar a pesquisa se trata de uma comunidade quilombola a qual passa por conflitos envolvendo a instalação de empresas de produção em grandes quantidades (eólica, carnicultura e de distribuição de água para várias localidades) e que só trazem prejuízos para a localidade onde estão instaladas.

¹⁶ Ampliaremos o debate no terceiro capítulo.

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E O DEBATE NO INTERIOR DO SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo, buscaremos relacionar o debate da questão racial com o serviço social, visto que é mister tratar do debate da raça e situação da população negra no Brasil, pois é o grupo que majoritariamente ocupa os quilombos, assim, podemos entender o conjunto de desvantagens que se espelha nas comunidades quilombolas, considerados espaços vulnerabilizados.

2.1. Questão Social e desigualdade racial no Brasil.

O serviço Social pode ser entendido como uma profissão inserida na divisão social do trabalho com funções específicas ligadas diretamente aos interesses da classe dominante, sua institucionalização tem por objetivo atuar junto à classe trabalhadora garantindo sua reprodução, essas ações são legitimadas com a inserção da profissão nos espaços do Estado, empresas e outras entidades privadas (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Assim, o papel desempenhado pelos/as¹⁷ assistentes sociais no início de seu processo de institucionalização atendia aos interesses da classe dominante, sendo suas funções utilizadas para manutenção da reprodução da classe trabalhadora para que essa pudesse continuar vendendo sua força de trabalho.

Por estarmos tratando da profissão de Serviço Social, é mister falar nessa pesquisa sobre o objeto de atuação do/a Assistente Social, a “questão social”¹⁸, pois, para entender a

¹⁷ Estarei sempre utilizando os pronomes masculino e feminino como forma de exercício de desconstrução de uma linguagem machista que põe o gênero masculino como central para se referir ao masculino e ao feminino, além de seguir o indicado no Código de ética do/a Assistente Social que entende a importância da negação do machismo presente na ortografia e o fato de ser o Serviço Social uma profissão ocupada majoritariamente por mulheres.

¹⁸O uso das aspas, citando Santos (2012) *apud* Iamamoto (2001) e Netto (2001), se dá pelo cuidado em sua

atuação antirracista no interior da profissão é importante nos situar de que a questão racial não está fora do campo de ação da profissão.

Não é possível tratar a “questão social” no Brasil distante das determinações do racismo. É inconcebível analisar essa questão no contexto brasileiro distante das marcas históricas – da colonização, da escravidão e da transição capitalista erigida sobre as bases racistas. A partir destas, foram forjadas todas as particularidades da nossa formação social, sob as quais opera a *lei geral da acumulação capitalista*, concretizada na lógica da superexploração do trabalho (Martins, 2021, p. 31).

Quanto ao significado do termo “questão social” entendemos sua conceituação a partir de Yamamoto e Carvalho (2014) quando traz que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (Yamamoto; Carvalho, 2014, p. 84).

Dessa forma, a origem da “questão social” está diretamente ligada ao conjunto das mazelas próprias da sociedade burguesa, advindas do conflito entre capital e trabalho. “A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da [...] primeira onda industrializante [...] trata-se do fenômeno do *pauperismo*” (Netto, 2011, p.152).

Nesse sentido, seu desenvolvimento está relacionado à expansão das forças produtivas em ascensão na era da industrialização Europeia no século XIX. Com o crescimento das fábricas e a inserção das máquinas no processo de trabalho surgiu a necessidade de os capitalistas contratarem mão-de-obra barata para realizar esse trabalho.

A incorporação das máquinas ao processo produtivo gera uma nova dinâmica industrial que concentra mão-de-obra nas cidades e exige uma nova disciplina na fábrica, afetando o operariado emergente em suas condições de vida e de existência social em termos materiais e políticos (Santos; Costa, 2006 p. 05).

utilização visto sua origem conservadora e sua existência enquanto conceito e não categoria por não se tratar de algo com existência real, por esse fato, afirma-se a existência não da “questão social, mas de suas expressões, para saber mais ver (Santos, 2012)

As condições de vida e de trabalho do operário industrial na Europa, durante o século XIX, se tornam precárias diante da exploração vivenciada. Os operários trabalhavam em lugares totalmente insalubres, sem as mínimas condições de segurança, com grandes índices de acidentes, longa jornada de trabalho, baixos salários e desemprego. Mulheres e crianças começaram a se inserir no mercado de trabalho, na tentativa de melhorar a qualidade de vida familiar.

[...] havia muito mais pobres que, diante da catástrofe social não conseguiam compreender, empobrecidos, explorados, jogados em cortiços onde se misturavam o frio e a imundície, ou nos extensos complexos de aldeias industriais de pequena escala, mergulhavam na total desmoralização. Destituídos das tradicionais instituições e padrões de comportamento, como poderiam muitos deles deixar de cair no abismo dos recursos de sobrevivência, em que famílias penhoravam a cada semana seus cobertores até o dia do pagamento (Hosbawm, 2011, p. 323-325).

Assim, a problemática da questão social surgiu diante da conjuntura de pobreza e desigualdade que acometia a classe operária na civilizada Inglaterra do século XIX. Nos termos de Marx (2013, p.689), partir da “influência que o aumento do capital exerce sobre a classe trabalhadora”. Isso quer dizer que a análise acerca dos efeitos que a acumulação exerce sobre o destino da classe trabalhadora aparece na Lei Geral da Acumulação Capitalista, sendo o fenômeno do pauperismo diretamente associado ao conflito entre capital e trabalho e aparece, portanto, como elemento necessário da relação social que se reproduz na acumulação capitalista.

A “questão social” originalmente expressa no empobrecimento do trabalhador tem suas bases reais na economia capitalista. Politicamente, passa a ser reconhecida como problema na medida em que os indivíduos empobrecidos se organizam, oferecendo resistência às más condições de existência decorrentes de sua condição de trabalhadores (Pimentel, 2012, p. 154).

Assim, há o descontentamento da classe operária com os prejuízos ofertados no sistema capitalista, no qual existem desvantagens a/ao trabalhador ao passo que confere privilégios para a classe dominante. Santos (2012) aponta que a gênese da “questão social” ocorre no processo de acumulação e reprodução ampliada do capital, assim, o foco nos investimentos em tecnologias na corrida incessante pelo aumento dos lucros faz com que o investimento na mão de obra do/a trabalhador/a não seja mais a prioridade, pois, para o patrão

não importa a quantidade de pessoas trabalhando, mas o lucro que vai adquirir.

Para Santos (2012), a “questão social” como criação do sistema capitalista apresenta diversas expressões a depender da formação sócio-histórica de cada lugar, essas expressões terão suas particularidades de acordo com a forma que o capitalismo se desenvolverá em cada situação.

É justamente na dinâmica contraditória do desenvolvimento capitalista que se encontra a gênese da questão social, que repõe o antagonismo entre as classes, ou seja, a exploração e a dominação de uma classe social sobre a outra, de modo que a mesma expressa contradições históricas próprias das distintas formações sociais sob o modo de produção capitalista.

Podemos afirmar que a categoria de Formação Econômico-Social é um legado de Marx e do Marxismo para a História como ciência. Nela, estão expressos os movimentos dignos das sociedades humanas em sua construção múltipla e única; nela, as dinâmicas das sociedades, nas suas mais diversas dimensões, são inscritas no tempo através das suas relações de produção; nela, as fronteiras nacional-geográficas pouco importam, mas sim o desenvolvimento desigual, complementar e contraditório de diferentes expressões sociais que, amalgamadas, geram uma especificidade histórica e nela, fica evidenciado o desenvolvimento das forças produtivas como esforço coletivo, como acúmulo das experiências na principal atividade humana: o trabalho (Mantuano, 2017, p. 31).

Acerca disso, também aponta Netto (2001, p. 48-49) que “a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais”.

Atualmente, refletir sobre questão social considerando as particularidades do Brasil, requer associá-la ao debate da classe social, do preconceito e discriminação racial, o que pressupõe pensar sobre as particularidades das relações sociais capitalistas e suas consequências para formação social brasileira.

Assim, entender as particularidades do processo de formação da sociedade brasileira é compreender que o país foi colonizado e que teve por muito tempo a escravidão de povos africanos como alicerce para o modelo de produção de riquezas.

A história do Brasil é calcada na barbárie, pois é também a história da exploração, dominação, violência e opressão contra a população negra. Nesse sentido, a compreensão das bases que estruturam nossa realidade e que sustentam e reproduzem as desigualdades sociais e étnico-raciais, é fundamental. Por isso, se faz mister a compreensão de nossa formação social, numa perspectiva crítica e de totalidade, para que consigamos

construir as mediações que possibilitem desvelar o que se apresenta na imediatividade da vida cotidiana, e compreender que o lugar em que a população negra majoritariamente se encontra não se trata de um problema individual ou moral, tampouco “falta de esforço”, mas é decorrente do projeto de dominação colonial (Moreira, 2019, p. 22-23).

Como afirma Martins (2021), a “questão social”, por isso, não pode ser entendida sem considerar o processo de formação brasileira e seu passado enquanto país colonizado, escravista e com transição para o modelo de produção capitalista tendo como base o racismo.

Como afirma Ianni (2004), “a questão social é de todos os lugares e de todos os tempos”, e, portanto, atravessa a história da formação social brasileira como resultado das desigualdades econômicas, políticas e culturais, cujas expressões são a questão de classe e a questão racial (Silva, 2009).

(...) a raça e a classe são constituídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais. Essa é a fábrica da dominação e alienação que pode romper-se, quando uns e outros, assalariados de todas as categorias, simultaneamente negros e brancos, em suas múltiplas variações, compreendem que a sua emancipação implica a transformação da sociedade: desde a sociedade de castas à de classes, desde a sociedade de classes à sociedade sem classes. Na sociedade sem classes, todos podem realizar-se como pessoas, indivíduos e coletividades. As diversidades não se transformam em desigualdades, distintas modalidades de alienação. Os distintos traços fenotípicos não se transformam em estigmas. Ao contrário, as diversidades de todos os tipos participam da formação, conformação e transformação policrônica e polifônica da sociedade (Ianni, 2004, p. 147).

Na visão de Silva (2009), seguindo a esteira dos estudos de Ianni, a questão racial não deve ser entendida como um fenômeno isolado, separado das relações sociais que estão postas na sociedade.

As relações sociais desiguais à que se refere Ianni foram constituídas ao longo da história da sociedade brasileira, e a população negra sempre ocupou lugares vulneráveis e “invisíveis” no âmbito social, político, econômico e cultural. Assim, para avaliar a escala e a radicalidade das reivindicações dessa população no Brasil, é necessário considerar aspectos destacados pelo autor dentre os quais: a incorporação do negro à sociedade brasileira como força escrava de trabalho, a formação desenvolvimento das castas, a formação social escravocrata, os “mitos particularmente cruéis” criados pela “elite” dominante sobre a história da sociedade brasileira e, por fim, a longa história de alienação e a ideologia racial evasiva que se consolidou na sociedade brasileira em vários sectores (Silva, 2009, p. 195).

Outro elemento importante que devemos aqui destacar é a importância do entendimento da diversidade humana para entender as expressões dessa diversidade (vida das mulheres, população negra e LGBT) considerando as particularidades ligadas a essas expressões, tais como a questão racial, patriarcado entre outros, aqui deve-se atentar para o fato de que considerar o indivíduo como ser diverso não é a mesma coisa que fragmentá-lo (Cisne; Santos, 2018).

Assim, não podemos desconsiderar o fato de que o escravismo esteve presente no processo de formação da sociedade brasileira, em que os/as ex-escravizados/as encontrarão dificuldades de se manter no modo de produção capitalista, pois, como afirma Martins (2021) como o financiamento do Estado para trazer mão de obra estrangeira, os/as escravizados já entraram no modelo de trabalho livre como mão de obra sobrando.

Os traços dessas marcas presentes nas relações sociais de produção vão determinar uma *superpopulação relativa*, formada são somente, mas fundamentalmente por trabalhadores/as negros/as, que vivem à margem do trabalho formal. Esses são marcadores sócio-históricos determinantes, sem os quais não é possível compreender a “questão social” no Brasil e as condições de trabalho e de vida diferenciadas da parcela majoritária da classe trabalhadora formada por negros/as (Martins, 2021, p. 32).

Portanto, destacamos que se a questão social é o conjunto das desigualdades, a discriminação racial se apresenta como uma dessas expressões; não é um aspecto residual, transitório do capitalismo brasileiro, é estrutural do seu próprio desenvolvimento. Como afirma Eurico (2011, p. 26), “historicamente coube à população negra o lugar subalterno, o tratamento discriminatório no acesso aos serviços e políticas públicas”.

Nesse sentido, podemos afirmar que a discriminação racial foi uma situação gerada a partir das desigualdades já existentes na sociedade brasileira, entretanto, quando discutimos questão social, estamos nos referindo ao mesmo tempo, a diversos aspectos como a pobreza, desemprego, fome, miséria, sofrimento, indigência, desigualdade social e milhares de outros fenômenos que acometem a população negra.

Iamamoto (2008) ao tratar da “questão social” afirma que:

Os(as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas (Iamamoto,

2008, P. 5).

Assim, as políticas sociais se apresentam como principal instrumento de trabalho do/a assistente social, as quais, como afirma Faleiros (2018), estão diretamente ligadas à ordem da realidade e estando relacionadas à luta de classe servindo como meio de acesso à garantia de direitos.

Tendo isso em vista, Junior (2013) aponta que não é possível pensar política social e desconsiderar a exclusão econômica, social e cultural que acomete a população negra conferindo a ela o não acesso a essas políticas sociais.

Acerca desse assunto, Carneiro (2011) coloca que:

No entanto, o que importa é sublinhar a impossibilidade de elaborar políticas públicas sem levar em conta as desigualdades raciais existentes no país e, ao mesmo tempo, apontar as deficiências nas formulações que não consideram seriamente essa dimensão (Carneiro, 2011, p. 50).

Essas observações são importantes para nos situarmos no objeto de intervenção profissional do/a Assistente Social, pois, como afirma Netto (2005), a existência do Serviço Social enquanto profissão se dá pela sua importância da divisão social e técnica do trabalho.

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma autorrepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. (Netto, 2005, p. 71-72).

O objetivo desse trabalho não é se estender nos fundamentos históricos teóricos e metodológicos do Serviço Social, realizamos esse breve percurso até aqui para situar o/a leitor/a, sobre o que concerne ao Serviço Social intervir para que em momentos futuros possamos aprofundar o debate acerca da atuação da profissão dialogando com a temática das relações raciais percebendo-a como algo que também é objeto de intervenção da profissão.

2.2. Expressões da desigualdade racial no Brasil

O avanço do racismo no Brasil nos últimos anos demonstrou o quanto esse se mostra como um problema central e urgente de ser refletido, e alvo constante de busca para a

minimização de seus efeitos por meio de políticas públicas e sociais.

A sobreposição raça e classe é uma característica da desigualdade brasileira. Entretanto, políticas de cunho universalista não foram suficientes para combater as desigualdades raciais, mesmo com a sobre representação dos negros na população em situação de pobreza. Vale lembrar que ainda não foram esgotadas as soluções de cunho social/universal, como a oferta de boa escola pública em especial nas regiões mais pobres. Mas a histórica indiferença da sociedade e do Estado brasileiros em relação à pobreza relaciona-se também com o fato de esse grupo ser majoritariamente negro. Nesse sentido, as ações afirmativas de acesso ao ensino superior são importantes porque tocam no espaço de privilégio da classe média e dos ricos, no qual prevalece a presença da população branca (Oxfam, 2019, s/p)¹⁹

Nesse sentido, a pesquisa nos mostra que as expressões das desigualdades raciais envolvem fenômenos sociais de diferentes proporções, tanto de cunho socioeconômico, político e cultural, que podem ser relacionadas a partir de vários indicadores sociais.

Para o estudo desses indicadores, observamos que a pesquisa documental pode nos auxiliar a organizar informações relevantes enquanto fonte de consulta. Assim, por meio de abordagem qualitativa e quantitativa, orientada em torno do objeto de estudo, sistematizar um conjunto de dados e informações acerca das desigualdades raciais e suas expressões na sociedade brasileira. Elegemos pela coleta de dados específica de indicadores sociais, compreendendo-os como recurso metodológico pertinente.

Indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo de ligação entre os modelos

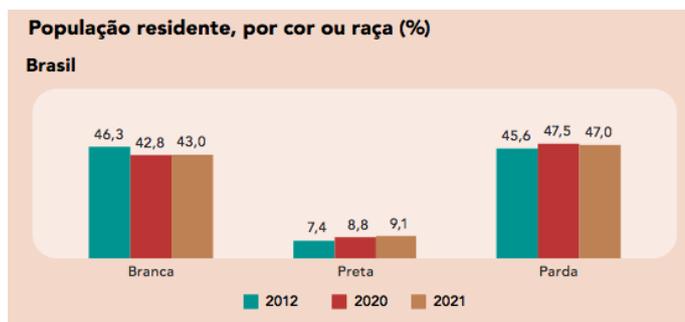
¹⁹ Cf.: Márcia Lima. Desigualdades raciais no Brasil e suas múltiplas dimensões. Oxfam, Brasil, 27 agosto 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/desigualdades-raciais-no-brasil-e-suas-multiplas-dimensoes/>. Acesso em: 12 de abril 2023.

explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados (Jannuzzi, 2002, p. 55).

Na pesquisa consideramos os indicadores de pobreza, rendimentos do trabalho, escolaridade, violência e representatividade de pessoas negras no poder, para traçar um perfil da população negra no Brasil no período de nosso estudo.

Através da PNAD Contínua (2022), observamos que entre 2012-2021 houve um aumento de pessoas que se autodeclaram negras e pardas. Subiu para 212,7 milhões em 2021, com alta de 7,6% em comparação com 2012. Nesse período, o percentual de pessoas que se autodeclaram brancas caiu de 46,3% para 43%. De pretas, subiu de 7,4% para 9,1%. Pardas, de 45,6% para 47%.

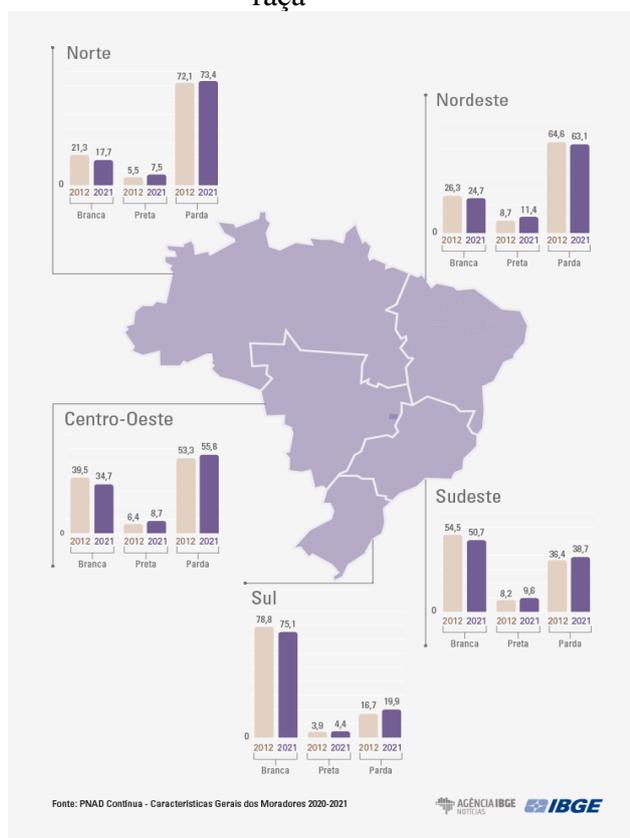
Gráfico 2 – Recorte racial da população brasileira em 2012, 2020 e 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021. Nota: Para 2012, acumulado de primeiras visitas. Para 2021, acumulado de quintas visitas.

Em relação à distribuição da população por região, os dados demonstram que o Nordeste tem a maior proporção de pessoas autodeclaradas pretas (11,4%), Sudeste (9,6%) e o Centro-Oeste (8,7%). Por Estado, a Bahia (21,5%) e o Rio de Janeiro (14,2%) são os que mais têm concentração de pessoas negras. Já as regiões que mais concentravam a população parda foram Norte (73,4%), Nordeste (63,1%) e Centro-Oeste (55,8%) (PNAD, 2022).

Gráfico 3 – Distribuição da população residente por grandes regiões, segundo cor ou raça

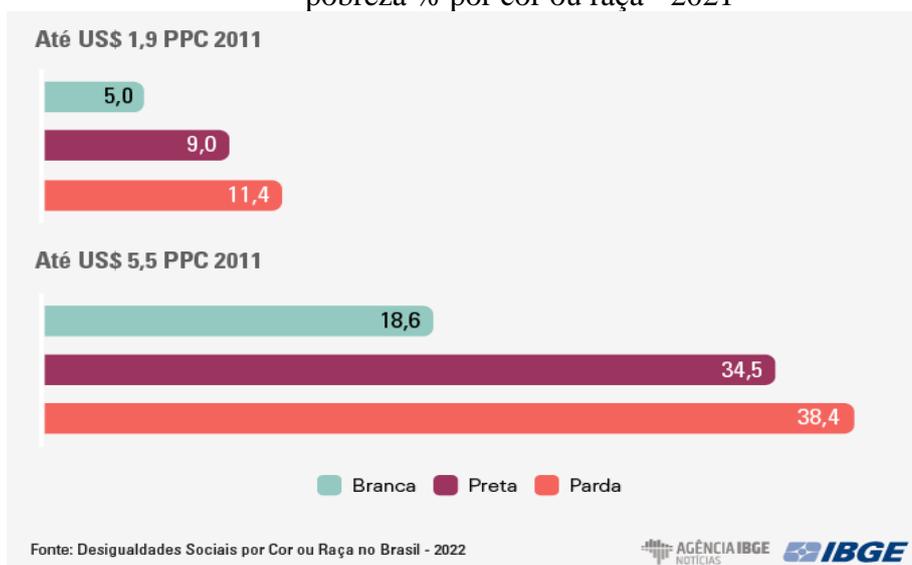


Fonte: PNAD Contínua – Características Gerais dos Moradores – 2020 – 2021.

Os indicadores de pobreza também revelam aspectos da desigualdade entre negros e brancos; atentando que essa taxa é duas vezes maior entre pretos e pardos, em comparação com os brancos no Brasil. Segundo o IBGE (2021)²⁰, considerando a linha de U\$5,50 diários (BM), a taxa de pobreza dos brancos era de 18,6%, pretos (34,5%) e pardos (38,4%). Na linha da extrema pobreza, (US\$1,90 diários), as taxas foram 5,0% para brancos, contra 9,0% dos pretos e 11,4% dos pardos”.

²⁰ IBGE. Estatísticas sociais. *Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento*. 11/11/2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>. Acesso em: 21 mai. 2023.

Gráfico 4 – Pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza % por cor ou raça - 2021



Fonte: IBGE – Distribuição por cor ou raça - 2022

Apesar dos dados serem do ano de 2022, essa não é uma questão nova, para retratar o que estamos falando vemos como importante apresentar o que foi colhido no último levantamento dos/as inscritos/as no Cadastro Único e programa bolsa família, realizado no ano de 2013, foi constatado o uso majoritário pela população preta e parda, o que indica que esse é o público que mais recorre a esse a essa assistência pela necessidade urgente do acesso a itens básicos, como alimentação.

Como afirma Moreira (2020), a população negra apresenta problemáticas nos mais diversos âmbitos da vida, não possuindo acesso a direitos fundamentais, sendo a população que apresenta preocupantes indicadores sociais, para permanência dessa condição a ideia (a partir de uma perspectiva ideológica) de que no país se vive uma “democracia racial”²¹.

Souza e Brito (2023) apontam que as grandes pesquisas focam mais em discursos universalizantes e não se aprofundam nos assuntos que envolvem cor, raça ou gênero, sendo assim, cabe aos profissionais que lidam com a refrações da questão social se apropriar dos debates além dos supracitados também sobre as populações empobrecidas, o que inclui comunidades quilombolas.

Faz-se necessário indagar se não estamos reproduzindo a lógica da família universal

²¹ Aspas do autor.

e da inexistência da vulnerabilidade imposta pelo racismo contra a população negra, onde os conflitos atribuídos pelo racismo são diluídos por uma lógica perversa de que inexistem desigualdades sociais resultantes de racismo? Ou será que tanto famílias brancas como as negras vivem os mesmos dilemas socioeconômicos e culturais, as mesmas contradições internas? Inegavelmente, há um fosso entre a produção referente às formas de socialização de organização das famílias negras e brancas no serviço social (Souza; Brito, 2023, p. 192).

Como afirma Souza e Brandão (2021), devemos colocar que a extrema pobreza é cenário comum das comunidades quilombolas e que em cerca de 70% das famílias remanescentes de quilombo contam com renda de apenas R\$ 77 reais.

Sobre isso é importante destacar que, como afirma Oliveira (2004), de acordo com a convenção firmada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fazem parte da população negra todos/as que se autodeclararam pretos ou pardos, assim 60,5% dos/as cadastrados/as no CadÚnico e 66% que recebiam Bolsa Família eram constituídas de pessoas pretas.

Tabela 1 – Quadro de inscritos/as no CadÚnico e programa bolsa família

		TOTAL		ATÉ R\$70,00		DE R\$70,01 A R\$140,00		DE R\$140,01 A R\$339,00	
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	67.700.443	100,0%	40.944.962	100,0%	15.183.484	100,0%	11.571.997	100,0%
	Branca	18.649.889	27,5%	9.175.802	22,4%	5.085.347	33,5%	4.388.740	37,9%
	Preta	4.702.285	6,9%	2.835.076	6,9%	1.057.536	7,0%	809.673	7,0%
	Amarela	255.665	0,4%	157.845	0,4%	52.972	0,3%	44.848	0,4%
	Parda	43.230.453	63,9%	28.223.157	68,9%	8.814.045	58,1%	6.193.251	53,5%
	Indígena	440.221	0,7%	358.718	0,9%	51.531	0,3%	29.972	0,3%
	Sem informação	421.930	0,6%	194.364	0,5%	122.053	0,8%	105.513	0,9%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	49.637.552	100,0%	35.266.328	100,0%	11.015.144	100,0%	3.356.080	100,0%
	Branca	12.307.884	24,8%	7.596.467	21,5%	3.603.208	32,7%	1.108.209	33,0%
	Preta	3.462.587	7,0%	2.448.328	6,9%	770.160	7,0%	244.099	7,3%
	Amarela	180.199	0,4%	130.594	0,4%	38.028	0,3%	11.577	0,3%
	Parda	33.101.546	66,7%	24.627.855	69,8%	6.504.849	59,1%	1.968.842	58,7%
	Indígena	380.063	0,8%	326.874	0,9%	40.992	0,4%	12.197	0,4%
	Sem informação	205.273	0,4%	136.210	0,4%	57.907	0,5%	11.156	0,3%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Ao pegarmos dados mais atualizados, não se nota muita diferença com relação à população quilombola em que

Das 80 mil famílias quilombolas do Cadastro Único, sistema que serve de banco de dados para programas sociais, o documento indicou que 74,7% viviam em estado de extrema pobreza. O relatório também apontou que os quilombolas têm menos acesso a serviços básicos como saneamento e energia elétrica, quando comparados ao restante da população. Entre os quilombolas, 48,7% deles vivem em casas com piso de terra batida, 55,21% não têm água encanada, 33,06% não têm banheiro e 15,07% deles possuem esgoto a céu aberto. Há, ainda, um alto índice de analfabetos: 24,81% deles não sabem ler e, em 2013, a taxa de analfabetismo dentro das comunidades quilombolas era quase três vezes mais alta do que a média nacional, já que a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) indicava 9,1% para o país (Almeida, 2018, p. 26-27).

Para além disso, no que diz respeito ao acesso às oportunidades de inserção e acesso da população negra ao ensino médio e superior, podemos observar um aumento significativo na inclusão de jovens negros, em função das políticas de ações afirmativas de recorte social e racial e à expansão do próprio sistema de ensino superior no Brasil nos últimos anos.

De acordo com os dados censitários, em 2000 a proporção de estudantes de 15 a 17 anos pretos e pardos que frequentavam o ensino médio era, respectivamente, de 28,3% e 31%; em 2010, esses percentuais passaram a 49,7% e 53,7%. No caso do ensino superior, o crescimento também foi muito expressivo: se em 2000 apenas 6,3% e 8,4% dos estudantes negros entre 18 a 24 anos frequentavam esse nível de ensino, em 2010 esses percentuais passaram a 30,4% e 27,8%, respectivamente. Ou seja, em dez anos quadruplicou a participação da população negra nesse nível de ensino. Porém, os dados também revelam que, embora tenha ocorrido uma queda significativa das desigualdades raciais, elas ainda persistem: a participação dos brancos nesses níveis de ensino era de 68,1% no caso do ensino médio e 60,7% no ensino superior (Oxfan, 2019, s/p).

No balanço geral de 2018, para identificar os rendimentos do trabalho se percebe em números a disparidade entre brancos e negros. Pessoas brancas recebem pagamento pelo trabalho desempenhado cerca de 73,9% a mais que pessoas negras, o rendimento por hora dos/as que estão ativos/as no mercado de trabalho é de 45% maior para brancos em relação a negros/as (IBGE, 2019).

As pessoas que se declararam pretas e pardas correspondiam em junho de 2020 a 54,9% da força de trabalho, sendo 52,5% dos ocupados e 60,3%

dos desocupados. Durante os primeiros meses da pandemia no país, a taxa de desocupação cresceu para todos os grupos de cor ou raça, com média geral passando de 10,7% para 13,1% entre maio e julho. Considerando-se somente a população negra – homens e mulheres –, essa elevação foi ainda superior: passou de 10,7% e 13,8% para 12,7% e 17,6% respectivamente (IPEA, 2022, p. 462).

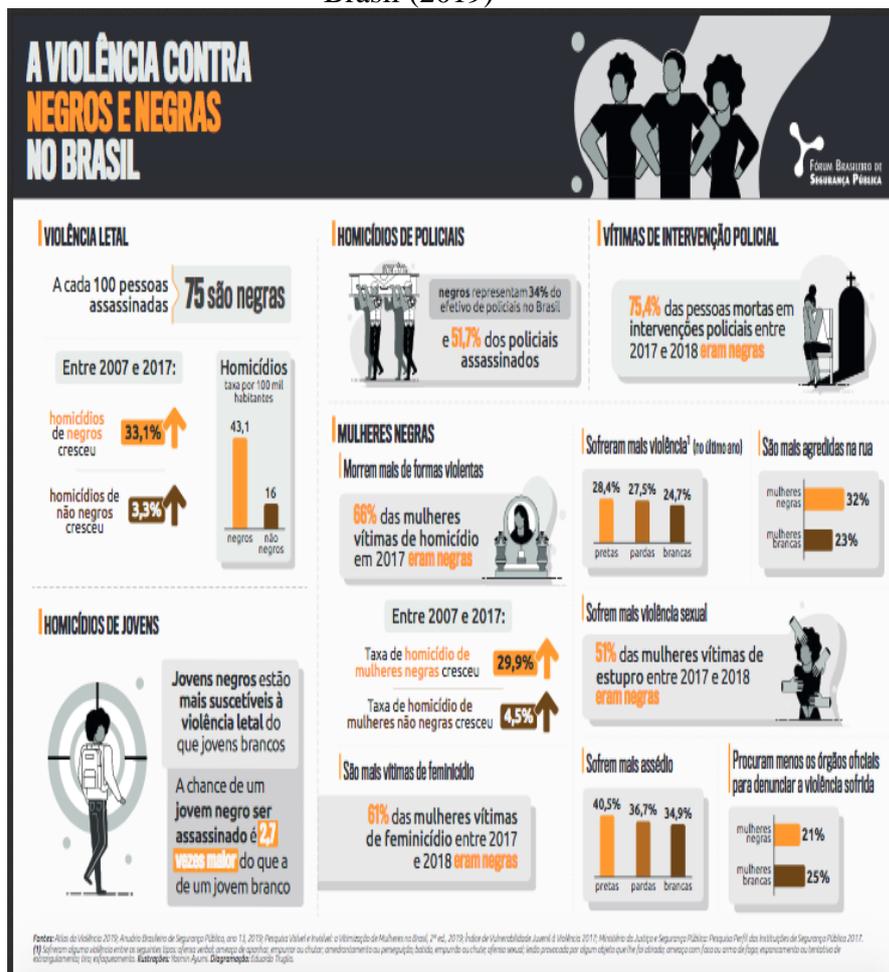
Além dos indicadores socioeconômicos, o índice de mortes violentas revelam a multiplicidade de fatores que expressam a discriminação racial no Brasil como questão social.

O Atlas da violência ainda aponta para o estado crítico em que o Brasil se encontra no que diz respeito ao tratamento com a população negra do país expondo o avanço do racismo no país nos últimos anos. Dentre os dados trazidos à tona está o fato de 75,7% dos homicídios da população, houve um aumento de 11,5% nos homicídios de negras/os e diminuição de 12,9% dos homicídios de não negros no período entre 2008 a 2018 no país (IPEA, 2020).

O Fórum Brasileiro de segurança pública²², também demonstra a relação entre racismo e violência no país. O infográfico abaixo, publicado em 2019, apresenta vários indicadores da violência contra pessoas negras no Brasil, tomando como referência o Atlas da Violência (2019).

²² Cf.: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-violencia-contra-negros-e-negras-no-brasil/. Acesso em: 10 abril 2023.

Gráfico 5 - Porcentagem das diversas formas de violência contra pessoa negra no Brasil (2019)



Fonte: Atlas da Violência 2019.

Elaboração: Fórum de Segurança Pública. A violência contra negros no Brasil. Infográfico de divulgação. 2019.

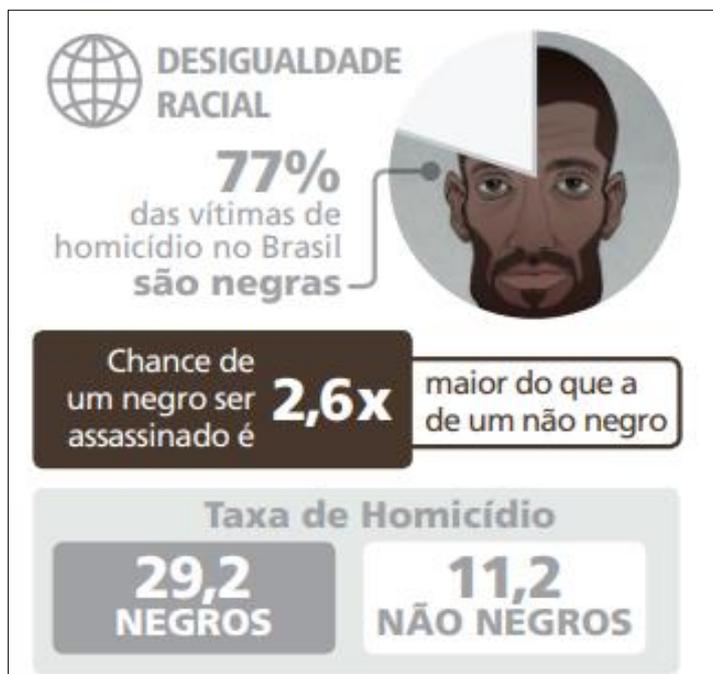
Nesse sentido, os dados apresentados demonstram a afirmação de Eurico (2011) que é o fato de a população negra ser tratada de maneira diferenciada ao longo do processo de formação da sociedade brasileira, sendo conferida a ela tratamento que não a possibilita o acesso com qualidade nas políticas públicas, educação e mercado de trabalho.

Apesar do debate da violência não se constituir como objeto central de nossa análise, percebemos que a partir da apreciação desses dados é possível entender a disparidade existente no tratamento diferenciado que é direcionado à população negra e, esses dados tratam de alguns subsídios que contribuem para a afirmação de que houve um crescimento expressivo de práticas de cunho racista e que influem a geração de demandas para a profissão de Serviço Social.

A violência que atinge desproporcionalmente e que evidencia o caráter racial dessas

mortes como mostra o gráfico a baixo.

Imagem 6 – Taxa de homicídios de pessoas negras (atlas da violência 2021)



Fonte: Atlas da violência de 2021

Visto isso, e entendendo o direcionamento político da profissão, um caso trouxe à tona em todo o mundo a urgência de avançarmos em uma atuação antirracista, no ano de 2020 ocorreram amplas movimentações mundiais contra o racismo a partir do assassinato de George Floyd²³ nos Estados Unidos por um policial branco, o assassinato causou movimentações em todo o globo com ações denominadas “Vidas negras importam”, os requintes de crueldade de como ocorreu o assassinato (após uma abordagem policial por desconfiarem que George Floyd tinha usado uma nota falsa, ele foi asfixiado enquanto estava deitado no chão tentando falar que não conseguia respirar, pois o joelho do policial estava em seu pescoço, após o caso foi comprovado que Floyd não tinha usado a nota falsa no comercio

²³ Em 2020 após uma abordagem policial George Floyd, um cidadão afroamericano, foi parado de maneira violenta pelos policiais que o abordaram alegando que George Floyd teria agido com violência, o que foi negado posteriormente após análise das imagens de segurança de locais próximos, ao algemar George Floyd e colocar o joelho em cima dele o assassinou asfixiado, mesmo ao ouvir gritos de Floyd afirmando não conseguir respirar, o caso comoveu todo o mundo pelo requinte de crueldade e forma de tratamento da abordagem (ALMEIDA, 2021).

próximo), sendo a violência policial a razão do assassinato.

No levantamento realizado pela Rede Observatório (2021) a partir da análise de dados das secretarias de segurança dos estados pesquisados Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo) foi constatado que a população negra é também a mais afetada pela violência policial.

Tabela 2 – Mortes decorrentes da ação policial

COR	ESTADO						
	BA*	CE	MA	PE	PI	RJ	SP
BRANCA	13	3	0	4	8	154	149
NEGRA**	603	36	0	101	24	1.060	330
NI	397	86	87	0	2	142	90
OUTROS	0	0	0	0	0	0	1
PARDA	528	31	0	95	20	696	293
PRETA	75	5	0	6	4	364	37
TOTAL GERAL	1.013	125	87	105	34	1.356	570

Fonte: Elaborado pela Rede de Observatórios com base nas informações das secretarias estaduais de segurança pública, 2021.

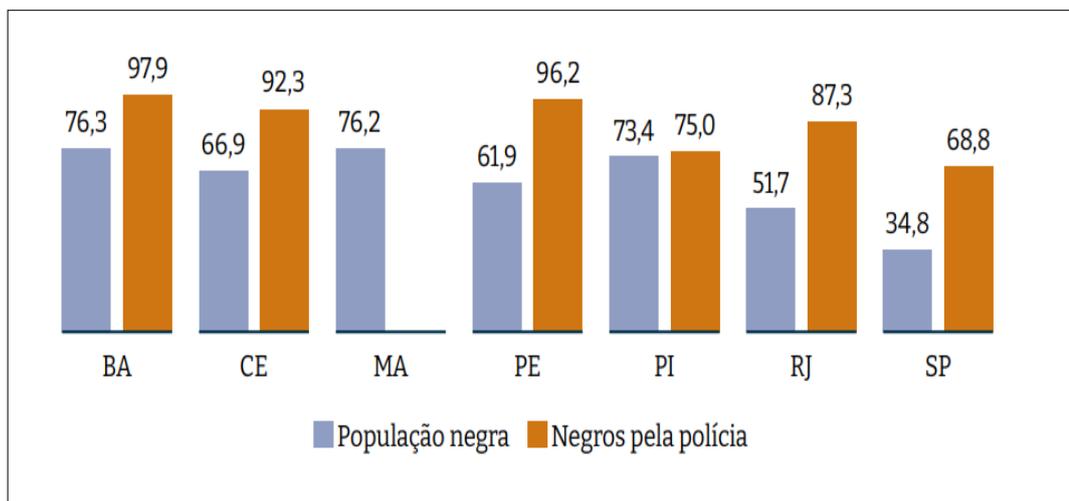
Os dados apresentados retratam uma realidade presente na vida da população negra brasileira, não é difícil encontrar notas de repúdios de movimentos negros ou representantes das comunidades quilombolas a nível estadual ou nacional contestando ações de violência contra negros/as e quilombolas, a exemplo da “Nota em repúdio pela morte de mais um jovem negro quilombola” feita pela CONAC em referência ao assassinato realizado por um policial contra um jovem negro quilombola.²⁴

A letalidade policial ocorre de forma desproporcional, enquanto pesquisador e debatedor da temática das relações raciais, em todos os espaços que frequento constantemente me deparo com o argumento como “morre mais negros/as porque existem mais negros/as no Brasil”, esse poderia ser um que faria sentido em uma sociedade em que os negros também ocupassem majoritariamente outros espaços que não fosse o de alvo de violência, e isso não

²⁴ Nota disponível em: <https://conaq.org.br/wp-content/uploads/2023/09/NOTA-JURIDICA-CONAQ-Caso-Jose-Wiiliam.docx.pdf>

se trata de opinião ou ideia que alguém acha que é verdade e mencionou em algum lugar, são dados que mostram o avanço do número de mortes ocasionadas pela polícia militar contra pessoas negras.

Gráfico 6 - População negra e negros mortos pela polícia em 2021 (em %)



Fonte: Elaborado pela Rede de Observatórios com base nas informações das secretarias estaduais de segurança pública

Já sobre a questão de atentar contra a própria vida temos casos como o que ocorreu em 2019, em que um jovem negro estudante da Universidade de Brasília se suicidou em frente à reitoria da universidade, em 2016 foi apontado jovens negros como o grupo que mais se autoextermina²⁵, sendo 45% maior que de jovens brancos, e, fazendo um recorte de gênero, identificou-se que entre 2012 a 2016 o suicídio entre homens negros jovens aumentou enquanto o de mulheres negras jovens se manteve estável, ainda no ano de 2019, uma criança de apenas oito anos foi assassinada

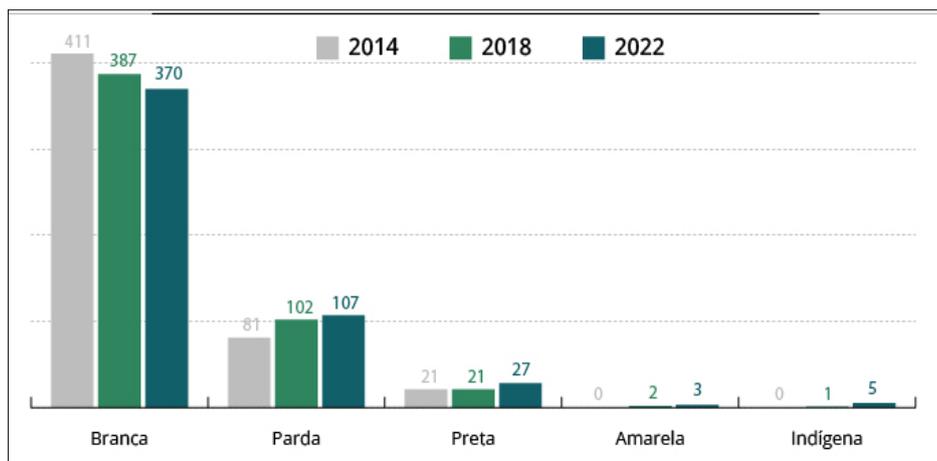
Balas perdidas geralmente encontram seu destino entre pessoas negras e pobres no Brasil. Testemunhas afirmaram que o disparo foi de autoria de policiais militares que estariam em operação, o que corresponde à política de excludentes de ilicitude do atual governo federal e à política estadual defendida pelo atual governador do Rio de Janeiro, com o incentivo a ações mais violentas para a força policial, que já fez outras vítimas sem qualquer envolvimento com atos criminosos (Ortegal, 2021, p. 118).

²⁵ Como afirma Ortegal (2021)

Ao analisarmos outros indicadores quanto à ocupação de espaços de decisão vemos que o número de políticos brancos é maior, assim as pautas específicas dificilmente tomam corpo, até o ano de 2021 na câmara de deputados eram entre os 513 deputados federais eleitos, há 436 homens e 77 mulheres, já autodeclarados/as pretos/as e pardos/as representavam um total de 24,3% enquanto pessoas brancas chegam a 75%, todos/as eleitos/as no ano de 2018, quando houve a as eleições para ocuparem os cargos até o final de 2022 (AGÊNCIA SENADO, s.d).

Assim, ao passo que avança a violência contra pessoas negras não se percebe na ocupação dos espaços de decisão, como por exemplo a câmara de deputados/as, em que, mesmo sendo contingente populacional maior, permanece com menor número de representantes, não chegando sequer próximo a 50% dos cargos ocupados e nenhum registro sequer de deputado/a quilombola eleito.

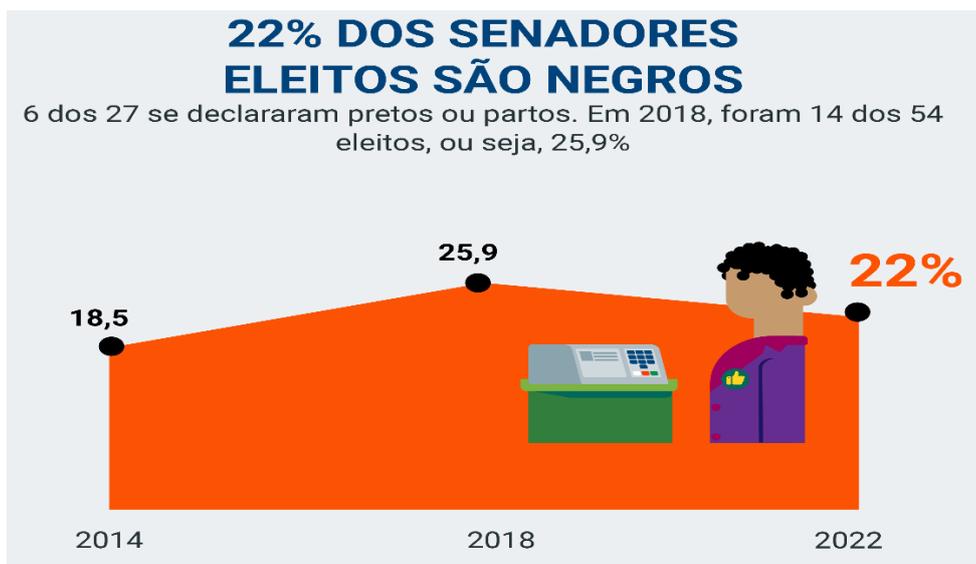
Gráfico 7 – Deputados/as eleitos/as por raça/cor nos anos de 2014, 2018 e 2022



Fonte: TSE, disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911743-numero-de-deputados-pretos-e-pardos-aumenta-894-mas-e-menor-que-o-esperado/>

Para os cargos de senador/a da república não é diferente, em 2014 apenas 18,5% dos/as eleitos/as eram negros/as, em 2018 25,9% e em 2022 apenas cerca de 22% e nenhum/a senador/a quilombola, nos outros poderes da república chega a ser pior, no Supremo Tribunal Federal (STF) não há sequer uma pessoa negra, já no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) há apenas um negro, o ministro Benedito Gonçalves, o que mais uma vez evidencia o caráter racial da seleção a esses cargos (SENADO NOTÍCIAS, 2021)

Gráfico 8 – Senadores/as negros/as eleitos/as em 2018



Fonte: www.Poder360.com.br, disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/22-dos-senadores-eleitos-sao-negros/>

No Brasil nunca foi eleito diretamente um/a presidente/a negro/a, o fato de ser maioria da população brasileira em alguns discursos pode ser justificativa para o elevado número de pessoas assassinadas, desempregadas e desassistidas, mas não é justificativa para estas ocupando espaços de decisão ou sendo o grupo com maior possibilidade de acumular mercadorias.

Já no período de pandemia de Covid-19 no Brasil que ocorreu entre o início de 2020 até meados de 2022, a população quilombola, em relação à população urbana branca, tinha cerca de quatro vezes mais chances de morrer pela doença, isso por se caracterizar como público em situação de vulnerabilidade (Evangelista, s.d).²⁶

2.3. Serviço social e relações raciais: desafios e possibilidades

Ao tratar das formas como o Serviço Social ao longo da história com a temática das relações raciais, Moreira (2019) traz que, no início do processo de constituição da profissão o Serviço Social referenciava-se na Doutrina Social da Igreja Católica, esse direcionamento não

²⁶ Informação disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/covid-19-mata-quatro-vezes-mais-quilombolas-do-que-parcela-urbana-e-branca>

permitia uma apreensão crítica da realidade, além de não possibilitar a compreensão das particularidades existentes no processo de formação da sociedade brasileira.

Sobre isso, é importante retornarmos ao primeiro capítulo quando trouxemos o debate das ações e discursos eugênicos no início do século XX no Brasil, juntamente com essas ações da história da maldição de Cam apresentada na obra de Modesto barroco onde apresenta a eliminação gradual do/a pessoa negra no Brasil;

Esses direcionamentos apontam para o fato de o Serviço Social enquanto profissão atender as orientações dos, nos dizeres de Iamamoto (2009), demandantes da profissão.

Assim, a reprodução das relações sociais é a *reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida* que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade (Iamamoto; Carvalho, 2014, P. 79).

Posto isso, entende-se que a profissão possuía um direcionamento que não permitia o entendimento da realidade de maneira crítica, esse não se mostrava como objetivo primeiro da profissão, mas sim atender aos interesses de seus mandatários e responsáveis por sua institucionalização, culminando no desconhecimento das desigualdades raciais enquanto objeto que deveria receber atenção para a busca de estratégias de enfrentamento.

As desigualdades raciais no Brasil apresentam dificuldades em sua interpretação a partir da criação de um ideário que afirma que todos/as os brasileiros/as são iguais e usufruem dos mesmos direitos, todos/as sob as mesmas leis, as desigualdades são vistas considerando apenas a renda, desconsiderando o fator raça, todavia quando se faz uma análise de indicadores sociais se constata que os problemas não são apenas ocasionados pela diferença de renda (Eurico, 2011).

Visto a dificuldade em considerar o fator raça como determinante para o estabelecimento de mais ou menos privilégios e a existência de um ideário que nos leva a crer que negros/as recebem tratamento diferenciado por sua condição enquanto negro/a, a questão se apresenta como um desafio para o/a Assistente Social que, à vista disso, precisa ser “[...] culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico; atento para decifrar o não-dito, os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder [...]” (Iamamoto, 2008, p. 3).

Assim, a importância de se trazer esse tipo de discussão no Serviço Social está na

necessidade de darmos respostas a essa demanda, uma vez que esta aparece como campo de atuação da profissão,

Em suma estamos tratando de uma profissão que trabalha com apolítica social, via de regra compondo quadros técnicos para intervenção junto a esta política. Desse modo, torna-se imprescindível conhecer o tema e como a profissão vem abordando a questão racial, a partir da sua produção de conhecimento (Junior, 2013, p. 3).

Quando vamos para uma análise desse tema no âmbito da formação é possível perceber a existência de um número relativamente pequeno na quantidade de produções acadêmicas, o que pode ser um indicativo de incentivo a uma não atuação antirracista.

Já no trato das produções acadêmicas relacionadas à Questão Racial ou do negro na sociedade brasileira realizadas nos cursos de Serviço Social constatou que no período pesquisa entre 1948 e 2002, ou seja, entre três períodos políticos diferentes: o Democrático de 1948 a 1963, Autoritário de 1964 a 1985 e Democrático de 1986 a 2002; em todos esses períodos divididos em 58 anos foram encontrados 1237 trabalhos de conclusão de curso, desses, apenas seis trabalhos foram encontrados, dos 1237 examinados apenas 0,48% possuíam alguma relação com as temáticas mencionadas (Filho, 2008 *apud* Eurico, 2011).

Apesar de não ser o foco desse trabalho, vejo como informação de muita relevância para contribuir nesse debate, dado que o âmbito da profissão não está apartado do âmbito da formação, além de se tratar de indicadores importantes.

Esse debate atravessa todos os âmbitos da profissão, sendo identificado desde o processo de formação ao exercício da ação profissional, é relevante esse apontamento para percebermos que não se trata de algo que poderá ser resolvido a partir da atuação apenas no campo da atuação, mas em todos os âmbitos do Serviço Social, desde o incentivo a pesquisas acerca das relações raciais, até a disponibilização de instrumentos de trabalho que possibilitem ao/a Assistente Social ter êxito ao atuar no combate ao racismo.

2.3.1. O projeto ético-político da profissão

A gestação do projeto ético político do Serviço Social ocorreu em meio ao processo de recusa aos direcionamentos de cunho conservador dados à profissão, e, para sermos mais específicos quanto ao período desse acontecimento, na transição da década de 1970 a 1980, esse é um marco na profissão pelo já mencionado ato de criticar os direcionamentos

conservadores, mas também, por se iniciar a criação de um projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora (Netto, 1999).

Como afirma Netto (1999), a teoria social crítica de Marx nos possibilitou perceber que os acontecimentos na sociedade não o correm por essa sociedade possuir uma natureza própria, mas por ação dos membros da sociedade, que por agirem teologicamente empregam uma determinada direção a determinadas ações no objetivo de atingirem seus objetivos, afirma ainda que os projetos societários são projetos coletivos que por sua vez são projetos de classe.

[...] este projeto profissional se compromete com projetos coletivos de maior abrangência, que se remete à sociedade e situa-se no campo de transformação da ordem vigente; afirmando-se assim, para que se logre conceber no trânsito devida das diversas particularidades que envolvem os interesses sociais presentes na sociedade, as demandas que portam as reais necessidades da classe subalterna (Gomes, 2007, p. 162).

O projeto ético-político do Serviço Social se trata de um projeto coletivo que oferece uma determinada direção a ser seguida pelos/as profissionais, o que irá contribuir na indicação da ação cotidiana da profissão, isso não quer dizer necessariamente que todos/as os/as profissionais irão seguir ou mesmo respeitar essas indicações, mas que será subsídio importante para embasar o fazer profissional.

Sobre os projetos societários é importante apontar que:

nos projetos societários (como, aliás, em qualquer projeto coletivo) há necessariamente uma dimensão política, que envolve relações de poder. [...] A experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas flexíveis e cambiantes: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas. [...] compreende-se, sem grandes dificuldades, que a concorrência entre diferentes projetos societários é um fenômeno próprio da democracia política. Num contexto ditatorial, a vontade política da classe social que exerce o poder político vale-se, para a implementação do seu projeto societário, de mecanismos e dispositivos especialmente coercitivos e repressivos (Netto, 1999, p. 3).

O que significa dizer que os projetos societários podem indicar distintas direções a depender das relações de poder que estiverem envolvidas em um determinado momento histórico analisado.

Os projetos profissionais estão inscritos nos projetos coletivos, o Serviço Social enquanto profissão também possui seu projeto, algo que foi construído pelo corpo que forma

a profissão, aí está inserido o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), além de sindicatos e associações de Assistentes Sociais (Netto, 1999).

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (Netto, 1999, p. 4).

Teixeira e Braz (2009) afirmam que os projetos societários podem ter duas funções centrais, a de ser conservadores ou transformadores da ordem social vigente, o projeto da profissão de Serviço Social é, sem dúvidas, de cunho transformador, o que pode ser explicado em parte pelas exigências na dimensão política da profissão existentes na intervenção profissional.

Um projeto profissional de cunho transformador significa uma maior aproximação a demandas que fazem parte do campo de atuação da profissão, mas que antes eram barradas por ações do próprio Estado e classe dominante por se tratarem de ações consideradas subversivas que batem de frente com os privilégios da classe dominante brasileira, os fatos mencionados anteriormente a partir das leituras de Nascimento (2006) não podem ser pensadas de maneira separada das direções dadas às profissões naquele período histórico, o que significa dizer que o Serviço Social também era afetado com indicações de natureza semelhante.

A classe burguesa criou marcas que funcionam como diferenciadores que vão assumir importante papel na construção de uma imagem inferiorizada dos grupos subalternizados, o qual pode ser contestado no processo de construção de condições favoráveis a isso, como por exemplo a disputa de um novo projeto de sociedade.

Como bem nos lembra Netto (1999), um projeto societário só pode ser disputado em uma sociedade democrática, em uma que prevalece uma ditadura²⁷ não é possível realizar

²⁷ Faço uso do mesmo termo utilizado por Netto (2015) para se referir ao período ocorrido no Brasil de Abril de

disputas entre projetos, uma vez que um dos projetos será imposto de forma dura e repressiva sem espaços para o contraditório. Para exemplificar essa afirmação podemos citar o período de ditadura²⁸ 1964 a 1985 a qual passou o Brasil.

A ditadura representou um amplo retrocesso, ações que não estivessem alinhadas com os objetivos do governo eram tratadas como subversivas e massivamente reprimidas, como eram o caso das lutas por igualdade racial.

Ao se realizar uma análise mais de perto da forma como a questão racial foi tratada pela classe dominante brasileira, percebe-se a criação de um conjunto de ações para barrar atividades de resistência de luta contra o racismo, Nascimento (2016) destaca as massivas tentativas de se construir a ideia nas mídias e em outros espaços de veiculação de informações de que no Brasil existia uma democracia racial, o que seria motivo de orgulho para o todos/as, já que brancos e negros estaria em patamar de igualdade e gozariam dos mesmos direitos e deveres sem qualquer distinção.

Como afirma Nascimento (2006), no período do regime militar o governo brasileiro tentou silenciar de variadas maneiras o avanço de debates ligados ao tema das relações raciais, e, dentre as formas, estava o silenciamento de instituições de pesquisas e estudiosos que atuavam no trato sobre as lutas antirracistas.

Nascimento (2016) afirma que no censo de 1970 não foram coletadas informações relacionadas à origem racial e a cor das pessoas recenseadas, o que abre brechas para manipulações nas estatísticas oficiais por parte das classes dominantes, ainda no mesmo período traz à tona a citação de Talles de Azevedo publicado em *O globo* no ano de 1969 sobre uma ação do General Portela, a notícia traz que:

Publicando telegrama procedente de Brasília, o jornal informa que o General Jaime Portela, em exposição de motivos ao presidente da República, sugerindo a criação da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, datada de 10.2.1969, refere-se a conclusão do Conselho de Segurança Nacional sobre ações subversivas e afirma: No contexto das atividades desenvolvidas pelos esquerdistas, ressaltamos as seguintes: [...] (item 9) – Campanha conduzida através da imprensa e da televisão em ligação com órgãos

1964 até o processo de redemocratização do país em que houve um amplo movimento repressivo a tudo que pudesse confrontar os interesses dos que implantaram a ditadura.

²⁸ Aqui entendendo ditadura nos termos de Netto (2014) como período ocorrido no Brasil de 1864 a 1985 em que prevaleceu a super exploração da classe trabalhadora em prol dos interesses do capital e que, período ainda em que “[...] impuseram à massa dos brasileiros a despolitização, o medo e a mordação” (Netto, 2014, n.p).

estrangeiros de imprensa e de estudos internacionais sobre discriminação racial, visando a criar novas áreas de atritos e insatisfação com o regime e as autoridades constituídas (Nascimento, 2016, P. 95 *Apud* DEMOCRACIA RACIAL, p. 53).

A ideia de democracia racial oferece resistência e aparece readequada nos discursos mais atuais, e, com isso, ampliando a ideia de que no Brasil não existe racismo, o que por sua vez desqualifica qualquer tipo de ação coletiva e organizada de luta antirracista.

A partir do que foi posto, ao se tratar de assuntos relacionados a ações de enfrentamento ao racismo, a indicação era de que em nenhum espaço fosse tratado sobre questões ligadas às lutas antirracistas, pois eram considerados atos subversivos e que colocariam em risco a imagem de uma nação em que prevalecia a democracia racial.

A perspectiva histórica partícipe na teoria social crítica nos auxilia a pensar a atuação do/a Assistente Social associada ao momento histórico e entendendo todo o seu processo formativo, as informações anteriormente citadas referem-se a ações do Estado brasileiro no período de ditadura, nesse mesmo período pode-se notar a construção de bases de atuação do Serviço Social com pautas de cunho conservador a partir de seus grandes encontros, Netto (2015) afirma que em 1967 houve em Porto Alegre o primeiro “Seminário de Teorização do Serviço Social” e em 1970 o encontro de Teresópolis, desses encontros saíram os documentos de Araxá e o de Teresópolis, ambos os documentos apresentavam indicações de influência da ditadura no fazer profissional.

No documento de Araxá, a profissão, quando digo a profissão é no sentido do que era consensual entre as profissionais neste determinado tempo histórico, Netto (2015) afirma que a atuação tinha o direcionamento de atuar com indivíduos considerados desajustados tanto no âmbito da família como em sociedade.

O projeto ético político da profissão se expressa em três documentos principais, a lei de regulamentação da profissão, o código de ética e a lei de diretrizes e bases da educação da ABEPSS, nesses três documentos são apresentadas as orientações para dar concretude ao projeto ético político, nos três documentos aparecem direcionamentos que estão alinhados com práticas de combate à discriminação racial.

Destarte, a profissão de Serviço Social era em seus primórdios subserviente aos interesses da classe dominante, sendo assim agente fundamental no controle da classe trabalhadora, ainda mais nos setores mais descontentes com a atual situação imposta pelo sistema capitalista, algo que só foi possível se desvincular, o que não significa dizer que

abandonou totalmente, com a aproximação às leituras marxistas e a possibilidade de uma análise crítica da sociedade.

O Serviço Social enquanto profissão nasceu com objetivos estabelecidos pela classe dominante para atuar na garantia de seus benefícios, a sua origem conservadora marca primeiras ações, a de contribuir na manutenção de uma ordem social estabelecida e que seguia uma linha de continuidade do modelo de sociedade anterior.

Entender como se deu o processo de constituição do Serviço Social nos possibilita compreender a razão pela qual a profissão tardou sua atuação no campo das Relações Raciais como objeto de intervenção da profissão, hoje já é possível perceber um avanço nesse debate nos eventos da profissão.

A luta antirracista faz parte do processo de transformação da ordem social para um modelo de sociedade livre das amarras do capitalismo, sua utilização enquanto instrumento da classe dominante para manutenção de privilégios apenas reforça sua importância para a derrocada desse sistema de criação e manutenção de riquezas ao mesmo tempo em que cria e atua na manutenção da miséria.

2.3.2. A relação do Serviço Social com os quilombolas

A partir do aprofundamento acerca das expressões da questão social quilombola se faz preciso compreender os múltiplos aspectos culturais e políticos das comunidades quilombolas, como um marcador identitário importante para problematizar de forma crítica a intervenção profissional de assistentes sociais em suas diferentes dimensões: histórica, teórico-metodológica, técnico-operativa/interventiva e ético-política (Iamamoto, 2000).

As comunidades quilombolas travam uma luta histórica por reconhecimento, acesso aos direitos sociais básicos e oportunidades de educação, saúde, habitação e trabalho. E ainda resistem pelo combate à prática do racismo em todos os níveis, estrutural, institucional, ambiental e nos ataques às religiosidades de matriz africana no Brasil.

Assim, como afirma Barroco (2008), a profissão passou pela construção de uma nova moralidade²⁹ nos períodos de 60 a 70, havendo assim um distanciamento com as bases mais

²⁹ Entendemos a moral de acordo com Barroco (2008, p. 42) como o que “[...] origina-se do desenvolvimento da sociabilidade; responde à necessidade prática de estabelecimento de determinadas normas e deveres, tendo em vista a socialização e a convivência social. Faz parte do processo de socialização dos indivíduos, reproduzindo-

tradicionais que davam direcionavam a atuação profissional, como ações presentes neste processo de construção de uma nova moralidade houve a aproximação com os movimentos populares e com a vertente marxista, desta forma

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da nossa história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que recomeça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais (Iamamoto, 2009, p. 18).

A profissão é convocada a assumir as demandas dos quilombos, os quais expressam "velhos" e históricos contextos sociais, onde colocam na agenda profissional novos desafios.

O estudo crítico da questão étnico-racial indica que o racismo estrutural e as desigualdades raciais no Brasil contam com suas bases históricas localizadas no período de escravidão. Não há mais como negar a urgência em nos apropriarmos, no Serviço Social, de uma análise que elucidada a formação sócio-histórica do país a partir do que, de fato, representaram quase 400 anos de escravidão para a constituição das relações sociais contemporâneas e o lugar da resistência negra (Soares, 2020, p. 2).

Soares (2020) afirma que existe uma lacuna no Serviço Social brasileiro quando tratamos do estudo da questão racial brasileira, mesmo contendo no código de ética do serviço social de 1993 e nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) direcionamentos que visam o avanço do aprimoramento no assunto em questão.

Essas afirmativas reforçam a importância de trazer para o centro do debate assuntos como etnia e raça, os quais, como afirmado anteriormente, necessitam de um aprofundamento para responder aos documentos norteadores da profissão.

A falta do aprofundamento de estudos como esses não é uma exclusividade do serviço social, mas está presente também em outros campos de pesquisa e profissões, pois trata-se de um projeto da classe dominante que está presente desde o ensino básico (Soares, 2020).

se através do hábito e expressando valores e princípios socioculturais dominantes, numa determinada época histórica.”

Como aponta Moreira (2020), é importante colocar que o serviço social atua junto às expressões da questão social atuando a serviço da classe dominante ao passo que também atua na garantia dos interesses da classe trabalhadora, assim,

tanto as demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (Iamamoto; Carvalho, 1995, P. 75).

Ainda citando Moreira (2020), entender essa colocação é mister no processo de elaboração de estratégias de luta que favoreçam à classe trabalhadora, que como afirma ele, é constituída majoritariamente por pessoas negras.

Isso porque, como afirma Soares (2020), a população quilombola ainda luta por direitos básicos, pois se apresentam como espaços em extrema vulnerabilidades, tendo como foco principal dos conflitos o direito ao território e acesso às políticas públicas.

CAPÍTULO 3

A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE E OS DESAFIOS FRENTE À NEGAÇÃO DE DIREITOS

Neste capítulo, pretendemos tratar dos conflitos existentes no espaço onde está localizado a Comunidade Quilombola do Cumbe em Aracati no Ceará, para tanto, entendendo esta como uma comunidade ocupada majoritariamente ocupada por negro/as e reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como Comunidade Quilombola. Iniciaremos trazendo uma análise da obra de Acselrad *et al* (2012) e Herculano (2008) para complementar o que foi posto nos capítulos anteriores e refletirmos sobre as ações de negação dos direitos da Comunidade Quilombola do Cumbe, para além disso, discorreremos sobre as principais formas de utilizadas contra os/as moradores do Cumbe.

3.1. Conceito de justiça ambiental e racismo ambiental

Importante abordar a questão da justiça ambiental, a pauta da luta sobre injustiça ambiental, tendo esse assunto iniciado em Warren County, na Carolina do Norte, onde foram depositados resíduos tóxicos de PCBs (bifenil-policlorado), o local do depósito era um espaço ocupado majoritariamente por grupos de baixa renda e pessoas e vulneráveis como negros/as, indígenas e latinos, esse fato ocorreu na década de 1980 (Acselrad *et al.*, 2012).

Percebeu-se inicialmente em 1980 nos EUA que o lixo químico era em vários governos diferentes alocados para bairros vulnerabilizados ocupados por negros/as, povos originários, latinos, assim entendeu-se que a escolha dos lugares dizia respeito a lógicas políticas que beneficiavam e prejudicavam determinados grupos sociais.

Em 2005, com a passagem do furacão Katrina, mostrou-se que os grupos socialmente vulneráveis sofreram mais, mostrando a sua desproteção em relação aos demais que tinham proteção das autoridades públicas.

Acselrad *et al.* (2012) coloca que o sistema capitalista empurra os danos decorrentes no mal uso da natureza para grupos vulnerabilizados em prol de interesses econômicos, assim, os principais causadores desses danos ambientais não irão ser diretamente atingidos pelas

problemáticas criadas, mas sim os grupos sociais vulneráveis, uma grande demonstração de que isso realmente se tratava de um projeto político e não uma ação impensada é o memorando summers³⁰, isso se justificaria pelo motivo de os mais pobres não viverem o tempo suficiente para sofrer os danos ambientais e as mortes nos países pobres teriam menos custos em relação aos custos nos países ricos.

Ainda como afirma Acselrad *et al.* (2012), uma das formas para manter essa continuidade é despolitizar a questão do meio ambiente e naturalizar a poluição seria a ideia de que somos todos responsáveis, e são diversas as formas de despolitizar a questão ambiental como por exemplo tratar os acontecimentos de caso a caso: mariana, brumadinho e esquece que é esse o modelo desenvolvimento o aumento da criminalização ou assédio processual contra agentes de denúncia.

Falar de desigualdade ambiental remete à negação do que é colocado no senso comum, que traz que é de responsabilização de todos/as os danos causados ao meio ambiente, justificando que os malefícios afetariam a todos/as, o que na prática não ocorre, o discurso apresentado é de que estamos todos no mesmo planeta, por isso sofreríamos as consequências de maneira igual, mas o uso do planeta não se faz de maneira igual (Acselrad *et al.*, 2012).

O conceito de racismo ambiental surgiu do debate acerca da injustiça ambiental, como afirma Herculano (2008), racismo ambiental

Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida (Herculano, 2008, p. 16).

Posto isso, abordaremos as questões envolvendo a negação de direitos afim de refletir sobre o caso e atuação da profissão frente a essas problemáticas, afim de buscar entender as

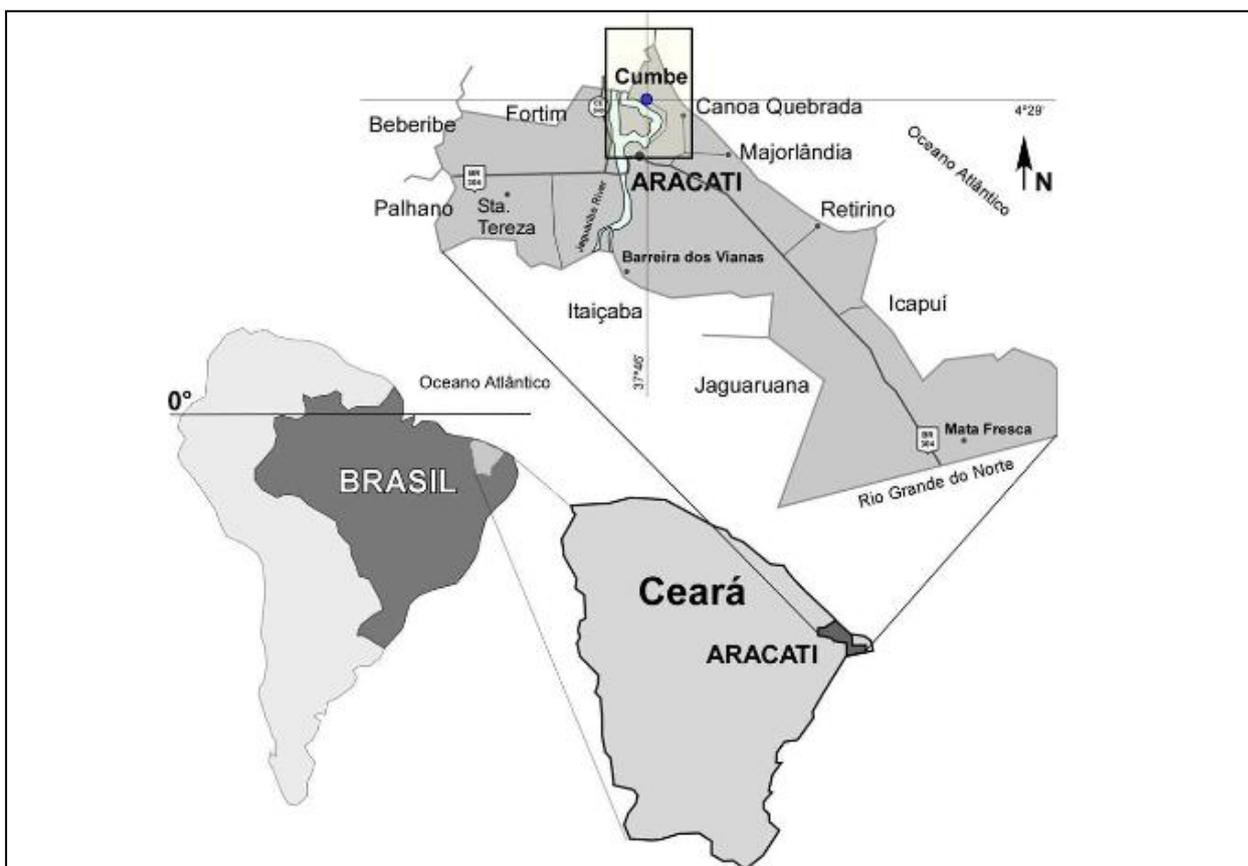
³⁰ Documento interno do Banco Mundial, feito pelo economista-chefe da instituição onde questionava o porquê de não levar as indústrias mais poluentes para os países menos desenvolvidos ver em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-despolitizacao-do-debate-ambiental-no-capitalismo-neoliberal>

possibilidades de atuação com vistas a garantir uma intervenção nesta realidade.

3.2. Comunidade Quilombola do Cumbe

O Quilombo do Cumbe fica localizado na Cidade de Aracati no litoral leste do Estado do Ceará, a cerca de 160 km da capital Fortaleza. No Quilombo do Cumbe existem diversos ecossistemas, tais como manguezal, lagoas interdunares³¹, dunas móveis, rio Jaguaribe, camboas³², praia além de fazendas de carcinicultura³³, aerogeradores eólicos, sítios arqueológicos e carnaubais. O Cumbe está dentro da Área de Preservação Ambiental (APA) de Aracati. Também fazem parte da APA de Aracati as comunidades de Esteves, Canavieira, Canoa Quebrada, Cumbe e Beirada (NASCIMENTO, 2014).

Mapa 1 – Localização da Comunidade Quilombola do Cumbe – Aracati-CE



³¹ Lagos que se formam entre as dunas.

³² Nome utilizado pela comunidade para se referir ao que é conhecido por Gamboa

³³ Locais de criação de camarão em cativeiro para comercialização.

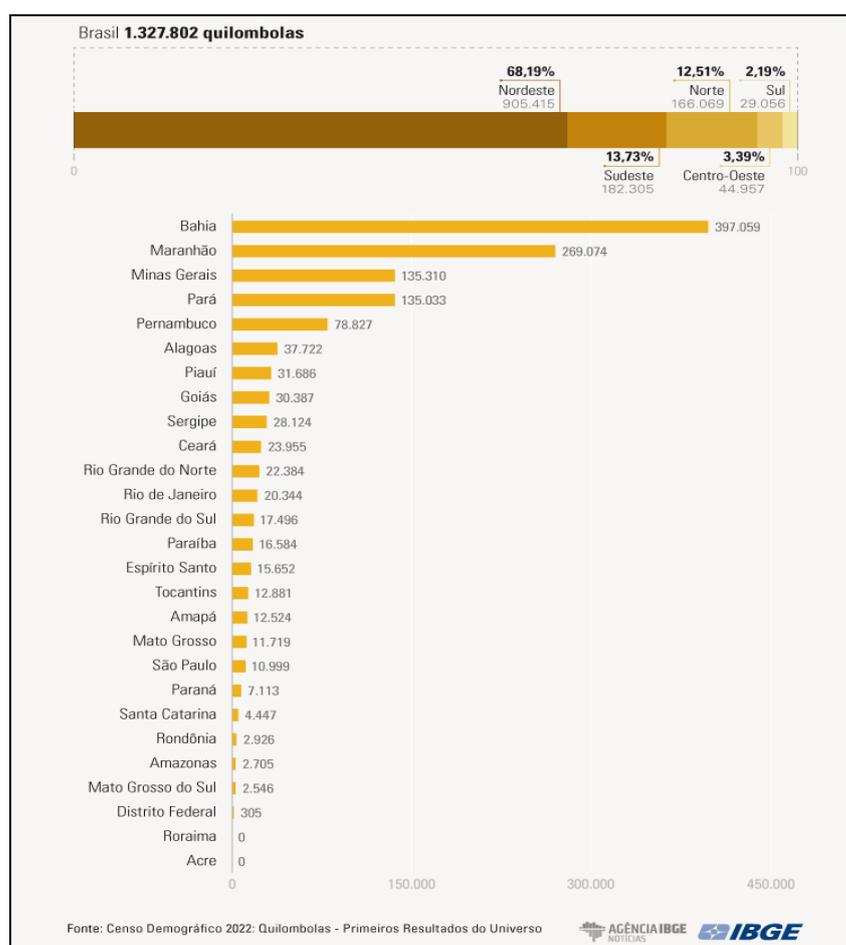
Fonte: Pinto, et. al., (2014).

No mapa é possível ver que o Quilombo do Cumbe fica entre Fortim e Canoa Quebrada, compondo espaço com proximidade ao mar, a área apresentada se trata de área costeira do Estado do Ceará.

Em 27 de julho de 2023, foram divulgados os primeiros dados obtidos no censo demográfico realizado nas comunidades quilombolas em todo o Brasil, é a primeira vez na história do país que um censo dessa natureza é realizado.

No Ceará existem cerca de comunidades quilombolas mapeados pelo censo realizados pelos quilombolas, no Estado no Ceará existem 15 comunidades quilombolas oficialmente delimitadas, ou seja, que estão passando por alguma fase do processo de regularização fundiária, mas ainda não há nenhum território com titulação oficial (IBGE, 2020).

Gráfico 9 - População quilombola no Brasil (2022)



Fonte: Censo Demográfico 2022 – quilombolas

O gráfico apresenta a quantidades de quilombolas em cada região e cada Estado do Brasil, o Ceará é o décimo Estado com maior número de quilombolas mapeados com um total de 23.955 e o Nordeste como a região mais habitada, comportando cerca de 68,19% do total, o que equivale a 905.415 registros.

Tabela 3 - Total de pessoas quilombolas, segundo ordem decrescente nos dez primeiros Município no Ceará - 2022

Município	Pessoas quilombolas
Caucaia (CE)	2.615
Horizonte (CE)	2.282
Salitre (CE)	1.804
Tururu (CE)	1.422
Tauá (CE)	1.069
Novo Oriente (CE)	1.053
Aracati (CE)	1.016
Tamboril (CE)	979
Quiterianópolis (CE)	790
Moraújo (CE)	741

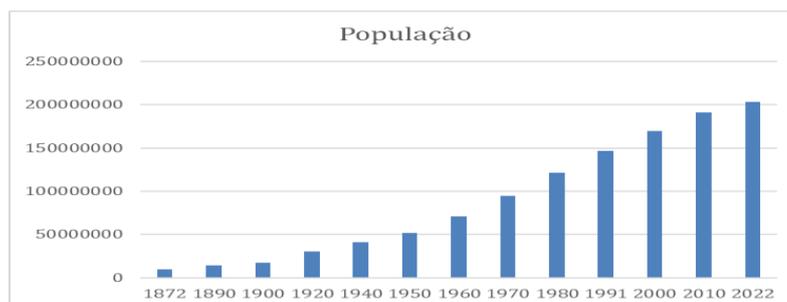
Fonte: IBGE – Informativo para Mídia, 2022

Como apresentado, a Cidade de Aracati é a sétima com maior número de quilombolas no Ceará, com dois quilombos, Córrego de Ubaranas e Comunidade Quilombola do Cumbe.

O Decreto 4887/2003 se mostra ser um importante avanço no que diz respeito à conquista do território de comunidades quilombolas, a partir da garantia do título de uso coletivo da terra.

Em 2023, foi apresentado o primeiro censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Ceará foi mapeado cerca de 23.955 quilombolas compondo cerca de 1,80% de toda população cearense (IBGE).

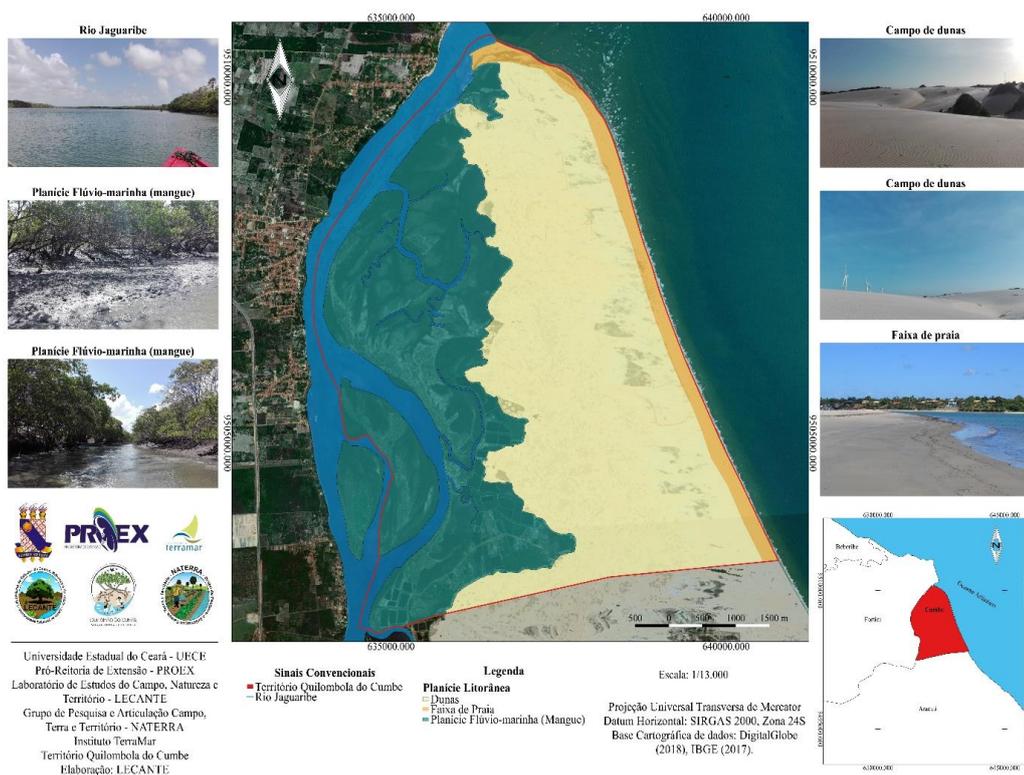
Gráfico 10 – Quantidade de quilombolas no Brasil de 1872 a 2022



Fonte: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html>

A tabela mostra o aumento do número de quilombolas no Brasil do ano de 1872 a 2022, o número informado é das pessoas que foram mapeadas e reconhecidas enquanto tal, o que abre brecha para pensarmos na possibilidade de que em anos anteriores muitos/as quilombolas/as não estivessem sido contabilizados/as.

Mapa 2 - Sistemas Ambientais da Comunidade Quilombola do Cumbe - 2021



Fonte: LECANTE/NATERRA 2018³⁴

No mapa acima é possível ver que o território que compreende a Comunidade Quilombola do Cumbe abarca desde o Rio Jaguaribe até a extensão do litoral, área em disputa por empresas de veraneio, distribuição de água, geração de energia eólica e criação de camarão em cativeiro.

Esses interesses se contrastam com os interesses dos/as moradores/as da comunidade, pois ocupam espaços antes utilizados para banho, retirada de subsistência, criação de animais, cultivo de plantas, colhimento de materiais para artesanatos, uso de caminhos que acessam

³⁴ Mapa resultante dos projetos de extensão do LECANTE/NATERRA desenvolvidos na comunidade Quilombola do Cumbe em 2018.

lagos interduares e a praia.

3.2.1. Negação à Vacinação prioritária aos/as Quilombolas do Cumbe

A negação à vacinação prioritária dos/as Quilombolas do Cumbe está entre os casos percebidos nessa pesquisa que versam sobre as ações contra direitos garantidos à comunidade, a seguir apresentamos um compilado de dados e informações colhidas no período que compreende os anos de 2020 a 2022 onde ocorreu o início e avanço da Covid-19 e a designação das Comunidades Quilombolas como grupo prioritário, para além disso, apresentamos também as negativas oferecidas pelos órgão oficiais a nível Municipal da Cidade de Aracati/CE.

Tabela 4 – Notificação de casos confirmados e suspeitos de Covid-19 por categoria de povos e comunidades tradicionais, Brasil, março/2021 e julho/2022

CLASSIFICAÇÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	TOTAL DE NOTIFICAÇÕES	%	CASOS CONFIRMADOS	%
Outros	110.547	41,9%	24.051	38,8%
Povos indígenas	109.788	41,6%	23.147	37,3%
Povos quilombolas	11.504	4,4%	3.623	5,8%
Ribeirinhos	6.360	2,4%	2.177	3,5%
Caiçaras	5.751	2,2%	2.328	3,8%
Agroextrativistas	4.046	1,5%	1.050	1,7%
Cerrado	3.765	1,4%	1.238	2,0%
Assentada	3.048	1,2%	1.355	2,2%
Trabalhadores rurais temporários	1.479	0,6%	973	1,6%
Migrantes	1.233	0,5%	106	0,2%
Trabalhadores rurais assalariados	1.200	0,5%	438	0,7%
Ciganos	1.028	0,4%	404	0,7%
Caatingueiros	841	0,3%	497	0,8%
Comunidades de fundo e fecho de pasto	705	0,3%	155	0,2%
Refugiados	507	0,2%	36	0,1%
Camponeses	356	0,1%	81	0,1%
Pomeranos	257	0,1%	131	0,2%
Extrativistas	215	0,1%	35	0,1%
Populações atingidas por barragens	210	0,1%	44	0,1%
Povos de terreiro/matriz africana	206	0,1%	28	0,0%
Pescadores artesanais	165	0,1%	61	0,1%
Seringueiros	124	0,0%	7	0,0%
Acampada	57	0,0%	13	0,0%
Varjeiros	55	0,0%	17	0,0%
Marisqueiros	53	0,0%	14	0,0%
Retireiros	34	0,0%	8	0,0%

Fonte: e-SUS notifica. Dados extraídos em 20/07/2022

O gráfico reforça que dentre os povos e comunidades tradicionais a população quilombola foi a segunda mais atingidas a partir de dados colhidos de março de 2021 a julho de 2022 com cerca de 11.504 casos, a maior parte se encontra no Nordeste, com 47,1% (n = 5.419) de casos notificados.

Também foi notificado o número de mortes causadas pela Covid- 19 e outras pertencentes à Síndrome Respiratória Aguda Grave – SRAG.

Tabela 5 - Srag em povos e comunidades tradicionais (PCT). Brasil, 2020 a 2022, até a SE 31

POVOS OU COMUNIDADES TRADICIONAIS	CASOS DE SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE – SRAG						TOTAL
	COVID-19	INFLUENZA	OUTROS VÍRUS RESPIRATÓRIOS	OUTROS AGENTES ETIOLÓGICOS	NÃO ESPECIFICADA	EM INVESTIGAÇÃO	
Povos indígenas	757	41	93	9	552	59	1.511
Ribeirinhos	130	2	0	2	44	15	193
Povos quilombolas	128	1	0	1	41	13	184
Apatridas	91	0	0	0	2	0	93
Trabalhadores rurais assalariados	83	0	1	0	38	48	170
Acampada	82	1	2	0	28	5	118
Assentada	80	0	0	0	13	0	93
Ciganos	41	0	3	0	5	2	51
Migrantes	23	0	1	1	10	0	35
Pescadores artesanais	20	1	0	0	2	3	26
Trabalhadores rurais temporários	14	0	0	0	5	1	20
Camponeses	12	0	0	0	3	0	15
Caiçaras	11	0	0	0	5	7	23
Cerrado	8	0	0	0	0	0	8

Fonte: Sivep-Gripe, dados atualizados em 8/8/2022.

Dos 184 óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), 128 foram de Covid-19 e 41 casos não foram especificados.

Frente a isso, temos o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19 (PNO) que afirma

Em atenção à solicitação judicial apresentada na ADPF N° 742, a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações, do Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis, da Secretaria de Vigilância em Saúde deste Ministério da Saúde (CGPNI/DEIDT/SVS/MS), apresenta os grupos prioritários e a ordem de vacinação destes, já definidos no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO), em especial com referência às especificidades da vacinação da população quilombola. Destaca-se, ainda, que em sede de ARGUIÇÃO DE

DESCUPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL nº 754, esta Pasta ministerial apresentou ao Supremo Tribunal Federal, os grupos prioritários e a ordem de vacinação citados nesta presente Nota Informativa, com base em critérios técnico-científicos, a ordem de preferência entre os grupos prioritários de vacinação e, baseouse nos princípios da prevenção e da precaução em sua enunciação. A presente NOTA INFORMATIVA nº 41/2021- CGPNI/DEIDT/SVS/MS integra o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, cujo objetivo é complementar as informações do PNO sobre a vacinação da comunidade quilombola contra a Covid-19, e atenta-se ao previsto no Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o 14 procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (NOTA INFORMATIVA Nº 41/2021 – CGPNI/DEIDT/SVS/MS, p. 1).

Assim, a Nota Informativa Nº 41/2021 trouxe que as Comunidades Quilombolas estariam entre o grupo considerado prioritário para recebimento da vacinação.

Sobre isso, em resposta ao ofício 190/2021, da prefeitura de Aracati, a coordenadora da – COORD/Aracati assume um posicionamento de negação da identidade quilombola no Cumbe, desconhecendo sua legitimidade e cultura local como forma de negar o envio da vacinação prioritária.

No que tange à imunização dos moradores da localidade do Cumbe, em que minoria dos residentes se autodeclaram povos tradicionais quilombolas, vale esclarecer que os mesmos não se encontram isolados. Digo isso pelo fato da Resolução nº 28/2021 – CIB/CE em anexo, estabelecer critérios de classificação das comunidades quilombolas, dentre eles a questão da vinculação territorial (RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 190/2021 – COORD/ARACATI, p. 2).

As ações apontam para uma possível invalidação da legitimidade do quilombo, mesmo este já sendo reconhecido pelas Fundação Cultural Palmares e entidade representativas dos/as quilombolas e comunidades rurais como a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Ceará (CERQUICE) e Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ).

Elencamos algumas questões envolvendo o quilombo do Cumbe que entendemos como importantes de serem colocadas para pensarmos o processo de negação de direitos envolvendo a gestão municipal da Cidade de Aracati.

O Racismo praticado por políticos locais através da negação de direitos e apoio aos grandes empreendimentos que ocupam áreas no Cumbe é

reconhecido pelos/as quilombolas. É possível perceber nas falas como o grupo está organizado e fortalecido na luta para conquistar direitos já garantidos por lei, mas que são negados para que grandes empresas sejam beneficiadas. De todas/os que foram entrevistados a resposta foi unânime quanto à perseguição feita por políticos locais e instituições, não é apenas porque não reconhecem a comunidade como Quilombo, mas expressam verbalmente e em forma de ação a tentativa de barrar qualquer avanço na luta social travada no Cumbe, o que demonstram como a comunidade é indesejada para capitalistas e representantes do Estado (Nascimento, 2020, p. 66).

Para além disso, não se percebem outras justificativas para a negação de direitos à Comunidade Quilombola, pois esta é reconhecida enquanto tal pelas instituições competentes, lei de regularização e reconhecimento, como já apresentado.

3.2.2. A carcinicultura no Cumbe

As carciniculturas são reservatórios de água aonde são criados camarões em cativeiro para comercialização, no Quilombo do Cumbe essa prática tem ocupado grandes quantidades de espaço territorial, ao serem instaladas próximas ao Rio Jaguaribe, esses reservatórios de água conhecidos como sítios de carcinicultura diminuem o espaço possível para trânsito livre dos/as moradores/as da comunidade.

Para além disso, como afirma Castro (2021), as águas utilizadas nos sítios de carcinicultura são retiradas do Rio Jaguaribe que corta a região da Comunidade Quilombola em questão, é importante destacar também o uso de substâncias químicas que eram usadas nesses viveiros que contaminavam o ecossistema local, mesmo tendo cessado o uso dessas substâncias, os/as moradores/as afirmam que em alguns sítios podem ainda estar sendo utilizados.

Imagem 7 - Sítio de carcinicultura – Comunidade Quilombola



Fonte: Próprio autor (2019)

A imagem acima mostra um dos sítios de carcinicultura presente na Comunidade Quilombola do Cumbe, é possível perceber o amplo espaço que ocupa e a grande quantidade de água para manter apenas esse viveiro.

Imagem 8 - Situação do ecossistema manguezal do quilombo do Cumbe após o a liberação da água do sítio de carcinicultura



Fonte: Próprio autor (2019)

A área apresentada na imagem acima mostra parte do mangue destruído por conta da água liberada dos sítios de carcinicultura, importante colocar que esse processo foi

acompanhado de muita resistência por parte dos/as moradores/as, acompanhando de perto no intuito de barrar o avanço da destruição causada pelo uso irresponsável do Rio e de químicos liberados no manguezal (Castro, 2021).

3.2.3. Acesso à água e questões com a CAGECE

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) foi instalada na Comunidade Quilombola do Cumbe no ano de 1976, essa chegada representou para a comunidade o início da entrada de outros empreendimentos que se instalaram no local com o discurso de que isso traria aos/as moradores/as da região desenvolvimento ou progresso, no entanto, o que se presenciou foi a perda de espaços que outrora eram utilizados costumeiramente pelos/as moradores/as do quilombo (Lima; Nascimento, 2017).

Com o passar dos tempos e com as diversas mudanças que ocorreram no território do Cumbe, com a construção da Ponte da Canavieira em 1974, chega da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) em 1976 e, com isso, vem à energia elétrica. Fato que abriu a porta para entrada de outros empreendimentos econômicos como a Carcinicultura – criação de camarão em cativeiro (1995), a venda de terra para veranistas e a instalação de parques para produção de energia eólica (2008) (Lima; Nascimento, 2017, p.3).

A água que antes era retirada do solo de forma gratuita pela própria Comunidade, agora passaria a ser vendida, como coloca Castro (2021), com a chegada da CAGECE veio a falsa esperança de que os moradores daquela comunidade não pagariam pela água tratada pela empresa, mas com o tempo começaram a vir taxas e com o passar dos anos as taxas começaram a se tornar maiores, para além disso, as lagoas interdunares e poços começaram a ser prejudicados com esvaziamento ou diminuição da quantidade de água, pois a empresa retira grande quantidade de água do local para abastecer toda a Cidade de Aracati e também Cidades vizinhas como Fortim.

Imagem 9 - Subestação da CAGECE – Quilombo do Cumbe



Fonte: Próprio autor, 2019

A imagem acima mostra a instalação da empresa CAGECE na Comunidade Quilombola do Cumbe, ficando próximo às dunas de areia e no caminho para a praia.

3.2.4. Energia eólica

As estações de energia eólica podem ser encontradas nas dunas, mesmo espaço onde podemos encontrar uma diversidade de mamíferos, de lá também é retirado lenha, frutas, é caminho para a praia, é espaço de lazer nos espaços onde se formam pequenas piscinas naturais conhecidas como lagoas interdunares, é um espaço de sítio arqueológico, além de outros usos feitos pela comunidade, o conflito se instalou a partir da chegadas dessas estações de energia eólica e o consequente impedimento do livre uso (Pinto *et al*, 2014).

Imagem 10 - Estações de energia eólica instaladas nas dunas da Comunidade Quilombola do Cumbe



Fonte: Próprio autor, 2019

Na imagem acima é possível ver a enorme quantidade de estações de energia eólica instaladas, compreendendo amplo espaço, o qual antes era apenas utilizados por moradores da região no processo de garantia de subsistência, passagem para o mar ou colhimento de lenha e outros materiais para artesanato.

Como afirma Pinto *et al* (2014), é possível ver cabeamento de energia passando por debaixo das lagoas interdunares e outros locais das dunas, o que confere sério perigos a quem trafega pela região

3.2.5. Veranistas e ocupação do território

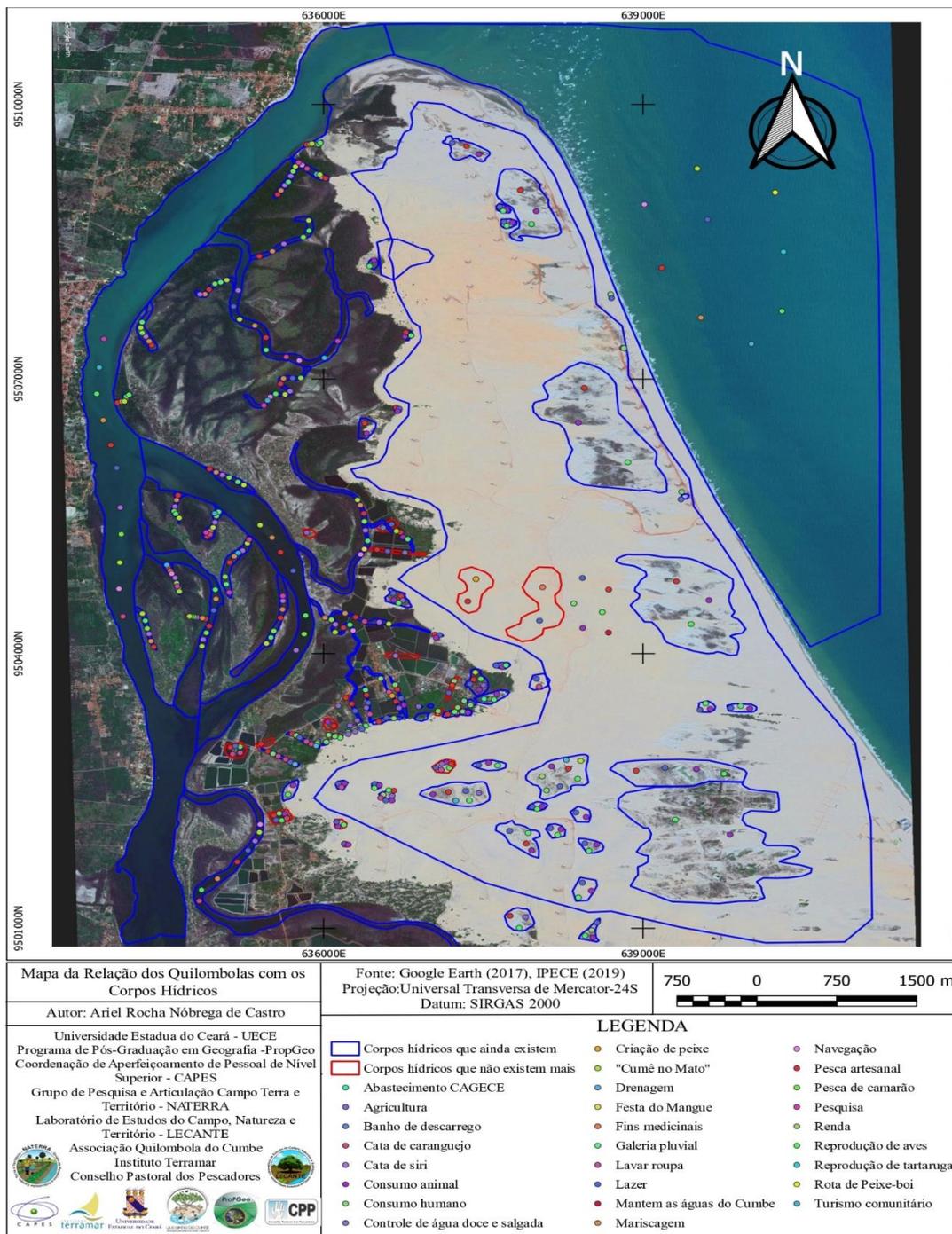
Pontuamos essa questão por entendermos como importante trazermos a maior quantidade de elementos possíveis para adensar a afirmativa de que há várias frente de conflito com a Comunidade Quilombola do Cumbe, acerca desse ponto, Castro (2020) coloca

que um dos principais conflitos existentes com veranistas estavam no não reconhecimento destes enquanto comunidade quilombola, por isso, como afirma o autor, os veranistas que estavam dentro do território saíram da área demarcada quando quilombola, estando estes fora do perímetro territorial de regularização fundiária.

Atualmente, a comunidade Quilombola do Cumbe passa por um grande conflito interno entre os que se auto definem como quilombolas. Estes defendem o território livre das ameaças econômicas para o uso coletivo e continuidade dos saberes e modos de fazer. Do outro lado, estão os “supostos donos das terras”, veranistas, empresários do camarão, parque de energia eólica, e junto deles, as famílias que trabalham nos empreendimentos econômicos, “os não quilombolas”. Eles se colocam contrários à certificação da Fundação Cultural Palmares, ao trabalho realizado pelo INCRA1 de demarcar e titular o território quilombola. Defendem a ideia que as terras e o território tradicional têm que continuar nas mãos das pessoas de fora, empresários, veranistas e grileiros de terras, tomados como sinônimo de progresso e desenvolvimento (Nascimento; Lima, 2017, p. 2).

Assim, é percebido que há toda uma movimentação no intuito de informar que a chegada de veranistas e outros empreendimentos apenas traz benefícios, sem pontuar o conjunto de conflitos e negação de direitos, como mencionado anteriormente.

Mapa 3 - Pontos de ação cultural e fluxo da água na Comunidade Quilombola do Cumbe



Fonte: Castro (2021)³⁵

Nos dias 2, 3 e 4 de dezembro de 2022 ocorreu na Comunidade Quilombola do Cumbe a VIII Festa do Mangue do Cumbe, a atividade contou com a presença de professores/as,

³⁵ Mapa feito para trabalho de dissertação de Ariel Rocha Nobrega de Castro, disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=104118>.

atores, artesãos/ãs, pescadores/as, andarilhos/as, grupos de pesquisa e membros da sociedade civil.

Todos os anos, nas proximidades do mês de dezembro, ocorre a tradicional Festa do Mangue no Quilombo do Cumbe, nesse momento são fortalecidas as ações de reivindicação por direitos aos/as quilombolas, pois no espaço o quilombo e as questões presentes de negação de direito são expostos aos/as visitantes, são realizadas rodas de debates e apresentações culturais que visam fortalecimento da cultura local.

Imagem 11 – Dança Maracatu na VIII Festa do Mangue (2022)



Fonte: Imagem retirada do Instagram @quilombodocumbe de autoria de @ednilssonilva, 2022

As apresentações na imagem acima ocorreram na VIII Festa do Mangue em 2022, essa comemoração foi mais significativa pois simbolizou a reabertura do evento para o público externo à Comunidade Quilombola do Cumbe, isso porque nos anos anteriores não estava ocorrendo devido ao avanço da pandemia de Covid-19.

Imagem 12 - Apresentação na VIII Festa do Mangue (2022)



Fonte: Imagem retirada do Instagram @quilombodocumbe de autoria de @ednilssonsilva, 2022

Nesses momentos de festividade, é aproveitado para convidar outros setores da sociedade a conhecer a Comunidade Quilombola do Cumbe e fortalecer a luta existente, para além disso apresentar a fauna e flora local, Rio, praia, culinária, histórias e vivências locais como passeio de barco e o conhecido “Cumê no Mato”, que se trata do ato de ir ao Rio Jaguaribe, catar, preparar e comer o alimento na beira do rio.

Uma das atividades da Festa do Mangue, na edição de 2022, foi o momento da roda de conversa das mulheres ocorrida em um momento de passeio, além de outros momentos de roda de conversa e debates políticos.

Essas ações, juntamente com outras desenvolvidas pela comunidade, representam formas de combate ao avanço das iniciativas de cunho contrário ao reconhecimento do território enquanto quilombo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo um, foi possível entender que o Brasil teve em seu processo de formação o racismo como instrumento de dominação contra a população negra, conferindo a esta uma série de desvantagens que impedem o pleno desenvolvimento, assim, para além de outras formas de resistência, temos as formações dos quilombos constituídos majoritariamente por negros/as que viram neste espaço uma forma de combater inicialmente o regime escravista.

Os dados apresentados no capítulo dois apresentam uma série de informações para demonstrar o Brasil como país em que a população negra que vive aqui encontra mais dificuldades de acessar espaços de trabalho, universitários e outras ao passo que é o público mais violentado, que mais morre nas mortes ocasionados por policiais e que persiste a ação de imputar ao/à negro/a desvantagens para que este não se desenvolva na sociedade e que isso se reflete nas comunidades quilombolas, mostrando que o debate da questão racial e de comunidades quilombolas se atravessam.

Já no capítulo três, é possível, a partir da leitura dos capítulos anteriores, entender a Comunidade Quilombola do Cumbe como espaço em frequente disputa, isso porque, este enquanto território ocupado majoritariamente por negros/as, enfrenta conflitos mesmo havendo formas de proteção mais consolidadas na sociedade como o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares e com direitos garantidos, o que não impede de, mesmo assim, estarem sendo deslegitimados enquanto quilombolas.

Nesta pesquisa foi possível identificar um conjunto de ações que visam interferir na continuidade do quilombo, ações essas com interferência negativa do governo local que demonstra querer invalidar as ações dos/as quilombolas e seu modo de vida, para além disso há uma facilitação no processo de entrada de grandes empreendimentos no local sem acordo com a comunidade, negação de direitos garantidos como a da vacinação prioritária e uso livre do território. Com isso, apontamos a necessidade de pesquisas como essa e outras que contribuam no processo de busca por garantia de direitos das comunidades quilombolas, para além disso a importância da especialização do/a profissional de serviço social nas questões concernentes à população negra e quilombola.

Foi possível constatar que a Comunidade Quilombola do Cumbe tem sido gradativamente ocupada por empreendimento indesejados, pois como mostrado na pesquisa a comunidade não demonstra aceitação, a começar pela década de 1970, a partir daí outros empresas entraram, mesmo havendo o reconhecimento enquanto Comunidade Quilombola, o

território não parou de passar por investidas dessas empresas, aumentando o espaço ocupados e melhorando suas instalações.

Importante pontuar as estratégias utilizadas pelas empresas para buscar facilidades no processo de instalação no local, essas utilizaram de falsas promessas de trazer desenvolvimento para a comunidade, empregos, facilidades e outros avanços, com o decorrer do tempo o que se presenciou foi o contrário do assegurado.

Como foi colocado, o governo municipal avança com ações que invisibilizam a comunidade enquanto quilombo, nas leituras realizadas e documentos analisados não percebemos ao longo da história do da Comunidade Quilombola do Cumbe nenhum vereador ou prefeito que atuasse com vistas a garantir proteção à Comunidade ou povo local.

Assim, como colocado anteriormente, no serviço social ainda existem lacunas no que diz respeito ao avanço da temática no interior da profissão, mesmo havendo enorme esforço nos últimos anos por parte das entidades representativas da profissão em avançar com o debate.

Desta maneira, não se mostra qualitativo inserir assistente sociais em espaços de secretarias, escolas, postos de saúde e outras instituições que atendam comunidades quilombolas se esses profissionais não estiverem qualificados a atuar nessa realidade, entendendo as especificidades e conflitos existente nas comunidades quilombolas.

Posto isso, o serviço social enquanto profissão interventiva tem nesse campo possibilidades de atuação que podem contribuir no combate ao conjunto de violência contra as comunidades quilombolas, essas ações que podem ser desempenhadas podem subsidiar decisões, elaborar ou acompanhar políticas públicas ou até mesmo servir de canal de denúncia para outras instituições, as possibilidades podem se ampliar ao passo que forem avançando os debates sobre a atuação do serviços social junto às comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: O que está em jogo na Questão Ambiental?. **e-caderno CES-17**, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, [s. l.], p. 164-183, set. 2012,

ALMEIDA, M. de. **Territórios de afetos**: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Capitalismo e Crise**: O que o racismo tem a ver com isso?. [S.

l], 2017.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ANDRADE, Rosana Soares Pinheiro. A subordinação de raça no processo de formação da classe trabalhadora brasileira. **Revista Fim do Mundo**, Marília, v. 2. n. 4, p. 155-175. mar. 2021.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Informações Quilombolas**. [S. l.]: Fundação Cultural Palmares, ([S.d]. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/informacoes-quilombolas/>. Acesso em: 04 de nov. de 2023

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características Gerais dos Moradores 2020-2021**. [S. l.]: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/07/populacao-ibge-2021-22jul2022.pdf>. Acesso em: agosto de 2023.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **"Descobrimento" do Brasil por Pedro Álvares Cabral**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros.html>.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informativo para mídia**. Superintendência Estadual do IBGE no Ceará Seção de Documentação e Disseminação de Informações – SDI2022.

_____. Ministério da Cidadania. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermas_web.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

_____. Ministério da Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. IPEA: Brasília, 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal – 2013**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. 2013. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Perfil_CadastroUnico_V9.pdf. Acesso em: 05 jul. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.

CASTRO, Ariel Rocha Nobrega. **A apropriação capitalista da natureza e os conflitos pela água no Território do Cumbe (Aracati/CE)**: Lutar e resistir por um bem comum. 2021. Dissertação (mestrado em Geografia). Centro de Ciência e Tecnologia. Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

CISNE, Mirlla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **FEMINISMO, DIVERSIDADE SEXUAL E SERVIÇO SOCIAL**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

EVANGELITA, Ana Paula. Covid-19 mata quatro vezes mais quilombolas do que parcela urbana e branca. **Rádio Poli**. Manginhos, RJ. Disponível Em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/covid-19-mata-quatro-vezes-mais-quilombolas-do-que-parcela-urbana-e-branca>. Acesso em: 25 dez. 2022.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora Fundação Perseu Abramo, 2017.

GOMES, Claudia Maria Costa; SOUZA, Ana Caroline Nogueira. A inovação-restauração das formas democrático burguesas como característica da revolução passiva no Brasil. **Katálysis**. Florianópolis, v. 23. n. 2, p. 298-308 mai./ago. 2020.

GOMES, Nilma Lino. MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO: RESSIGNIFICANDO E POLITIZANDO A RAÇA. **SciELO**. Campinas. v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Educ. Soc.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

HEGEL, G.W. Friedrich. **Filosofia da História**. Brasília: Editora da UnB, 1999.

HERCULANO, Selene. **Racismo Ambiental, o que é isso?**. [S.l]: [S.d]. Disponível em: https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf. Acesso em: 08 ago. 2022.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HIRSCH, Joachim. Forma política, instituições políticas e Estado – I. **Crítica Marxista**, n. 24, p. 9-37, 2007. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo212artigo1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

IANNI, Octavio. A Questão Social. In: Octavio Ianni. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IANNI, Octávio. Dialética das relações raciais. **SciELO**. Estudos Avançados, abr. 2004. Estudos avançados.

IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

GOMES, Irene. **Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios**. [S.L]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6. ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1994.

JUNIOR, Joilson Santana Marques Junior. Questão Racial e Serviço Social: Um Olhar sobre sua produção Teórica Antes e Depois de Durban. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, MG, v. 13, n. 1. Jan, jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18261/9502>. Acesso em: 06 mai. 2023.

MARA, Eduardo; PIRES, Olívia Carolino. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e contradições de classe no Brasil. **In: MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas (Orgs.). Formação social e serviço social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 41-60.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Crise do Capital e Pandemia: a “Questão Social” Atravessada por Determinações do Racismo. **In: EURICO, Márcia Campos. Questão Racial, serviço social e os desafios contemporâneos**. Campinas: Papel Social, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia alemã**. Trad. Luiz Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço social e luta antirracista: Contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MOURA, Clavis. **QUILOMBOS, RESISTÊNCIA AO ESCRAVISMO**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectivas, 2019.

MOURA, Clovis. **RACISMO E LUTA DE CLASSES NO BRASIL – TEXTOS ESCOLHIDOS DE CLÓVIS MOURA**. Editora Terra Sem Amos: [S. l.], 2020.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade

e etnia. **In:** BRANDÃO, André Augusto P. **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói, RJ: EDUFF, 2004. P. 15-34. Disponível em: <http://penesbi.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/Penesb-5-Texto-Kabenguele-Munanga.pdf>. Acesso em: 08 ag. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **In:** RATTIS, Alex. **Eu sou Atlântica**. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2006.

NASCIMENTO, J. L. J.; LIMA, I. C. Nas trilhas da memória e da história: Cumbe um museu a céu aberto. **In:** ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11., 2017, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: UFC, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3hzZioN>. Acesso em: 14 set. 2020.

OLIVEIRA, Dennis. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Extraprensa**. v. 11, n. 2, p. 39-57, Jan/Jun. 2018.

NEAB UFU. **Diálogos Decoloniais - Prof. Dr. Dennis de Oliveira**. [S. l.]: NEAB UFU, 2021. 1 vídeo. (2 Horas 2 min. 33 segs.). Youtube. 22 Set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zI175CQ5pZY&t=1877s>. Acesso em: 2 Jan. 2023.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **SciELO**. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/CQmMqSJDwGS3vnSRPVZG66H/?format=pdf&lang=pt>

PARKS, Leticia. Quem é negro no Brasil?. **In:** PARKS, Leticia; ASSIS, Odete; CACAU, Carolina (orgs). **MULHERES NEGRAS E MARXISMO**. Associação

PAW, Cornelius de. America. **In:** PAW, Cornelius de; *et al.* **EUROPA Y AMERINDIA: El indio americano en textos del Siglo XVIII**. Quito. ABYA-YALA. 1991. (01)-(30).

PINTO, Marcia Freire; NASCIMENTO, João Luiz Joventino do; BRINGEL, Paulo Cunha Ferreira; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território? **Gaia Scientia**, v. 8, n. 1, p. 271–288, 2014. Disponível em: Acesso em: 04 de maio de 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **In:** LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-30.

RAMOS, Silvia *et al.* **PELE ALVO: A COR QUE A POLÍCIA APAGA**. Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/11/EM-EMBARGO-ATE-1711_5-AM-REDE-DE-OBS_PELE-ALVO2_171122.pdf. Acesso em: 20 ago 2023.

REIS, J. José. Presença negra: conflitos e encontros. **In:** Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Brasil 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 79-99.

RODRIGUES, RN. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

ROEDEL, Hiran. DO MITO DE CAM AO RACISMO ESTRUTURAL: UMA PEQUENA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE. **AP AFRO-PORT**. [s. l], n. 2. p. 01-19. jul. 2020.

ROLA, Alexandre. Capitalismo dependente, (contra)revolução burguesa e universidade pública. *in:* LIMA, K. R. de S. (Org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira**: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 133–150.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*. **In:** SCHWARCZ, L. M. (org.) **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Branco dominam representação política, aponta grupo de trabalho. **AGÊNCIA SENADO**. Brasília, 26 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/26/brancos-dominam-representacao-politica-aponta-grupo-de-trabalho>. Acesso em: 05 jan. 2023.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. **EM PAUTA**. Rio de Janeiro, n. 18, n. 46, p. 52 – 67. 27 jul. 2020.

SILVA, Ana Paula Procópio. Relações Raciais e Pensamento Social Brasileiro: Reflexões Pertinentes a uma Formação Antirracista no Serviço Social. **In:** EURICO, Márcia Campos *et al.* **Questão Racial, Serviço Social e os Desafios Contemporâneos**. Campinas: Papel Social, 2021.

SILVA, Nívia Cristiane Pereira. Questão Social e Questão Racial no Brasil: a visão de Octávio Ianni. **Revista Em Pauta**. v. 6. n. 23. Julho de 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/454/562>. Acesso em: 20. nov. 2022.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. **Revista Praxis Negra**. n. 4, p. 20–41. jan/abril. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/issue/view/635/41>.

VAZ, Beatriz Accioly. **Quilombo**. Brasília: IPHAN, 2014. Dicionário do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/81/quilombo>. Acesso em: 09 de novembro de 2023.